

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM TECNOLOGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

MARIA JOSÉ CAETANO DO AMARAL

**ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA ONG “LUTA PELA PAZ” NA
BUSCA DA INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO**

RIO DE JANEIRO

2022

MARIA JOSÉ CAETANO DO AMARAL

**ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA ONG “LUTA PELA PAZ” NA
BUSCA DA INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social, PPGTDS, do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, NIDES, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito necessário à obtenção de título de Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

Área de concentração: Gestão Participativa.

Orientador: prof. Dr. Felipe Addor.

RIO DE JANEIRO

2022

CIP - Catalogação na Publicação

A485a Amaral, Maria José Caetano do
Análise da Estratégia de atuação da ONG "Luta Pela Paz" na busca da inserção de jovens no mercado de trabalho / Maria José Caetano do Amaral. -- Rio de Janeiro, 2022.
167 f.

Orientador: Felipe Addor.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social, 2022.

1. A construção da trajetória das Ongs e o Terceiro Setor. 2. Organizações Sociais do Complexo da Maré. 3. Apreciação do projeto "Luta Pela Paz". 4. A inserção do jovem no mercado de trabalho. 5. Resultados sobre a capacidade Transformação Social.
I. Addor, Felipe, orient. II. Título.

MARIA JOSÉ CAETANO DO AMARAL

**ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA ONG “LUTA PELA PAZ” NA
BUSCA DA INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social, PPGTDS, do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, NIDES, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisitos necessários à obtenção de título de Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

Área de concentração: Gestão Participativa

Aprovada em:

Prof. Dr. Felipe Addor – UFRJ
(Orientador)

Profa. Dra. Heloísa Helena Albuquerque Borges Quaresma Gonçalves – UNIRIO

Profa. Dra. Ruth Espinola Soriano de Mello – PUC-Rio

Prof. Dr. Ricardo Ferreira de Mello – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2022

AGRADECIMENTOS

Enfim... consegui chegar ao fim deste trabalho, mas devo admitir que se não fossem determinadas pessoas, que de uma forma ou de outra contribuíram e auxiliaram, mesmo a distância, para que acontecesse, isso não seria possível. Vocês estarão sempre no meu coração.

Primeiramente agradeço a Deus por me proporcionar força, resiliência para seguir sempre em frente, mesmo nos momentos mais difíceis que passei.

À minha família: mãe, esposo, irmãos, irmãs, sobrinhos(as) e cunhados(as) que o tempo todo me incentivaram, principalmente, quando pensava em desistir.

Aos meus amigos de consideração e coração: Alexandra, Anderson, Brenner, Breno, Bruna, Fátima, Iania, Isaque, Mariana, Miriam, Roberta, Sandro, Suzan, Tatiane e Viviane.

Aos professores Rosemarie, Roberto Ivo e Fabio Zamberlam que gentilmente disponibilizaram seu precioso tempo para me ajudarem com muito carinho, humildade, auxílio e no pronto atendimento sempre que solicitado.

Meus agradecimentos ao Prof. Marcus Lessa pela revisão e por todo apoio e carinho na finalização deste trabalho.

Ao meu orientador Felipe Addor pela paciência e por toda confiança durante um período tão triste e desafiador por motivo da pandemia e que mesmo a distância me encorajava dizendo “vamo que vamo”, sempre com muita humildade e sem cobranças.

Agradeço também a minha banca composta pelos professores: Ruth, Heloísa e Ricardo, que aceitaram participar do momento mais marcante da minha vida com suas considerações de forma amigável na construção desta dissertação.

Não posso deixar de citar uma amiga porque senão fosse ela não teria começado o mestrado, já que ela me procurou e informou-me sobre a inscrição. Relutei, mas ela foi insistente aumentando minha autoestima, fazendo-me enxergar o quanto seria capaz: Denise Firmiano.

Por fim, quero agradecer a todo corpo docente do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social – Nides, que direta ou indiretamente contribuiu nesta empreitada muito difícil. Tivemos a honra de compartilhar dos conhecimentos desses professores, seja nas aulas, disciplinas, seminários e palestras por eles ofertados. Eles merecem todo o meu respeito e admiração.

“Ninguém cruza nosso caminho por acaso e nós não entramos na vida de alguém sem nenhuma razão” (Chico Xavier).

RESUMO

AMARAL, Maria José Caetano do. **Análise da estratégia de atuação da ONG Luta Pela Paz na busca para inserção de jovens no mercado de trabalho.** Rio de Janeiro, janeiro de 2022. p.162. Dissertação (Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social)—[sediado no Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social – NIDES], Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

O objetivo do trabalho é fazer uma reflexão sobre a atuação da Organização Não Governamental Luta pela Paz na transformação e inclusão social de população de baixa renda. O trabalho foca a empregabilidade de jovens da comunidade Nova Holanda, situada no Complexo da Maré, Rio de Janeiro. A investigação do tema reside em saber como uma ONG, localizada em um território marcado pela violência e discriminação, e diante da escassa oferta de trabalho em relação à grande demanda, principalmente vinda de jovens, oferece aporte para a inserção destes no mercado de trabalho. Acredita-se que as iniciativas sociais empreendidas pela Luta pela Paz são relevantes à sociedade e à região devido à falta de políticas públicas efetivas do Estado. Apresentamos os pontos positivos e negativos dessa atividade, principalmente quanto ao alcance das expectativas da juventude no acesso ao emprego. Buscamos abordar como a Instituição gerencia a interação entre as empresas privadas e os jovens na inserção no mercado de trabalho em um cenário em que grande parte dos jovens de periferia enfrenta muitas dificuldades que afetam a possibilidade da empregabilidade, aumentando a informalidade, a subocupação e o índice de desempregados. Além de centralizar ações determinantes por parte de atores de outras instituições para transformação social de jovens e familiares. A pesquisa desenvolveu-se com variáveis quantitativas e qualitativas a partir de entrevistas realizadas através do aplicativo *Google Forms*, com pessoas envolvidas com projetos. Apresentamos também uma revisão bibliográfica que serviu de base para contextualizar o caso e discutir os resultados. A finalidade é desenvolver uma reflexão crítica a partir da atuação da ONG Luta pela Paz e de outras Instituições dentro de um espaço de disputa econômica e política (grupos dominantes), mas ao mesmo tempo, em um local de significação cultural, histórico e social. O processo de pesquisa foi realizado com o consentimento dos atores. Também buscamos identificar elementos importantes das percepções destes, contribuindo para o desenvolvimento do tema, podendo apontar para reflexões futuras sobre o assunto.

Palavras-chave: Empregabilidade. Complexo da Maré. Terceiro Setor. Jovens e território. Juventude.

ABSTRACT

AMARAL, Maria José Caetano do. **Análise da estratégia de atuação da ONG Luta Pela Paz na busca para inserção de jovens no mercado de trabalho.** Rio de Janeiro, janeiro de 2022. p.162. Dissertação (Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social)—[sediado no Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social – NIDES], Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

This dissertation reflects on the work of the NGO “Luta pela Paz” in the transformation and social inclusion of low-income populations, focusing especially on the employability of Young adults from the Nova Holanda community, located in the Complexo da Maré, Rio de Janeiro. The importance of the topic lies in knowing how an NGO, located in a territory marked by violence and discrimination, and facing the scarce supply of work in relation to the high demand, especially from Young adults, offers support for their insertion within the labor market. It is believed that Luta pela Paz's social initiatives are relevant to our society and to this specific area, given the lack of effective public policies from the state Government. The positive and negative aspects of this activity will be presented, especially in terms of meeting the expectations of these young adults in terms of access to employability. The search will address how the institution manages the interaction between private companies and Young adults in the insertion of the labor market, in a scenario where most of these populations from the outskirts of the city face many difficulties, such as low schooling, early parenthood, day-to-day living with violence. These factors, added to others, affect the possibility of employability, increasing informality, underemployment, pointing to higher unemployment rates. In addition to accurate actions by actors from other institutions aiming at social transformation of these Young adults and their respective families. The search will be developed using quantitative and qualitative variables, from interviews carried out through the “google forms” application with people involved with the project. A literature review will be presented to serve as a basis to substantiate the case and a subsequent discussion of results. The purpose is to develop a critical reflection on the actions of the NGO “Luta por Paz” and other institutions within a space of economic and political dispute (dominant groups), but at the same time, in a place of cultural, historical and social relevance. The research process was carried out with the consent of all actors in this research.

It is intended to identify important elements of their perceptions, contributing to the development of the theme, as well as to future reflection on the matter.

Keywords: employability; Complexo da Maré; Third Sector; youth and territory, young adults.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Número de ONGs e Associações.....	38
Figura 2 – Localização dos Bairros do Complexo da Maré	60
Figura 3 –Mapa da Extensão da Av. Brasil no Rio de Janeiro, 2020.....	67
Figura 4 – Localização da Fundação Oswaldo Cruz e CEASA, 2020	69
Figura 5 – Estações de BRT na Cidade do Rio de Janeiro, 2020	70
Figura 6 – Extensão da Linha Amarela no Rio de Janeiro, 2020.....	71
Figura 7 – Túnel da Covanca, 2020	72
Figura 8 – Percurso da Linha Vermelha	75
Figura 9 – Ponte do Saber, acesso da Ilha do Fundão à Linha Vermelha, 2012	76
Figura 10 – Complexo da Maré	78
Figura 11 –As 5 Metodologias da "Luta pela Paz".....	98
Figura 12 – Organograma da instituição	102
Figura 13 –Etapas para a realização da Feira da Empregabilidade pela ONG Luta Pela Paz.....	111
Figura 14 –Média de atendimentos nos anos de 2016-2019.....	114
Figura 15 –Média por gênero dos jovens atendidos entre 2016 e 2019 considerando apenas uma única divisão, qual seja: homens e mulheres	115
Figura 16 –Média dos jovens divididos por cor ou raça conforme autodeclaração entre 2016 e 2019. As opções quanto à cor ou raça são: brancos e pretos	116
Figura 17 –Média da escolaridade dos jovens atendidos na feira dividida em ensino fundamental e médio.....	117
Figura 18 –Média dos jovens atendidos divididos no total, encaminhados e não encaminhados ao mercado de trabalho no ano de 2019	119
Figura 19 –Jovens atendidos divididos em gênero, homens e mulheres somente....	120
Figura 20 –Média dos jovens atendidos na feira da empregabilidade em 2019 divididos por cor ou raça	121
Figura 21 –Pontos positivos de empreender em relação à vida pessoal do empreendedor para 2014	125
Figura 22 –Pontos positivos de empreender - aspecto "vida profissional" 2014	126
Figura 23 –Pontos negativos de empreender – aspecto "vida pessoal", 2014.....	128
Figura 24 –Pontos negativos de empreender – aspecto "vida profissional", 2014	129
Figura 25 – Interação e/ou comunicação com os jovens do projeto.....	131

Figura 26 – reflexos da pandemia de Covid-19 nos profissionais que atuam nas Organizações	132
Figura 27 – Reflexos da pandemia em relação aos jovens da comunidade.....	134
Figura 28 – Diretriz(es) para o enfrentamento do momento atual	136
Figura 29 – Expectativas em relação aos jovens no projeto	137
Figura 30 –Participação do Estado na comunidade	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Áreas Temáticas.....	37
Quadro 2 – Esporte, Lazer e Cultura no Complexo da Maré.....	63
Quadro 3 – Postos de saúde no Complexo da Maré.....	64
Quadro 4 – Ação social no Complexo da Maré	64
Quadro 5 – Informações sobre a Av. Brasil.....	70
Quadro 6 – Informações sobre a Linha Amarela	73
Quadro 7 – Informações sobre a Linha Vermelha.....	77
Quadro 8 –Atividades culturais das ONGs do Complexo da Maré 2000-2009.....	81
Quadro 9 – Prevenção primária do Projeto Luta Pela Paz.....	100
Quadro 10 – Prevenção secundária do projeto Luta Pela Paz.....	100
Quadro 11 – Pesquisas e respostas sobre aspectos importantes no processo de empregabilidade.....	122
Quadro 12 – Variáveis consideradas no aspecto positivo da vida pessoal	124
Quadro 13 – Variáveis consideradas no aspecto positivo da vida profissional.....	125
Quadro 14 –Aspectos negativos de empreender em relação à vida pessoal	127
Quadro 15 –Variáveis consideradas no aspecto negativo da vida profissional	127
Quadro 16 – Respondentes do questionário	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Regulação e Legislação das ONGs e Terceiro Setor no Brasil 1916-199846	
Tabela 2 – Número de habitantes e domicílios nas comunidades do Complexo da Maré	61
Tabela 3 – Taxa de Desemprego.....	84
Tabela 4 – Taxa Racial	84
Tabela 5 – Vítimas da letalidade policial	88
Tabela 6 – Confrontos e suas consequências	88
Tabela 7 – Percepção dos moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré	91
Tabela 8 – Comparativo de indicadores de segurança pública na Maré entre 2017 e 2018	91
Tabela 9 – Número de jovens e crianças que participaram do projeto 2003-2006	97

LISTA DE ABREVIATURASE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBs– Comunidades Eclesiais de Base
CEELPP – Centro Educacional e Esportivo Luta Pela Paz
CEMPRE – Cadastro Central de Empresas
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
ENGPR – Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FMI – Fundo Monetário Internacional
GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GLO – Garantia da Lei e da Ordem
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISP – Instituto de Segurança Pública
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não Governamental
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNQ – Plano Nacional de Qualificação
STJ – Superior Tribunal de Justiça
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI –Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 MOTIVAÇÃO.....	16
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	18
1.3 JUSTIFICATIVA.....	23
1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	24
1.5 OBJETIVOS.....	26
1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	28
2 O CONTEXTO DAS ONGS NO BRASIL	32
2.1 A CONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA DAS ONGS E O TERCEIRO SETOR	32
2.2 OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS ONGS QUANTO À GESTÃO E FINANCIAMENTO.....	41
2.3 REFLEXÕES SOBRE TERRITÓRIO NO CONTEXTO DE BASE COMUNITÁRIA.....	48
2.4 A DISPUTA ENTRE PROJETOS POLÍTICOS.....	52
2.5 DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E LEGITIMIDADE DE RECURSOS.....	55
2.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	57
3 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO COMPLEXO DA MARÉ	59
3.1 IDENTIFICAÇÃO LOCACIONAL DA ONG LUTA PELA PAZ E DEMAIS COMUNIDADES RELACIONADAS.....	59
3.1.1 Demografia.....	61
3.1.2 Estabelecimentos comerciais e educacionais no Complexo da Maré.....	62
3.2 VIAS DE ACESSO AO COMPLEXO DA MARÉ E CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	66
3.2.1 Avenida Brasil.....	66
3.2.3 Linha Vermelha.....	74
3.3 LOCALIZAÇÃO – COMPLEXO DA MARÉ.....	77
3.4 JUVENTUDE E POLÍTICAS SOCIAIS E HOMICÍDIOS DE JOVENS NO BRASIL.....	82
4 APRECIÇÃO DO PROJETO “LUTA PELA PAZ”	93
4.1 BREVE HISTÓRICO.....	93
4.2 PÚBLICO-ALVO.....	96

5 A INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO: AVALIAÇÃO DO TERMO EMPREGABILIDADE	103
6 ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO PROMOVIDO PELA ONG LUTA PELA PAZ	108
6.1 RESULTADOS DO ANO DE 2019.....	118
6.2 RESULTADOS SOBRE AS EXIGÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO	121
6.3 RESULTADOS SOBRE A CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	129
6.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	145
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS.....	151
APÊNDICES	161

1 INTRODUÇÃO

1.1 MOTIVAÇÃO

Este trabalho nasceu do interesse em estudar sobre a capacidade de transformação social promovida pela ONG “Luta Pela Paz”, localizada no bairro Nova Holanda, pertencente ao Complexo da Maré/Rio de Janeiro.

A missão da ONG “Luz Pela Paz” é prevenir a violência nas comunidades baseando-se em cinco pilares: 1) boxe e artes marciais, 2) educação e desenvolvimento pessoal, 3) serviços de apoio aos participantes e seus familiares (suporte social), 4) liderança juvenil, 5) capacitação para acesso ao mercado de trabalho formal – preparação pessoal e social (Empregabilidade).

O primeiro contato com a ONG partiu da minha participação, enquanto graduanda, juntamente com uma colega de curso de Serviço Social da UFRJ no evento intitulado “I seminário sobre atuação profissional em territórios afetados por múltiplas violências” em junho de 2017^{1,2}.

A segunda oportunidade com a ong foi na “feira de empregabilidade”³ ocorrida em sua sede em novembro de 2018, quando pude constataro empenho da instituição em reunir empresas com objetivo de promover aos jovens da comunidade e arredores uma oportunidade de conseguir o seu emprego.

Por um lado, estavam jovens e famílias inteiras formando uma grande fila de espera para atendimento. Por outro lado, vários funcionários da ONG, juntamente com o Centro de Integração Empresa-Escola – (CIEE) e empresas privadas, todos devidamente posicionados. As empresas presentes no evento foram: Lojas Americanas, Supermercado Princesa, Jovem Aprendiz, Supermercado Zona Sul, Qualitá, Rede Pró Aprendiz, dentre outras. O que presenciei no Feirão foi o encontro de interesses entre os ofertantes e demandantes de emprego mediados pela ONG, que me fez sentir a satisfação de ver uma possível solução para os inúmeros casos de desemprego na região.

1 Sou do quadro de técnicos concursados da UFRJ – localizada na Cidade Universitária – Ilha do Fundão – e moro próxima à ONG “Luta Pela Paz”.

2 Minha colega é moradora do bairro Nova Holanda, uma das 16 comunidades do Complexo da Maré, também próxima à ONG “Luta Pela Paz”.

3 Evento divulgado pelo *Facebook* para alcançar um número expressivo de pessoas.

Em se tratando de uma população carente moradora de favela do Rio de Janeiro, em um grande bolsão populacional que é o Complexo da Maré, percebo essa oportunidade para jovens como uma via positiva de acesso ao emprego e renda. Essa população, em sua grande maioria, não tem acesso aos direitos à educação, saúde e empregos formais.

No primeiro semestre de 2018, ingressei no curso de mestrado profissional do Programa de Pós-graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS) sediado no Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social – NIDES.

O NIDES é um órgão suplementar do Centro de Tecnologia (CT) composto de programas e projetos voltados para princípios de solidariedade. Nele foi-me permitido construir um novo entendimento sobre as ações que podem ajudar a sociedade.

A grande reflexão sobre qual aspecto eu deveria estudar com a ONG Luta Pela Paz veio quando cursei a disciplina NID722 – Desenvolvimento Local e Economia Popular. Durante a apresentação do meu trabalho sobre as ações e projetos da ONG, houve por parte dos professores Ricardo Mello e Luciana Lago (ambos pertencentes à Linha Gestão Participativa), várias observações importantes em relação ao 5º. pilar – Empregabilidade – que me fizeram refletir. A partir de então, comecei a gestar a possibilidade de estudar os impactos das ações da ONG, especificamente o 5º. Pilar, na empregabilidade das pessoas (jovens e famílias) da comunidade.

No V Seminário do NIDES, realizado de 05 a 07 de dezembro de 2018, apresentei o projeto de pesquisa sobre a ONG em relação ao 5º pilar – Empregabilidade – ou seja, o tema e o objetivo já estavam completamente formados naquele momento.

Ressalto que a motivação para a efetivação do assunto foi uma grande construção. Nasceu no curso de graduação de Serviço Social e cresceu ao longo das disciplinas cursadas no NIDES, sendo o divisor de águas a Feira de Empregabilidade.

A partir de pesquisas prévias para a elaboração da proposta de dissertação, percebeu-se que o programa de inserção dos jovens no mercado de trabalho formal é de suma relevância, além da sua forte conexão com os demais pilares na

capacitação da mão de obra e na transformação social. As pesquisas só vieram a fortalecer a escolha de tema.

O tema da dissertação de mestrado proposto à banca do NIDES versa sobre o estudo as ações da ONG Luta Pela Paze a sua efetividade no combate ao desemprego. Assim, o fio condutor da dissertação é o 5º. Pilar– Empregabilidade. O objetivo da dissertação será apontar os pontos fortes e fracos deste pilar nos jovens entre 2016 (ano da sua implementação) e 2019.

Além de contextualizar quanto à importância da atuação da ONG e de outras Instituições na inclusão social e, sobretudo, na capacidade de transformação social da população, em especial dos jovens, buscando entender a situação destes e seus familiares, moradores da comunidade do Complexo da Maré e arredores e verificar se tais propósitos foram alcançados.

Este estudo se baseia nas respostas dos envolvidos das ONGs e o coordenador do pilar empregabilidade e seu produto, que é a Feira da Empregabilidade. Há muitos questionamentos sobre as ações da ONG nesse campo, por exemplo: a) como ocorre o contato com as empresas na participação do evento, b) qual a relação entre os pilares da ONG, c) quais as formas de divulgação, d) qual a abrangência locacional das ações da ONG, e) qual o perfil de trabalhadores desejado pelas empresas “parceiras”. Por fim e não menos importante, buscar-se-á saber: g) qual a expectativa por parte dos envolvidos com relação à pós-pandemia da Covid-19.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Em resposta às necessidades da sociedade contemporânea de solução com relação às mazelas da sociedade, torna-se necessária a discussão sobre o surgimento e a atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) quando se propõem a intensificar as políticas públicas e sociais, tendo como foco as soluções, otimizando resultados e criando e desenvolvendo redes de conhecimento e ação.

Em virtude da falta de interesse por parte do Estado de resolver os problemas sociais, torna-se fundamental o fortalecimento das organizações que apresentam o benefício, já que parte de integrantes pertencem à região, tendo maior conhecimento sobre as necessidades locais, as mazelas da população e, sobretudo, as desigualdades sociais.

Para complementar, cita-se Chalhoud (2017), para quem a sociedade possui contradições inerentes, sendo que a busca pela qualidade de vida sempre foi almejada:

A meritocracia como valor universal, fora das condições sociais e históricas que marcam a sociedade brasileira, é um mito que serve à reprodução eterna das desigualdades sociais e raciais que caracterizam a nossa sociedade. Portanto, a meritocracia é um mito que precisa ser combatido tanto na teoria quanto na prática. Não existe nada que justifique essa meritocracia darwinista, que é a lei da sobrevivência do mais forte e que promove constantemente a exclusão de setores da sociedade brasileira. Isso não pode continuar (ALVES FILHO, 2017, p.1).

Nessa lógica, torna-se necessário criar políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento da coletividade, principalmente no tocante aos direitos básicos como: educação, trabalho, lazer e saúde; que vêm se tornando cada vez mais inacessíveis para uma grande parcela da população. Para tal, os atores sociais, instituições públicas e privadas e a presença do Estado são fundamentais para desenvolverem ações afirmativas nas respostas às disparidades e desigualdades. A economista Célia Lessa Kerstenetzky, em entrevista a Fachin (2017), afirma:

Acho que devemos separar a conjuntura de crise, com seu manejo específico, de políticas estratégicas. Em conjuntura de crise, faz-se intervenção de crise. Em recessões, espera-se que os governos protejam os grupos mais vulneráveis e os serviços cruciais realocando gastos e buscando receitas. Gastos dirigidos a necessidades sociais, receitas extraídas de quem tem posses, seriam uma boa oportunidade para cobrar dívidas bilionárias com a previdência, multas e outras receitas potenciais, que, ignoradas, beneficiam as empresas e os mais ricos. Seria ainda uma boa oportunidade para introduzir progressividade na tributação, por exemplo, suspendendo as isenções de impostos sobre os dividendos distribuídos aos acionistas. Contudo, esse governo usa o argumento da crise não apenas para cortar gastos sociais imediatamente, como para golpear de morte a capacidade do estado de traçar políticas de longo prazo para lidar com seriedade com a questão social.

Nos Princípios Fundamentais na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu preâmbulo, vê-se:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida na ordem interna e internacional, com a

solução pacífica das controvérsias, promulgamos sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

Sabe-se que todo tipo de desenvolvimento estrutural local deveria partir do Estado, no entanto, com uma maior restrição de seus recursos, torna-se necessária a atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs).

É nesse cenário que atua a ONG Luta pela Paz, que tem como objetivo promover a melhoria das condições de vida dos jovens utilizando como ferramentas atividades esportivas e culturais com o propósito de gerar reflexão sobre a questão de cidadania e de autoestima e promover o desenvolvimento social local.

Para compreender o sentido do desenvolvimento local, Mello (2014, p.39) destaca:

Ocorre que, se por um lado, desenvolvimento pressupõe crescimento econômico mais transferência de renda, por outro lado essa corresponde a um conjunto de forças, relações, sistemas, inseridos em contexto mais amplo, no qual desenvolvimento pode ser compreendido como um processo que envolve a interação de múltiplos fatores na sociedade: econômicos + políticos + educativo-culturais + ambientais + p*, onde p representa as demais, e possui elevado grau de subjetividade. Sob tal perspectiva, o desenvolvimento não deriva, portanto do incremento de um único ou principal desses fatores.

Mello (2021) declara que o desenvolvimento deve ser compreendido como um conceito amplo, contemplando a diversidade de fatores que compõem a vida em sociedade. Isso vai na contramão de quem olha para a qualidade de vida de uma população apenas pela ótica do crescimento econômico. O crescimento é importante, sem dúvida, mas, em primeiro lugar, os frutos do esforço coletivo de trabalho na sociedade precisam ser melhores repartidos.

Essa é “a interação de múltiplos fatores na sociedade” mencionados na citação e para a qual utilizamos a notação “p*” designado “tudo o mais” quando se considera a amplitude de fatores importantes, inclusive, subjetivos, emocionais, afetivos, de ordem local, pessoal etc. a serem levados em conta na equação mais importante de todas; a melhoria da qualidade de vida.

A priori, as organizações sociais, principalmente as comunitárias, se apresentam como a real representatividade no território, onde desenvolvem as suas ações diretas. Nesse sentido, Salamon (1997, p. 5) afirma:

O surgimento das Organizações do Terceiro Setor deve a diversas pressões, demandas e necessidades dos indivíduos, como cidadãos, das instituições e do governo, que abriam espaço para que essas instituições alternativas atendessem melhor às necessidades humanas.

Porém, para uma análise qualificada sobre a função que as ONGs têm no apoio à conquista dos direitos sociais, é preciso promover uma reflexão crítica sobre sua atuação, como se pretende realizar neste trabalho, com foco na experiência da ONG Luta pela Paz, visando contextualizar os motivos de sua existência. Com isso, pode-se inferir sobre o verdadeiro papel e o potencial de impacto das ONGs, bem como: saber sobre a práxis política, suas propostas e indicações de caminhos para as mudanças.

Diante da importância das ONGs, o objetivo central será elaborar e refletir sobre o papel destas e como podem contribuir para uma transformação do território de sua ação sem a interferência direta ou indireta do poder privado.

Narotzky (2001 *apud* TENÓRIO, 2001, p. 95) analisa a questão do desenvolvimento local como: “o local não deve ser visto como um mero espaço territorial, mas como um espaço de sentimentos compartilhados e de experiências vividas: uma cultura e uma comunidade”.

Para tanto, as análises pautaram-se na articulação da disputa política que é sempre dinâmica, como constituinte do processo de democracia, que resultam em uma confluência perversa entre: de um lado, o projeto neoliberal que se instala em nossos países ao longo das últimas décadas e, de outro, um projeto democratizante participativo (DAGNINO, 2004, p.140).

Complementando, vale ressaltar que, considerando a tendência de diminuição do papel do Estado na economia, resultando na perda de garantia dos direitos mínimos como a exclusão de políticas sociais, de assistência, ou seja, os serviços básicos e programas sociais passam a ser limitadas a uma parcela da sociedade. E, para suprir essa diminuição, as organizações sociais articulam-se em redes para amenizar os problemas mesmo em caráter pontual e emergencial da comunidade. Dessa forma, conclui Faleiros (2000, p. 7), “leva à questão da proteção social, que deveria ser de responsabilidade do Estado, a se externalizar, passando a responsabilidade para a sociedade civil”.

Dada a importância das redes, tendo em vista que elas funcionam de um modo geral em lugares precários, torna-se necessário discorrer sobre as suas

funcionalidades e conceitos, como também a sua convergência conceitual com o chamado *capital social*.

No tocante ao capital social, os autores a seguir citam seus conceitos. Para Bourdieu (1980 *apud* GATTO, 2007, p.1), Capital Social está atrelado a uma “associação, grupo ou outra forma de rede social que permite que os integrantes destes possam obter benefícios e vantagens do capital que foi obtido pelo grupo” e para se ter uma sustentação sólida, “torna-se necessário acordos individuais ou coletivos na utilização dos benefícios deste capital no curto ou longo prazo”.

Já para Coleman (1988, p.101 *apud* MELO, 2015, p. 118), o capital social é “uma variedade de entidades distintas com dois elementos em comum: todas elas contêm alguma dimensão das estruturas sociais, e todas elas facilitam certas ações dos atores – sejam pessoas ou atores corporativos – dentro da estrutura”.

Refletindo sobre o conceito capital social, para que seus objetivos sejam cumpridos e benéficos às pessoas que direta ou indiretamente estão engajadas, cita-se a autora D’Araujo (2003, p.7 *apud* MELO, 2015, p. 74): “o conceito de Capital Social, se mal, apreendido, superdimensionado ou focado de maneira messiânica, pode também vir a ser desqualificado”. Ainda para essa autora, quando bem definido ele pode ser usado como um importante instrumento conceitual e prático para a concretização de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável e para a revitalização da sociedade civil e da democracia.

Para complementar quanto ao conceito de redes, Minhoto e Martins (2001, p.92) afirmam que “é uma parcela voluntária para realização de um propósito comum, representam formas de articulação entre as agências governamentais e destas com as redes sociais que permitam implementar políticas públicas”.

Na visão de Randolph (1993, p.57),

as redes de solidariedade são características por uma grande diversidade de relações. Essas redes ganharam visibilidade e notoriedade maior com a proliferação das Organizações Não Governamentais a partir do Estado de Bem-Estar e das propostas políticas neoliberais.

A estrutura formal de organização de grande porte que opera em mercados globalizados normalmente é constituída por várias diretorias, departamentos etc. de estrutura verticalizada e hierarquizada, em que suas decisões nem sempre correspondem aos anseios de parte das demandas corporativas. Já as redes sociais

informais pautam-se em nexos e objetivos comuns e podem responder de forma adequada a interesses coletivos numa estrutura horizontalizada e flexível, com a participação voluntária de seus membros.

1.3 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa pautou-se na atuação da ONG Luta pela Paz e demais Instituições em territórios afetados por múltiplas violências, no Complexo da Maré, que permitiu uma visão crítica quanto ao programa de capacitação e qualificação solidária (empregabilidade) de jovens da comunidade. A ONG, além do pilar empregabilidade, possui mais quatro pilares: boxe e artes marciais; educação e desenvolvimento pessoal; serviços de apoio aos participantes e seus familiares (suporte social); liderança juvenil.

Quanto ao sentido da capacitação e qualificação para a empregabilidade, o presente trabalho contextualiza e constrói uma perspectiva analítica de reflexão sobre qual o papel e o potencial de impacto da ONG, no Complexo da Maré. Portanto, o desafio do projeto foi reconhecer a natureza da problemática através de uma abordagem experimental, baseada numa relação de confiança.

O estudo em questão caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva por ter maior flexibilização nas coletas das informações com objetivo no aprofundamento do objeto de estudo, aproximando-se dos atores pesquisados mesmo não sendo presencial.

Segundo Gil (2002 p.41), esse tipo de pesquisa exploratória “proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, inclui levantamento bibliográfico e entrevistas”.

E, quanto à pesquisa descritiva, Gil (2002, p. 42) “descreve as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma das peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dado”.

Foram utilizadas as fontes primárias: registros de informações e dados organizacionais e grupos humanos, entrevistas por áudio, questionários por e-mail *Google forms*, e fontes bibliográficas secundárias a partir de teses, dissertações, artigos científicos, e profissionais, na forma de papel ou em meio de registro computacional.

Vale ressaltar que, diante do cenário provocado pela pandemia de Covid-19, as entrevistas foram efetuadas remotamente, respeitando assim protocolos e restrições da Organização Mundial de Saúde.

O Complexo da Maré, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, é uma das regiões mais populosas do município do Rio de Janeiro, com cerca de 140 mil habitantes.

O grande contingente populacional piora consideravelmente as condições de vida dos seus habitantes. Outro ponto relevante é o aumento da criminalidade, perpassando por múltiplas violências em todo o território, como por exemplo, a falta de serviços públicos, a desigualdade social, resultando, dentre outras coisas, na falta de oportunidade de trabalho dos moradores da Maré, as violações dos direitos humanos e o alto índice de homicídios.

Diante desse cenário, a pesquisa compreende e analisa como a Organização Não Governamental Luta Pela Paz atua na capacitação de transformação dos jovens para o acesso ao mercado de trabalho, assim como na sua reinserção social.

Para entender as problemáticas sobre mercado de trabalho, Roberto Ivo (2019), professor da UFRJ, declarou na revista *Exame*: “há uma sub-oferta de vagas, ou seja, a pouca oferta de trabalho em relação à grande demanda, aumenta a subutilização e obriga os trabalhadores a exercerem atividades aquém da sua formação escolar”.

E, segundo Debortoli, Diehl e Braido (2019, p.18),

Entender a atual situação do mercado de trabalho e o desemprego que afeta milhões de brasileiros é importante, pois é possível identificar onde se encontram as maiores barreiras e dificuldades que os trabalhadores se deparam no momento de conseguir um emprego. O desemprego coloca-se como um problema social que gera instabilidade e sentimento de insegurança abrangente em trabalhadores de todos os ramos e setores de atividade.

Diante disso, o intuito da pesquisa é compreender como a ONG Luta pela Paz e demais Instituições oferecem subsídios para tomada de decisão na inserção dos jovens no mercado de trabalho, seus desafios, suas fragilidades e, sobretudo, a sua potencialidade.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A ONG Luta pela Paz é o objeto deste estudo de caso. Como destaca Yin (2001, p.19) sobre um estudo de caso:

O estudo de caso é apenas uma das muitas maneiras de se fazer pesquisa em ciências sociais. Experimentos, levantamentos, pesquisas históricas e análise de informações em arquivos (como em estudos de economia) são alguns exemplos de outras maneiras de se realizar pesquisa. Cada estratégia apresenta vantagens e desvantagens próprias, dependendo basicamente de três condições: a) o tipo de questão da pesquisa; b) o controle que o pesquisador possui sobre os eventos comportamentais efetivos; c) o foco em fenômenos históricos, em oposição a fenômenos contemporâneos.

O estudo de caso é uma maneira de fazer pesquisa que, geralmente, responde perguntas do tipo: “como”, “por que”, “o que” e “quando” e analisa situações ou eventos que o pesquisador possui pouco controle e dispõe de fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto real.

Ressalta-se que, além da participação dos integrantes da instituição, a pesquisa teve a integração e a contribuição de outros atores na produção do conhecimento e informação que direta ou indiretamente estão envolvidos com o tema, ou seja, acerca dos desafios e conquistas dos jovens da Comunidade do Complexo da Maré. Adotou-se como método um estudo baseado num campo exploratório e qualitativo, cuja coleta de dados realizou-se seguindo as seguintes etapas: criação de formulário digital adaptado ao telefone celular e gravação de voz das entrevistas e e-mail digital.

Foram aplicados questionários estruturados aos sujeitos da pesquisa divididos em dois grupos: os integrantes da equipe dos projetos da ONG, integrantes de outras instituições e o coordenador do Pilar Empregabilidade, utilizando os tipos de perguntas qualitativas e quantitativas como: múltiplas escolhas em que o sujeito poderá responder uma ou mais opções; perguntas dicotômicas existindo apenas duas opções – sim ou não; perguntas abertas prevalecendo a opinião do pesquisador.

Foram oferecidos assim subsídios relevantes, uma riqueza de informações para a contextualização e desenvolvimento da pesquisa, tal como o ambiente de trabalho, as atividades exercidas na Instituição, o processo de comunicação entre os integrantes/equipes e os usuários, no caso os jovens da comunidade, e enfatizando os reflexos causados pela pandemia.

É bom lembrar que o projeto de pesquisa apontava (antes da pandemia) para a construção de um diálogo direto e presencial com a ONG, onde havia uma proposta concreta e consentida sobre o seu desenvolvimento. Na proposta inicial, a metodologia indicava uma pesquisa de campo e os instrumentos e ferramentas a serem aplicados. Porém, a Covid-19 e seu contágio impossibilitaram a realização do trabalho de campo presencial com os atores sociais. Assim, fez-se necessário rever parcialmente a forma de contato com a ONG sem perder a qualidade das respostas. Isso significa que os questionários e entrevistas foram virtuais.

Visando dar legitimidade à pesquisa, os contatos iniciais foram previamente consentidos pelas partes envolvidas para o uso das informações levantadas pelas entrevistas virtuais através do *Google Forms*.

Para Silva *et al.* (1997, p. 410), “questionário seria uma forma organizada e previamente estruturada de coletar na população pesquisada informações adicionais e complementares sobre determinado assunto sobre o qual já se detém certo grau de domínio.” Os autores também citam o conceito proposto por Tull (1976) para a pesquisa do tipo *survey*: “coleta sistemática de informações a partir dos respondentes com o propósito de compreender e/ou prever alguns aspectos do comportamento da população em estudo” (SILVA *et al.*, 1997, p. 410).

Importante salientar que uma das ferramentas utilizadas (questionário) produziu para a pesquisa – vide capítulo 6 – elementos relevantes para o desenvolvimento de uma análise e discussão mais detalhada quanto ao cerne da pesquisa e conseqüentemente para expor as conclusões.

Outras ferramentas utilizadas serão as referências bibliográficas, livros, teses, artigos (elaboração teórico-analítica), e a partir disso, detectar, focar e contribuir seja quantitativamente (dados, números) e qualitativamente (o porquê? Como? Para que? Ou para quem?) o perfil dos atores da instituição e dos beneficiários da comunidade. Uma análise de campo da real situação com um suporte crítico.

Quanto ao referencial teórico, o estudo conceitual sobre as ONGs com foco para a Instituição Luta pela Paz, desenvolvendo uma reflexão crítica a partir da sua atuação dentro de um espaço de disputa econômica, política (grupos dominantes), mas ao mesmo tempo em um local de significação cultural, histórico e social.

1.5 OBJETIVOS

O objetivo geral desta dissertação foi refletir sobre a capacidade de transformação social da ONG Luta pela Paz e seu impacto nas comunidades carentes, localizadas no Complexo da Maré – Nova Holanda – Rio de Janeiro, a partir do programa de capacitação para acesso ao Mercado de Trabalho Formal – Empregabilidade.

Os objetivos específicos são:

- a) Registrar o surgimento e trajetórias da ONG Luta pela Paz;
- b) Fazer uma revisão bibliográfica para compreensão do campo das ONGs no Brasil;
- c) Estimar o papel e o potencial de impacto das ONGs, bem como suas práxis políticas para transformação da comunidade do Complexo da Maré;
- d) Definir o conceito da chamada empregabilidade;
- e) Discutir o programa de capacitação e qualificação (empregabilidade) no Complexo da Maré – Nova Holanda;
- f) Analisar o 5º. Pilar Empregabilidade desde sua implementação até o momento da pesquisa;
- g) Analisar a participação das empresas privadas na inserção dos jovens do Complexo da Maré no mercado de trabalho;
- h) Refletir sobre as ações das ONGs do Complexo da Maré com o foco de transformação social na vida dos jovens daquele local.

Também foi feita uma análise quantitativa do caso através de indicadores como: o número de jovens beneficiados pelo projeto, ou seja, estimativa da evolução ou não; do perfil dos jovens captados pelas empresas desde a sua implementação. Foi feita uma projeção do impacto direto e indireto dos atores envolvidos (profissionais da ONG, jovens e as empresas ligadas à Luta pela Paz). O propósito dessa etapa da pesquisa foi diagnosticar a realidade.

Foram consultados obras e autores visando consolidar a construção dos questionários para que sejam claros e isentos. Após, os resultados foram divulgados em tabelas e gráficos com a compilação das informações qualitativas e quantitativas contidas nas entrevistas, questionários respondidos.

Finalmente, concretizando os resultados, a pesquisa identificou a fragilidade e a potencialidade do projeto. Em outras palavras, foi possível promover, traçar um

perfil de atuação e grau de êxito das ações, apresentar as reflexões e as conclusões para os atores que direta ou indiretamente fazem parte da experiência.

1.6 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação, além da Introdução e Conclusão, apresenta a estrutura em cinco capítulos:

No Capítulo 2, o objetivo é mostrar a construção e trajetória das Organizações Não Governamentais – ONGs e o Terceiro Setor a partir de seus fundamentos. Foi dividido em seis seções, a saber: 2.1 A construção da trajetória das ONGs e do Terceiro Setor, 2.2 Os desafios enfrentados quanto à gestão e financiamento, 2.3 Reflexões sobre território no contexto de base comunitária, 2.4 A disputa entre projetos políticos, 2.5 Desafios no desenvolvimento sustentável e legitimidade de recurso, 2.6 As considerações parciais.

Portanto, nesse capítulo pretende-se apresentar o contexto das ONGs e Terceiro Setor, noções de território, descritas por diversos autores, permitindo visualizar as diferenças gerenciais, suas práticas e efetividades como também suas fragilidades e dificuldades, já que muitas atuam em territórios de múltiplas violências.

No Capítulo 3, será abordada a importância das ONGs no Complexo da Maré, tendo em vista as suas iniciativas sociais relevantes na sociedade, em especial, nesse território/região. O propósito de tais organizações deve-se pela ausência do Estado, aumentando proporcionalmente a desarmonia social em que muitos vivem na pobreza e poucos na riqueza, negando aos desfavorecidos políticas públicas efetivas, sejam na educação, direito à saúde, a oportunidade de crescimento pessoal, impactando negativamente a vida dessa população. Daí o propósito das Organizações Não Governamentais constitui uma melhoria neste espaço para amenizar e assegurar alguns direitos e oportunidades às pessoas dessa região. E, para que tais desafios sejam exequíveis, a importância da agregação e a atuação de todos os atores envolvidos, ou seja, desde os integrantes e patrocinadores das organizações e os moradores da comunidade.

Ressalto que essa falta de ação por parte do Estado no Complexo da Maré (assim como em outras favelas no Estado do Rio de Janeiro) acirra cada vez mais as desigualdades sociais, ocasionando aos moradores da região a falta de perspectivas, seja no presente ou futuro, o que acarreta falta da participação ativa

dos seus moradores, a escassez de ofertas de cursos e entretenimentos, sem contar com o grave crescimento da violência, a falta de segurança, violações de direitos, impactos dos confrontos armados causando prejuízos a todos muitas vezes irreversíveis.

Por isso, vale destacar a relevância da intervenção das organizações, cujo objetivo é fortalecer a rede de proteção social e minimizar os efeitos negativos causados pela falta de políticas públicas nas comunidades do Estado do Rio de Janeiro como um todo.

Também serão relatados às várias comunidades, os estabelecimentos comerciais e educacionais pertencentes ao Complexo da Maré, bem como a formação das três vias expressas: Avenida Brasil, Linha Amarela e Linha Vermelha.

Esse capítulo está dividido da seguinte forma: 3.1 Identificação locacional da ONG Luta Pela Paz e demais comunidades relacionadas, 3.1.1 Demografia, 3.1.2 Estabelecimentos comerciais e educacionais no Complexo da Maré, 3.2 vias de acesso ao Complexo da Maré e Cidade do Rio de Janeiro, 3.2.1 Avenida Brasil, 3.2.2 Linha Amarela, 3.2.3 Linha Vermelha, 3.3 Localização – Complexo da Maré, 3.4 Juventude e Políticas Sociais e homicídios de jovens no Brasil, 3.5 Impactos e dificuldades enfrentadas no Complexo da Maré.

No Capítulo 4, apresentamos a descrição da ONG Luta pela Paz, seu surgimento e trajetórias, descrevendo o Projeto Social a partir da iniciativa do fundador Luke Dowdney no ano 2000. A entidade é patrocinada e apoiada por diversas organizações, sejam nacionais e internacionais, tendo como objetivo a prevenção à violência. Seu foco principal de atuação é o esporte (boxe e artes marciais). A estratégia do Projeto da ONG é baseada na metodologia de atuação composta de cinco pilares que unem todos os serviços e atividades como boxe e artes marciais, educação e desenvolvimento pessoal, serviços de apoio aos participantes, liderança juvenil e capacitação para acesso ao mercado de trabalho formal como instrumentos de superação de barreiras sociais e violência, ou seja, como meio eficaz de promover ao máximo o potencial da juventude

Além disso, será feita uma análise crítica da experiência da “Luta pela Paz” uma vez que seus projetos e programas de intervenção se veem frente a frente com a violência. A falta de uma Política Pública eficaz e presente no combate da criminalidade, somada à falta de suporte e investimentos do Estado, impacta diretamente na estrutura familiar, na carência de moradia, saúde, educação, falta de

segurança pública e nas oportunidades de inserção no mercado de trabalho/empregabilidade, sendo que este último alvo da discussão da pesquisa.

Segundo Souza (2006, p. 44), em *Avaliação do Projeto Luta pela Paz – Maré/RJ*,

O projeto tem como missão oferecer aos jovens, em situação de risco, alternativas ao crime e ao emprego no tráfico de drogas através da inclusão social pelo esporte, educação, atuação social, promoção da cultura de paz e acesso ao mercado de trabalho.

Sua divisão: 4.1 Breve histórico, 4.2 Público-alvo, 4.3 Metodologia do projeto “Luta Pela Paz”, 4.4 Ciclos de intervenção, 4.5 Quanto à infraestrutura, 4.6 Organograma hierárquico da Instituição, 4.7 Considerações parciais.

No Capítulo 5, debatemos a inserção do jovem no mercado de trabalho, a visão crítica quanto ao programa de capacitação e qualificação – empregabilidade, buscando retratar o cenário de inserção do jovem no mercado de trabalho, principalmente no que tange à participação da juventude brasileira de baixa renda e muitas das vezes com baixa escolaridade e morando em comunidades. Outro aspecto a ressaltar é a apreciação por parte de alguns autores quanto a este tema, enfatizando a precarização da força de trabalho, por sua complexidade, já que permeia contextos que envolvem mudanças constantes do mercado de trabalho com maiores exigências, profissionais mais qualificados, alta competitividade, ou seja, as empresas privadas padronizam um perfil de acordo com seus interesses em todas as áreas.

Outro exemplo forte desse processo de ocultamento das novas modalidades de exploração do trabalho é o chamado “empreendedorismo”. [...] as novas figuras do mercado de trabalho, os novos fenômenos do empreendedorismo, cada vez mais se configuram em formas ocultas de trabalho assalariado, subordinado, precarizado, instável, trabalho “autônomo” de última geração, que mascara a dura realidade da redução do ciclo produtivo. Na verdade, trata-se de uma nova marginalização social e não de um novo empresariado (VASAPOLLO, 2005, p.5).

Seus subtemas: 5.1 Visão crítica ao Programa de capacitação e qualificação – empregabilidade, 5.2 Cenário de inserção dos jovens no mercado de trabalho, 5.3 Mercado de trabalho e empregabilidade.

Diante da alta complexidade, esse capítulo terá como objetivo a compreensão de alguns mecanismos com respeito à inserção dos jovens no mercado de trabalho diante de tantas desigualdades sociais, a falta de políticas públicas do Estado e diante de empresas que normalmente visam ao próprio benefício.

No Capítulo 6, abordamos a capacitação para o acesso ao mercado de trabalho formal (preparação pessoal e social) – traduzida em empregabilidade, um dos Pilares da Luta Pela Paz. Também apresentamos a logística do produto deste Pilar que é a Feira de empregabilidade.

Ademais, será analisado o resultado da pesquisa referente à capacidade de transformação social com os integrantes da Luta Pela Paz e de outras Instituições que atuam no Complexo da Maré.

Os subtemas nesse capítulo: 6.1 ações do programa de formação e inserção de jovens no mercado de trabalho “Pilar Empregabilidade”, 6.1.1 atendimento para a Feira de Empregabilidade, 6.1.2 resultados do ano 2019, 6.1.3 resultados sobre as exigências do mercado de trabalho, 6.2 resultados sobre a capacidade de transformação social, 6.3 reflexões a respeito do capítulo, 6.4 Considerações parciais.

Por fim, as considerações parciais e conclusão final e apêndices A, B e C.

Os dados das pesquisas com o Coordenador e demais integrantes que atuam na região foram obtidos através de questionários pelo aplicativo *Google forms*.

2 O CONTEXTO DAS ONGS NO BRASIL

Neste capítulo, serão apresentados as ONGs e o Terceiro Setor no Brasil, sua trajetória e seus desafios, destacando a atuação nas favelas do Rio de Janeiro, além de refletir sobre território no contexto de base comunitária. Há uma discussão sobre a estratégia de atuação, dado que muitas praticam somente como instituições mediadoras entre as políticas públicas e a população menos favorecida. Entende-se que o objetivo vai além da mediação, o de se posicionar como uma entidade preocupada com a socialização em comunidade, o trabalho em equipe, o respeito à opinião do coletivo e, sobretudo, o compromisso de realizar mudanças positivas e reais na comunidade.

2.1 A CONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA DAS ONGS E O TERCEIRO SETOR

Uma Organização se constitui a partir de muitas atividades em uma comunidade, por isso é um ente coletivo. Apesar de não ser governo, atua e executa ações em todos os setores do poder público como: educação, esporte, culturas, saúde, mercado, segurança etc.

Esse ente ocupa um espaço na sociedade devido em grande parte ao descaso do Estado em suprir as necessidades pontuais e locais da comunidade e os motivos são vários, a saber: dificuldade e falta de articulação com o Estado; desinteresse da gestão pública em investir financeiramente vide as necessidades da população. É bom ressaltar que ONG e Terceiro Setor são termos difusos, podem envolver igrejas, clubes esportivos, associação de moradores etc.

Diante disso, grupos vêm se organizando para suprir as demandas das comunidades, e assim nascem as ONGs. De forma legal, as ONGs no Brasil são denominadas não só como Associação Sem Fins Lucrativos, mas também como Fundações Empresariais, Cooperativas, Grupos de Produção etc.

Encontra-se na sociedade ONGs sem estrutura administrativa, porém com responsabilidade e compromisso com a comunidade. De toda forma, são entes organizados, tendo ainda os casos em que ONGs são organizações da Cooperação Internacional no Brasil.

As ONGs obedecem à legislação vigente, possuem estatuto e são devidamente registradas em cartório, devem primar por um gerenciamento eficaz e eficiente com fundadores, membros e colaboradores. O propósito é dar sustentabilidade à organização por um longo prazo.

Muitas definições de Organização Não Governamental são indicadas. Machado (2009) afirma que não há um consenso único. E isso se dá pelas variadas organizações que se reconhecem como ONGs no Brasil e no mundo. Segundo o chamado Marco Regulatório do Terceiro Setor – Leis nº13.019/2014 e 13.204/2015 no aspecto jurídico, as organizações não governamentais são identificadas como associações ou fundações regidas por estatutos registrados em cartório de registro civil de pessoa jurídica. O código civil define associações como “união de pessoas que se organizam para fins não econômicos”.

Segundo Landim (2002, p. 215), a abordagem quanto ao surgimento das ONGs brasileiras parte da década de 1970 e tem como finalidade mostrar o processo de implementação e de construção no país. A autora ressalta que o termo ONG foi designado a partir de 1940 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o autor, o termo foi uma importação que se adaptou e retraduziu em função de relações e dinâmicas sociais locais. É esse o sentido que se busca ao pensá-lo enquanto categoria socialmente construída na sociedade brasileira (LANDIM, 2002, p. 216).

Para Oliveira e Silva Júnior (2013, p. 4):

a designação ONG fazia referência às instituições não oficiais, que se diferenciavam das instituições decorrentes de acordos entre governos nacionais, como a própria ONU e suas agências especializadas, aptas a receber recursos financeiros para executar projetos de interesse de grupos e comunidades sociais.

Para Paiva (2003 *apud* OLIVEIRA, SILVA JUNIOR, 2013, p. 5), “a expressão não governamental se estabeleceu em um cenário onde muitos cidadãos perderam seus direitos civis. Consequentemente, as ONGs constituíram-se em poucos espaços de atuação política”. Segundo Fiege (2003 *apud* OLIVEIRA, SILVA JUNIOR, 2013, p.5), “ressalta-se que muitos militantes políticos de partidos proibidos se abrigaram neste espaço”.

Coutinho (2005, p. 57), por sua vez, destacou que nas décadas de 1960/70 surgiram vários centros de “educação popular” no Brasil, que se referia

principalmente aos movimentos sociais, com ênfases na “conscientização” e “transformação social” com palavras de ordem como “democracia de base” e “autonomia”. As organizações de “cooperação internacional” formadas por igrejas (católicas e protestantes) e “centros de assessoria” passaram a voltar a atuação aos movimentos populares, com princípios como “educação popular”, “autonomia”, “auto-organização”, “independência”, “direitos humanos”, deixando de lado as práticas assistenciais-filantrópicas tradicionais (DOIMO, 1995, p. 129-130).

Landim (2002, p. 216), esclarece que o significado da expressão ONG no contexto brasileiro: “[...] vem sendo usada para designar um conjunto de organizações da sociedade civil com características peculiares” e seu reconhecimento e a sua visibilidade social deveram-se à produção de concepções e identidade comuns. A palavra ONG, por sua vez, apesar da origem internacional, passou a ter novo significado, ou seja, de uma entidade voltada para a defesa dos direitos, das relações e das dinâmicas sociais locais.

A partir da década de 1970, as ONGs começaram a ganhar força no contexto da ditadura militar, buscando a defesa dos direitos humanos e políticos e, sobretudo, da democracia. Estavam atreladas a um processo de modernização e de uma sociedade diversificada e foram vistas como oposição política ao regime autoritário vigente.

Nessa década, ocorre a consolidação e a expansão das ONGs, quando muitas delas assumiram funções do Estado.

As chamadas ONGs se consolidam na medida em que se constrói e fortalece um amplo e diversificado campo de associações na sociedade, a partir, sobretudo de meados dos anos 1970 – tendência que caminha em progressão pelas décadas de 1980 e 1990. (LANDIM, 2002, p.219).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) serviam de elos de confiança entre o povo e os agentes, sob a proteção de bispos e padres progressistas. Elas cederam lugar às instituições promotoras de encontros e cursos de formação e assessoria pastoral. Essas instituições assumiram um compromisso com o sistema partidário e com a reforma do Estado.

[...] a velha aliança entre a Igreja Católica, o Estado e as classes dominantes da América Latina foi desafiada, se não pela Igreja enquanto instituição, por um número crescente de padres, freiras e leigos, através de

suas práticas. [...] a Teologia da Libertação recomendou que o trabalho pastoral deveria ser endereçado preferencialmente às pessoas oprimidas da América Latina (os pobres, as mulheres, as crianças e jovens, os negros e os índios), e organizado como meio de conscientização e luta (SCHERWARREN, 1993, p. 38).

Em uma publicação especial sobre ONGs intitulada *A história das entidades do Terceiro Setor no Brasil*, no contexto militar, Gonçalves (2007, p. 1) afirma:

Esse momento foi um momento importante na história do Brasil, até porque ele coincidiu com o papel reivindicatório. Ele coincidiu com o momento da história brasileira em que a gente estava na luta pela redemocratização do país. Então nos anos 70, isso foi muito forte no Brasil. Mas já vinha desde antes disso.

Entre os anos de 1970 e 1980 ocorreu no Brasil uma intensa mobilização popular visando reivindicar o cumprimento das demandas diante das inúmeras necessidades das comunidades. Foram caracterizadas como um produto das forças de oposição emergentes e não institucionalizadas, voltadas para os problemas sociais e a necessidade de garantir a subsistência (KLEINSCHMIDT; SILVA, 1985).

Esses movimentos envolviam três categorias: a) operário e sindical; b) rurais e c) urbanos. Cada um desses movimentos reivindicava dentro da sua esfera de atuação em busca de melhoria de salário frente ao tempo de trabalho, como a seguir:

Nos anos 70-80, as ONGs eram instituições de apoio aos movimentos sociais populares, estavam por detrás deles na luta contra o regime militar e pela democratização do país. Ajudaram a construir um campo democrático popular. Nesta fase, as ONGs se preocupavam em fortalecer a representatividade das organizações populares, ajudavam a própria organização a se estruturar, e muitas delas trabalhavam numa linha de conscientização dos grupos de organizações. As ONGs eram suportes para a ação dos movimentos. Eram ONGs cidadãs, movimentalistas, militantes (GOHN, 2005, p.89).

Oliveira e Silva Júnior (2013, p. 5) citam:

Nos anos 80, as ONGs passam a estabelecer como portadoras da esperança, construindo o elo necessário entre as instituições dos governos e as populações locais. Esta década pode ser considerada como o período de crescimento, de uma grande expansão de ONGs no Brasil (CAMARGO *et al.*, 2001; FISCHER; FISCHER 1994; HADDAD 2002; LANDIM 1993).

O marco para a difusão e a popularização da sigla no Brasil ocorreu na década de 1990, mais precisamente com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – conhecida como ECO-92⁴. A partir desse acontecimento, as ONGs submeteram-se a uma nova lógica, passando a priorizar os trabalhos em parceria com o Estado e/ou empresas, sempre sem fins lucrativos. Ou seja, desenvolvem um perfil de filantropia empresarial ao manterem estreitas relações com bancos, agências financiadoras, fundações ligadas ao grande capital(COUTINHO 2005, p. 58). Como afirma Gohn (1997, p.297):

As ONGs crescem na medida em que os movimentos sociais perdem sua força mobilizadora e adotam uma política “integradora” (diferente da contestadora dos anos 1970), através de “parcerias” com o poder público que, “na maioria dos casos, mantém o controle dos processos deflagrados enquanto avalista dos recursos econômico-monetários.

Segundo o cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o apoio da ABONG⁵ (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas) e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), entre os anos de 1996 e 2002, houve grande crescimento das ONGs no Brasil.

A Rede IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada confirma esse fenômeno em seus estudos:

O primeiro levantamento sobre o setor sem fins lucrativos realizado com dados oficiais no Brasil utilizou como referência o Cadastro Central de Empresas (Cempre) do IBGE para o ano de 2002, que cobre o universo das organizações inscritas no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica). Um dos destaques é que, entre 1996 e 2002, o número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos cresceu 157%, passando de 105 mil para 276 mil. No mesmo período, o número de pessoas ocupadas no setor passou de 1 milhão para 1,5 milhão de trabalhadores, registrando um aumento de 50% (ESTUDOS..., 2008).

A ABONG (1998) aponta algumas áreas temáticas que atuam nas ONGs(listadas no Quadro 1).

4 Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, realizada na cidade do Rio de Janeiro.

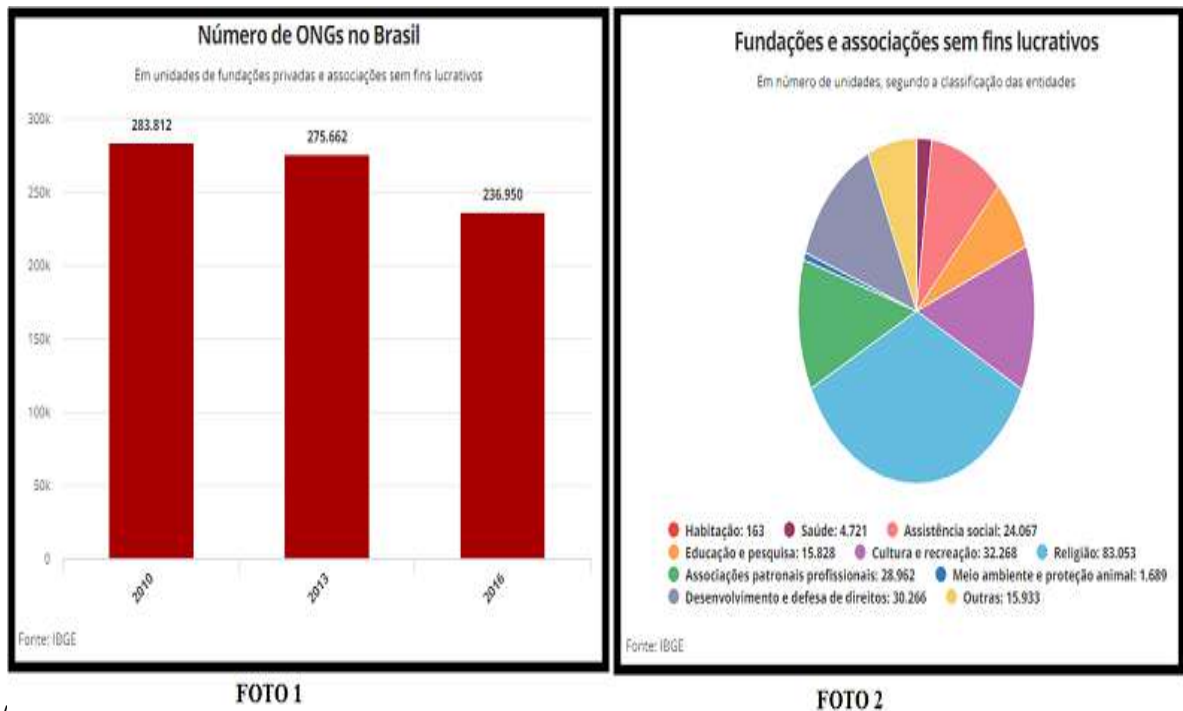
5 Criada em 1991,tendo como principais objetivos promover o intercâmbio entre as ONGs e representar coletivamente essas organizações com o Estado e com os demais atores da sociedade civil”.

Quadro 1 – Áreas Temáticas

Educação e/ou Profissionalização	Comunicação
Saúde/DST-Aids	Questões Urbanas
Criança e/ou Adolescente	Justiça e Segurança Pública
Agrária/Agrícola	Direitos do Consumidor
Ambiental/Ecológica	Políticas Públicas
Desenvolvimento Regional/Local	Relações Internacionais
Organização Popular/Participação Popular	Desenvolvimento Institucional
Direitos Humanos	Cidadania/Democracia
Povos Indígenas	Tecnologia
Racismo/Negros	Segurança Alimentar
Relação de Gênero/Mulher	Migrantes
Arte e Cultura	População de Rua
Trabalho e Renda	Ecumenismo

Fonte: ABONG (1998).

Apesar da abrangência das áreas temáticas, o IBGE (2019) mostra uma queda em 16,5% do número de ONGs e associações entre os anos de 2010 e 2016.

Figura 1–Número de ONGs e Associações

/

Fonte: IBGE (2019).

Para a Comissão sobre Governança Global, a definição de ONG é:

As ONGs constituem um grupo diverso e multifacetado. Suas perspectivas e suas áreas podem ser locais, regionais ou globais. Algumas se dedicam a determinadas questões ou tarefas; outras são movidas pela ideologia. Algumas visam o interesse público em geral; outras têm uma perspectiva mais estreita e particular. Tanto podem ser pequenas entidades comunitárias cujas verbas são escassas, como organizações de grande porte, bem dotadas de recursos humanos e financeiros. Algumas atuam individualmente; outras formaram redes para trocar informações e dividir tarefas, bem como ampliar seu impacto(MACHADO, 1996, p.192).

Portanto, as ONGs correspondem a um universo muito heterogêneo e, segundo Machado (2012, p. 2), essa complexidade dificulta as análises sobre os seus atos e abrangência.

Em 1999, o terceiro setor foi reconhecido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (2001). Porém, com diversas definições que resultaram em intenso debate e polêmica, sobretudo nos anos 1990.

Segundo Fonseca (2000, p.2), “O conceito mais aceito atualmente é o de uma esfera de atuação pública, não-estatal, formada a partir de iniciativas privadas voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum.”

No caso brasileiro, para uma análise e compreensão do terceiro setor, deve-se ter como base a legislação que vigorou até março de 1999, em que faziam parte de sua composição todas as instituições jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos.

O “Terceiro Setor”, segundo Fernandes (1994, p.13), é

[...] um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público [...] encontramos uma variedade de prestadores de serviços que não costumam ser incluídos nos diretórios convencionais dos “agentes não governamentais”. Muitos não estão sequer registrados em qualquer instância jurídica. Trabalham à margem dos controles formais. Outros têm registros institucionais, mas não distinguem entre os serviços com a clareza analítica que se espera das agências civis.

Fernandes (1994, p.21) amplia essa discussão caracterizando o terceiro setor como aquilo que é privado, porém público, visto que sua origem está alicerçada em um “conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos”.

Diante da relação ordinal entre os setores, Fernandes (1994) levanta a sua antecedência lógica e histórica sobre o Estado e o mercado. A posição ocupada pelas iniciativas da sociedade civil deveria ser a de primeiro setor. Seja como for, a ideia desse setor pode ser concebida a partir das relações entre o “público” e o “privado”.

Destaca-se a seguinte divisão:

- a) 1º setor: Estado;
- i) 2º setor: Iniciativas Privadas;
- j) 3º setor: Organizações Não Governamentais (ONGs).

O primeiro setor é formado por organizações públicas, isto é, órgãos públicos e pelas empresas estatais. Já o segundo setor é constituído por organizações privadas com fins lucrativos. O terceiro setor, por não se enquadrar em nenhum desses dois setores, é composto por ONGs, associações, fundações, entidades de assistência social, educação, saúde, esporte, meio ambiente, cultura etc. e que não possuem fins lucrativos.

Para Montaño (1999, p. 27), o Terceiro Setor em perspectiva é

A parceria entre o Estado e o 'Terceiro Setor' tem a clara função ideológica de encobrir o fundo, a essência do fenômeno, ser parte da estratégia de reestruturação do capital, e fetichizá-lo em 'transferência', levando à população a um enfrentamento/aceitação deste processo dentro dos níveis de conflitividade institucional aceitáveis para a manutenção do sistema, e ainda mais, para a manutenção da atual estratégia do capital e seu projeto hegemônico: o neoliberalismo.

Montaño (2001) também faz críticas quanto ao sistema neoliberal que distorce a construção do que é cidadania e democracia. O autor constata uma minimização da atuação do papel do Estado, passando a se impor como Estado mínimo enquanto portador dos bens e programas de proteção social e apurando o fortalecimento do mercado. Existe a falta de responsabilidade do Estado, portanto, se faz necessária uma reavaliação das consequências desta falta pela sociedade civil, já que as causas foram altamente desfavoráveis, afetando consideravelmente a parcela da população que vive em extrema pobreza. Para Montaño (2001), este contexto levou ao surgimento do "Terceiro Setor", que passa a assumir o papel de mediador entre o Estado e o setor privado, de forma a repassar ao setor privado as responsabilidades sociais que antes estavam sob a esfera do Estado. "É neste espaço que surgirá o que é chamado Terceiro Setor atendendo a população excluída ou parcialmente integrada" (MONTAÑO, 2001, p. 4).

Vê-se o Terceiro Setor "como uma ferramenta nas mãos do Estado para a criação de uma cultura do 'possibilismo'" (MONTAÑO, 2001, p. 38). Entretanto, "não existe um consenso sobre quais organizações exatamente fazem parte ou não do terceiro setor" (MONTAÑO, 2003, p. 55).

Montaño(2003) também expressa sua crítica ao conceito de "terceiro setor" sendo formado pelas organizações sem fins lucrativos, pois alega:

- a) Algumas organizações geram lucro indireto para suas empresas através de ações de *marketing*;
- b) Muitas pagam altos salários aos seus funcionários.

Para Montaño (2003, p. 17), o conceito do "Terceiro Setor" no Brasil após ditadura militar foi definido como homogêneo e sem contradições de classes e que o intuito seria o "bem comum". Todavia, esse fato segundo o autor "contribuiu para facilitar a hegemonia do capital na sociedade". Também o "Terceiro Setor" é inerente a "visões segmentadoras", pautado num processo de reestruturação do capital,

especialmente no que tange ao afastamento do Estado das suas competências às sequelas da “questão social” (2003, p.186).

Alvear (2008, p.7) afirma que “em decorrência de o terceiro setor ser um agrupamento de organizações que não se enquadravam nem no primeiro nem no segundo setor, organizações radicalmente diferentes estão agrupadas sob esse rótulo”. Assim, as ONGs, associações de moradores, fundações e institutos empresariais, igrejas, partidos políticos, condomínios, clubes e outras organizações sem fins lucrativos também podem fazer parte desse grupo.

Segundo Costa e Visconti (2001,p.5), por diversas razões históricas, abrigaram-se sob essa denominação agentes e Organizações da Sociedade Civil (OSCs), “formando um conjunto heterogêneo de atuação em causas específicas e gerais, nos campos político, social, econômico e cultural.”

Contudo, considera-se que a ONG genericamente expressada como Terceiro Setor é de grande importância para parte da sociedade, principalmente quando seu propósito é promover causas políticas, seja nos âmbitos educacionais, ações sociais, na área da saúde, meio ambiente, alimentação, entre outras coisas, ou seja, pela contribuição social visando à melhoria de vida dentro do espaço público específico, onde os agentes comprometidos se inserem.

Se por outro lado, o Estado através de suas leis de incentivo cria mecanismos de proteção para empresas e indivíduos que doam para organizações por meio de subvenções, isenções, concessões e outros benefícios, o que se observa é uma total inércia no trato com as expressões da questão social.

2.2 OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS ONGS QUANTO À GESTÃO E FINANCIAMENTO

É inegável que o desempenho das ONGs se torna uma importante questão, já que têm forte relação com o Estado e a sociedade, tornando-se cada vez mais expressivo, principalmente atualmente, quando as desigualdades sociais são evidentes.

É de grande relevância o trabalho das ONGs na redução de problemas emergenciais a partir do diálogo entre os entes (comunidade, instituições e governo), visando construir as melhores políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento

da região e território, além do fato de que as Organizações Locais respondem pela cultura e identidade locais, podendo aplicar boaspráticas ajustadas de enfrentamento de mazelas e questões estruturantes.

Nesse sentido, é importante salientar os objetivos das ONGs no Brasil para a construção em um espaço em que se trabalhe a emancipação de um público específico, caracterizado na grande maioria das vezes com dificuldades econômicas. É preciso despertar nos cidadãos não só o ser crítico, mas, sobretudo, as condições e meios para o acesso a direitos sociais.

Segundo o levantamento da empresa Runsmart (2017, p. 1):

Sem uma gestão eficiente, o projeto dificilmente se torna sustentável ou escalável, exigindo recursos além do estimado. Um bom planejamento permite estimar como uma determinada ação pode impactar o nicho em que a organização está inserida no médio e longo prazo, restringindo a sobrevivência financeira. Nesse cenário, a utilização inteligente de recursos tem a função de garantir um processo de planejamento de longo prazo, que também inclui o plano de desenvolvimento. Algo impraticável na maioria das organizações do terceiro setor que atuam no Brasil.

Cada vez mais as Organizações sem Fins Lucrativos têm como atuação oferecer serviços de caráter público como forma de preencher as lacunas sociais geradas pela falta de assistência do Estado e setores privados. Diante disso, a Runsmart(2017) pontua alguns desafios: o desempenho está atrelado a uma gestão eficiente, do contrário seus objetivos podem ser bastante limitados; a ausência de uma gestão eficiente pode gerar a escassez de recursos e o projeto pode ser tornar insustentável. É preciso um bom planejamento, organização, sistematização e compromisso de todos os atores da instituição para a garantia de recursos no médio e longo prazo; as organizações devem ser pautadas na lógica da cidadania e participação – organização popular. Não deve ser baseado em um projeto de mercado (neoliberal), pois pode levar a uma falta de credibilidade por parte da comunidade onde a instituição está inserida; é preciso minimizar as contradições entre os entes. Por isso, a partir de padrões éticos, deve-se buscar uma política participativa e a garantia dos direitos universais. Deve-se lutar pela manutenção da confiança nas ações das ONGs; e buscar novos parceiros para o fortalecimento da organização.

A transparência nas prestações de contas, na demonstração das atividades contábeis e da gestão deve ser amplificada, além de uma constante troca de informações entre os entes envolvidos.

O trabalho voluntário tem papel fundamental nas ONGs porque aumenta o nível de confiança nas ações. Esses atores normalmente moram no local/território. No entanto, muitos não aceitam a atividade ou exercem por pouco tempo, pois precisam de remuneração, entre outros motivos menos relevantes. Portanto, torna-se fundamental que as ONGs conscientizem as pessoas sobre a causa social.

Quanto maior a Organização, as estruturas tornam-se mais complexas, novas diretrizes econômicas, políticas e legais, por isso, ter plano de sucessão, planejamento de carreira, bem-estar e o engajamento dos funcionários fazem parte das novas exigências.

A adoção de inovação social torna-se uma ferramenta indispensável para aumentar a transparência de suas atividades e na obtenção de novas parcerias.

Para Alvear (2007, p. 10-12):

No caso de execução de serviços sociais, a organização precisa articular com outras ONGs para se capacitar e desenvolver metodologias que atinjam melhores resultados. Além disso, a articulação com empresas, grandes ONGs ou poder público pode trazer recursos que permitam manter a ampliar seus trabalhos” “[...] para ganhar representatividade territorial, [...] devem estabelecer relações com órgãos públicos para pressionar e dialogar por melhores políticas sociais e mudanças[..].

Alvear (2008) também aponta que as organizações têm papel a ser concretizado, como seguem:

- a) Devem ser institucionalizadas, ou seja, ter uma estrutura organizacional, com a indicação de responsabilidade, missão e objetivos relativamente definidos e estáveis;
- b) Devem ser autônomas/independentes, ou seja, separadas institucionalmente do Estado;
- c) Devem se autogerir, ou seja, ter independência para que as suas decisões atendam apenas ao interesse de seus membros;
- d) Não devem ter fins lucrativos, isto é, podem remunerar os atores da ONG, mas todo excedente financeiro deve ser reinvestido na própria organização em ações de interesse coletivo;

- e) Quanto ao conceito voluntariado, toda organização poderá ter um nível significativo de voluntários.

Diante do exposto, vale ressaltar que as ONGs, por necessitarem de uma maior flexibilidade, enfrentam dificuldades na regularização, apesar de possuírem determinado nível de organização. Paralelamente, é importante que sejam reconhecidas por sua comunidade, já que atuam diretamente nos problemas emergenciais.

Segundo Alvear (2008, p.9), pode-se afirmar que as Organizações Sociais são movidas pela solidariedade quanto ao trabalho e recursos voluntários. Promove a cooperação, o bem coletivo e desconstrói o utilitarismo ou individualismo.

Ainda de acordo com o citado autor, por outro lado, existem Organizações ligadas às empresas capitalistas, que veem a cooperação como uma forma de minimizar os problemas gerados pelo sistema e não como forma de mudar o *statusquo* vigente. Ou seja, existe uma grande diversidade de organizações e muitas põem em prática ações que deveriam ser de responsabilidade do Estado; outras atuam claramente de forma assistencialista; e outras são associadas às empresas privadas, onde o foco principal passa a ser a própria empresa em vez de ações sociais diretas à comunidade.

Para Gohn (2005), entre 1980 e 1990, diferentes motivos levaram ao enfraquecimento dos movimentos sociais, e estes não lineares entre si: com as mudanças no mundo do trabalho, a reestruturação produtiva ocasionou a diminuição de empregos formais, o aumento das jornadas de trabalho e a instabilidade não permitiram tempo adequado para participação nos movimentos e o enfraquecimento dos sindicatos. No decorrer dos anos 1980, o Estado necessitava se legitimar junto à sociedade e precisava deixar o caráter opressor, por isso passou a ser interessante dialogar com movimentos sociais.

Pode-se dizer que

A palavra de ordem destes projetos e programas é ser propositivo e não apenas reivindicativo, ser ativo e não apenas passivo reivindicante. Muitos movimentos se transformaram em ONGs que já os apoiavam. A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Criou-se uma nova gramática na qual a ideia de mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta

e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi transformado no ativista organizador das clientela usuárias dos serviços sociais (GOHN, 2005, p.82-83).

Alvear (2008) ressalta que muitas Organizações visam à melhoria da qualidade de vida das pessoas e, conseqüentemente, ao desenvolvimento local. Visam à educação, conscientização e articulação com outros movimentos sociais, fóruns e redes. O objetivo é combater a desigualdade. As redes de relações contrariam o sistema hierárquico das organizações e preconizam a igualdade de participação, quando compartilham valores entre seus membros, possuem estruturas flexíveis e se adaptam a mudanças no ambiente. Possuem alguns princípios, tais como: a) sistema aberto que permite a entrada de novos elementos, criando diversas sub-redes, que se comunicam; b) intensidade, onde cada unidade, uma vez fortalecida, atinge mais pessoas; c) extensividade permite que a rede amplie unidades em outras localidades; d) diversidade significa integrar unidades diferentes, sem que haja uma uniformidade; e) integralidade busca respeitar as diferenças de cada unidade e através da solidariedade, compartilhar entre as unidades o objetivo de cada uma; f) realimentação transmite o sucesso de uma unidade para outras, através da contribuição para que possam ter a mesma oportunidade e obterem o mesmo sucesso.

“Os movimentos sociais que são redes complexas, que unem pessoas e organizações sem uma fronteira definida bem delimitada na luta de causas comuns, tendo como objetivo transformar a sociedade com propostas aos sistemas socioeconômicos vigentes” (ALVEAR, 2008, p.32).

A participação comunitária deve influenciar na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento local, sendo a mola mestra do sucesso. Diferentemente de alguns movimentos sociais e ONGs que participam temporariamente na comunidade para obterem benefícios individuais.

A Tabela 1 mostra regulação e legislação sobre as ONGs e o Terceiro Setor de 1916 a 1998. O objetivo desta tabela é traçar uma linha do tempo numa perspectiva geral da evolução histórica e das ascensões do Terceiro Setor no Brasil.

Dada a relevância, há outros aspectos que evidenciam a evolução do Terceiro Setor no Brasil ligados a práticas de gestão (gestão de pessoas, planejamento, avaliação, prestação de contas, auditoria etc.) e formas de captação de recursos.

Tabela 1– Regulação e Legislação das ONGs e Terceiro Setor no Brasil 1916-1998

LEIS	DECRETOS	FONTES
LEI Nº 3.071, DE 01 DE JANEIRO DE 1916	CAPÍTULO II, SEÇÃO I ART. 16 “ PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO ”	HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/LEIS/L3071.HTM
LEI Nº 91, DE 28 DE AGOSTO DE 1935	“ DETERMINA REGRAS PELAS QUAIS SÃO AS SOCIEDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA ”	HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/LEIS/1930-1949/L0091.HTM
DÉCADA 1940 PELA ONU	“ ORIGEM DO TERMO ONG ”	WWW4.PUCSP.BR/NEILS/DOWNLOADS/V13_14_JOAN A.PDF
LEI Nº 3.577, DE 04 DE JULHO DE 1959	ART. 1º “ AS ENTIDADES FILANTRÓPICAS RECONHECIDAS COMO UTILIDADE PÚBLICA FICARAM ISENTAS DO RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL ”	WWW.CAMARA.GOB.BR/PROP_MOSTRARINTEGRA
DECRETO/LEI Nº 1.366, DE 12 JANEIRO DE 1995- PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO DA FOME E MISÉRIA. ENCERRADO EM DEZEMBRO 2002 – SUBSTITUÍDO PELO PROGRAMA FOME ZERO.	ART 1º DE 10 DE AGOSTO DE 1991 “ CRIAÇÃO DA ABONG – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL ”	WIKIPÉDIA.ORG>WIKI.PROGRAMA_COM.SOLIDARIA ABONG.ORG.BR/QUEM-SOMOS/ESTATISTICASOCIAL
1995 – FUNDAÇÃO DO GIFE – GRUPO	“ INSTITUÍDO COM O ORGANIZAÇÃO SEM FINS ”	GIFE.ORG.BR/QUEM-SOMOS-GIFE

DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS	LUCRATIVOS, TORNANDO-SE REFERÊNCIA NO PAÍS NO TEMA DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO”	
1997 – FUNDAÇÃO DA RITS – REDE DE INFORMAÇÕES PARA O TERCEIRO SETOR	“ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP) AUTÔNOMA POLÍTICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA SEM FINS LUCRATIVOS – MISSÃO DE CONTRIBUIR PARA A PARTICIPAÇÃO ATIVA DAS ENTIDADES CIVIS, DE CIDADÃOS, OU SEJA, INSTRUMENTO DE MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENT O DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL”	RITS.GRAUNA.ORG.BR
LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998 – LEI DO VOLUNTARIADO – DO ART. 1º AO ART 5º - PARÁGRAFO ÚNICO	“O SERVIÇO VOLUNTÁRIO NÃO GERA VÍNCULO EMPREGATÍCIO, SEM OBRIGAÇÃO DE NATUREZA TRABALHISTA PREVIDENCIÁRIA OU AFIM”	PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/LEIS/19608.COMPILAD O

Fonte: Tabela elaborada pela autora (2021).

Pode-se concluir que muito se conquistou no desdobramento histórico do Terceiro Setor no Brasil, desde o avanço da legislação como também nos movimentos governamentais voltados em iniciativas da própria sociedade civil, promovendo a criação de associações, fundações, institutos etc. permitindo à sociedade buscar e ampliar conhecimentos em nível das questões sociais para uma futura transformação.

Contudo, percebe-se que ocorrem desvios no Brasil, isto é, em vez de buscar a marcha no mesmo compasso, na prática, alguns se desvirtuam em prol de interesses distintos, o que não deveria ser comum.

Assim, considerando os avanços e/ou retrocessos do Terceiro Setor no Brasil, sendo um grande desafio por parte das Organizações Não Governamentais, o diálogo, a inovação e o reconhecimento da sua autogestão são ferramentas necessárias para alcançar seus objetivos, avanços junto às instâncias governamentais e empresariais para seu desenvolvimento sustentável.

2.3 REFLEXÕES SOBRE TERRITÓRIO NO CONTEXTO DE BASE COMUNITÁRIA

Segundo Alvear (2008), a participação efetiva das ONGs visa conhecer as reais necessidades dos moradores ao longo do tempo. A dedicação continuada da Organização (rede, movimento social) na promoção de melhores condições de vida da comunidade e do desenvolvimento local permitirá reduzir o utilitarismo, o assistencialismo e, sobretudo, as desigualdades sociais ali presentes.

Expõe também que, para tanto, deve-se priorizar o diálogo, o interesse comum e a interação entre a ONG e os moradores da comunidade. Quando estes pontos não ocorrem, os principais motivos negativos são: a) desarticulação das organizações de bases comunitárias, b) desconhecimento das reais necessidades e demandas dos moradores, c) inexistência de cobrança efetiva junto ao poder público para a construção de políticas públicas para a comunidade.

Só a conexão entre a teoria e a prática pode levar a soluções realmente efetivas para os problemas de comunidades com forte fragilidade social.

Segundo Landim (2002), as ONGs se fortaleceram em momentos de regime autoritário e quando também cresceram os movimentos sociais, tais como: novo sindicalismo, as associações de bairro, a luta pela terra etc. Mais tarde, espalharam-se por toda a sociedade civil. Logo, “certas temáticas nos fazem encontrar as ONGs,

aqui e ali, pontilhando progressivamente esses trabalhos [...] são mencionados, por exemplo, em análises sobre os movimentos sociais contemporâneos” (LANDIM, 2002, p. 217).

Com referência ao “território”, a revista *Mundo Educação*, que expressa sobre o assunto, destaca que pela complexidade do tema seu conceito é interpretado de forma variável, contendo diferentes abordagens e concepções (PODER..., [20--]).

Souza (2001) define o território como sendo a expressão do exercício do poder, ou seja, quem domina ou influencia o espaço. Nesse domínio, encontra-se: a) imposição de uma política de dominação, limites, regras de cima para baixo, com definições de fronteiras a partir de interesses próprios; b) delimitações de serviços (distribuição de gás, serviços de saúde etc.); e c) dominação no sentido *stricto sensu*. Ou seja, para Souza (2001, p. 59),

O território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. [...] Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou de interesse por tomá-lo ou mantê-lo [...] quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço, e como?

O autor também amplia o entendimento quando mostra as dimensões da concepção de “território”, tais como política, cultural e econômica, e que são indissociáveis. Aponta a dimensão política como a dimensão mais imediatamente visível, pois caracteriza quem domina ou influencia quem no espaço. Diante da real motivação para a delimitação de território, pode-se dizer que ora tende para a cultural (defesa de uma identidade, de valores), ora mais econômica (apropriação dos recursos materiais) na delimitação das fronteiras territoriais. Para o autor, tudo pode estar atrelado a uma disputa por recursos e riquezas no tempo, dado que “a cobiça material não é, de sua parte, descolável do simbolismo, da cultura” (SOUZA, 2009, p. 60).

Souza (2009) complementa afirmando que não se descarta a possibilidade de o exercício do poder estar apoiado na coerção/violência. Alguns exemplos são os casos de milicianos e traficantes. O poder público, por sua vez, consente através da ação das igrejas e de movimentos sociais.

A definição de território também está ligada a um desenvolvimento local emancipatório, onde é preciso entender as fronteiras do “local”. Paralelamente, avaliar se a real delimitação corresponde ao território em análise, isto

é, a um espaço no exercício do poder, se há relação de dominação e disputas. As disputas podem ser internas ao território ou em relação ao poder público, dado que os “movimentos sociais ali passaram a exercer fortemente um contrapoder insurgente (SOUZA, 2009, p. 61).

Quanto à heteronomia, define como assimetria de poder, isto é, a sujeição de um grupo baseado em uma relação de poder, implicando em uma subordinação por parte de uns sobre outros (sociedade que delega poder a alguns de forma estrutural), o que gera imposição das normas/costumes.

Se um grupo delibera, em condições de plena liberdade, sobre o estabelecimento de certas regras – por exemplo, de uso do solo e de fruição de recursos – o poder é compartilhado por todos os participantes em condições de forte igualdade no tocante às chances de influenciar o estabelecimento do nómo. Em tais circunstâncias, indivíduos e grupos são influenciados uns pelos outros, na base da persuasão, mas não dominam uns aos outros sob a cobertura de estruturas assimétricas (SOUZA, 2009, p. 69).

Pena (1999) publicou no site *Mundo Educação* sobre Friedrich Ratzel (1844-1904):

foi um dos pioneiros na elaboração e sistematização do conceito de território. Em sua análise, esse está diretamente vinculado ao poder e domínio exercido pelo Estado nacional, de forma que o território conforma uma identidade tal que o povo que nele vive não se imagina sem a sua expressão territorial.

Também declara que o geógrafo suíço Claude Raffestin (1936-1971) “ressaltava o fato de o espaço ser anterior ao território. Com isso, ele queria dizer que o território é o espaço apropriado por uma relação de poder. Essa relação encontra-se, assim, expressa em todos os níveis”.

Dada a importância das concepções em relação ao conceito de território, cita-se, conforme Santos (1978), que tem inter-relacionados o espaço geográfico, o território e o lugar. No que se refere ao espaço geográfico, considera-se como um “território usado” em função da sua importância na sociedade. A noção de território, por sua vez, passa a ser interpretada como uma instância social, uma vez que este é concebido como um elo entre o mundo externo e o mundo interno, traduzido em sociedade nacional e local. Ou seja, o território é um espaço com história própria e mais.

O espaço geográfico é definido por Milton Santos Como um fato e um fator social. Ou seja, o espaço geográfico não seria somente um reflexo, um meio para a ação da sociedade. O espaço geográfico é, assim, um condicionado e um condicionador. Nesse sentido, o espaço geográfico é uma instância social como as demais – economia, política e cultura ou ideologia (ALTHUSSER, 1974) –, sendo uma instância ao mesmo tempo subordinada e subordinadora (SANTOS, 1978,p. 155).

Santos (1998, p.16), em *Território, globalização e fragmentação*, destaca para uma nova construção e funcionamento do território: horizontalidades e verticalidades. Quanto a horizontalidades referem-se a lugares, vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto a verticalidades considera pontos distantes uns dos outros, que são ligados por formas e processos sociais distintos.

O autor chama atenção que o território é acionado por dois tipos de mecanismos que advêm de seu próprio uso: tecnosfera e psicosfera. E, para refletir acerca deste assunto, Santos (1998, p. 57) resume:

Horizontalidades e verticalidades, tecnosfera e psicosfera, o novo e o velho, o externo e o interno permitem reconstruir uma dinâmica espacial como arena de antagonismos e complementaridades [...]. Razão global e razão local, espaços inteligentes e espaços opacos, solidariedade orgânica e solidariedade organizacional, são fenômenos qualificados a partir de uma oposição, que se confundem e, ao mesmo tempo, se distinguem e se distanciam.

O território pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Porém, as redes constituem apenas uma parte do espaço de alguns. Isso se deve aos lugares formarem as redes, que por sua vez formam o espaço de todos (SANTOS, 1998, p.16-17).

Para o autor, existe um uso diferenciado entre os entes deste espaço geográfico. Ou seja, dentro do espaço geográfico existe um território que é usado de forma concorrencial, onde se de um lado têm-se os produtores e de outro os consumidores, os primeiros ao terem mais força econômica geram desigualdade social.

Para Santos (1998, p. 18), quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normaliza e quem impõe uma racionalidade às redes é o mundo. Entende-se por mundo o mercado universal e os governos mundiais. Por exemplo: Fundo

Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros, dão fundamento à globalização com desigualdade social.

E mais,

Na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoísticas (do ponto de vistas dos atores hegemônicos), as verticalidades, enquanto horizontalidades hoje enfraquecidas são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores (SANTOS, 1998, p. 19).

Pode-se afirmar que é indiscutível a necessidade de uma ampliação das horizontalidades, baseando-se em uma base da sociedade territorial como forma de defesa dos direitos universais.

2.4 A DISPUTA ENTRE PROJETOS POLÍTICOS

Segundo Dagnino (2004), na América Latina existem três projetos políticos em disputa no processo de redemocratização pelo qual passam diversos países da região:

- a) O projeto autoritário, em que a vontade de poucos sobressai à da coletividade, inclusive com esta última sem direito a qualquer reivindicação;
- b) O projeto democrático-participativo, pautado na cidadania e participação de organizações populares;
- c) O projeto neoliberal, que aponta o Estado como um ente ineficiente, motivo que justifica a abertura do mercado para a iniciativa privada, apontada como eficiente. O Estado passa a ter a gestão pública pautada e orientada por princípios mercadológicos.

É importante frisar que no projeto neoliberal existe uma clara delegação às ONGs de toda intervenção e articulação entre o Estado e a sociedade. Nesse caso, exclui a participação do cidadão no projeto político, nos espaços e na tomada de decisão, transformando a cidadania em assistencialismo.

Muitas organizações, instituições e entidades atuam sem uma visão de construção e fortalecimento do seu campo de atuação, enquanto outras atuam numa perspectiva comunitária (de base) com pautas e interesses locais, contrapondo o que estabelece o projeto autoritário.

Evelina Dagnino (2004, p.142) aponta a existência de uma “crise discursiva” resultante de uma “confluência perversa”. Ou seja, de um lado, tem-se um projeto neoliberal instaurado nos países no decurso das últimas décadas e de outro, um projeto democratizante participativo, caracterizado por várias forças envolvidas, inclusive, da sociedade civil.

A partir da Constituição Federal de 1988, no Brasil emerge a disputa entre o regime autoritário (ditadura militar) e a ampla participação da sociedade civil, esta última caracterizada pelos movimentos sociais.

Essa disputa se materializa nos projetos políticos que apresentam “dois conjuntos de princípios básicos, sob os quais se articula toda uma variedade de subprojetos, que apresentam uma relativa diversidade interna” (DAGNINO, 2004, p.141).

O projeto democratizante participativo leva à abertura democrática, ou seja, a uma democracia formal, com eleições livres e reorganização partidária. Nesse caso, possibilita que projetos formados no interior da sociedade sejam direcionados ao executivo e legislativo. Porém, o que se percebe é o confronto/antagonismo do Estado, através de uma administração neoliberal, e a sociedade civil. Nesse caso, o projeto do Estado o isenta do papel de garantidor de direitos. Há um claro retrocesso e a transferência de responsabilidades quanto à garantia de direitos sociais à sociedade civil.

Nas últimas décadas, a participação da sociedade civil para o aumento da cidadania e da democracia participativa aparentemente encontrava-se “em fase de consolidação”, principalmente a partir das eleições presidenciais de 1989, quando saiu vencedor o candidato Fernando Collor de Melo. Entretanto, há uma clara confluência perversa.

De outro lado, com a eleição de Collor em 1989 e como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado que deve se isentar progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. Este projeto constitui o núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington. Meu argumento é, então, que a última década é marcada por uma confluência perversa³ entre esses dois projetos (DAGNINO, 2004, p. 142).

Diante disso, as discussões e questionamentos sobre as avaliações dos movimentos sociais, o papel dos representantes na sociedade civil, nos Conselhos Gestores, nas ONGs é intensificada a fim de compreender quais os reais objetivos da aproximação dos movimentos sociais ao Estado. Em outras palavras, é preciso definir a designação de cada ente, o seu verdadeiro papel político e qual o projeto escolhido. Quanto à preocupação sobre o projeto escolhido, a autora levanta a dúvida: “não ganharíamos mais com outro tipo de estratégia que priorizasse a organização e a mobilização da sociedade, ao invés de atuar junto com o Estado?” (DAGNINO, 2005 p.48).

É percebida a real complexidade do sistema, que ora se mostra positiva vide a promulgação da Constituição Federal de 1988, ora negativa, com o enxugamento do Estado pautado na busca do “equilíbrio fiscal”. Porém, é preciso evitar as generalizações porque cada ente envolvido no sistema vigente possui em papel específico. Em outras palavras, “a noção de projetos políticos pode contribuir para superar essa visão homogeneizadora tanto do Estado quanto da sociedade civil e o reconhecimento da sua diversidade interna, como base para repensar as suas relações” (DAGNINO, 2005, p. 10).

Segundo a autora, ao se perceber um projeto político como dual, minimizam-se as disputas porque existe um nível teórico (investigativo) e um nível empírico (análise dos projetos políticos). Adicionalmente, postula-se mais uma diferença de entendimento sobre os entes: a sociedade civil é o “polo das virtudes democratizantes” enquanto o Estado é a “encarnação do mal”. Por isso, faz-se necessário um conhecimento pleno dos projetos políticos a fim de superar esta visão míope do sistema.

A existência de “canais de mediação entre os dois campos ético-político” pode possibilitar a redução da hegemonia do projeto neoliberal.

A “redefinição” da noção de sociedade civil foi fruto do “crescimento acelerado e o novo papel desempenhado pelas ONGs e a presença do terceiro setor e das fundações empresariais...” (DAGNINO, 2004, p.148). Porém, a “sociedade civil” tem se aproximado perigosamente da expressão “Organização não Governamental – ONG” de nível mundial.

A “onguização” dos movimentos sociais pode ser uma maquiagem de movimentos sociais controversos. Para minimizar os efeitos do deslocamento de significado das competências das ONGs, é preciso saber sobre as

representatividades desse setor, para respeitar os seus anseios locais específicos, logo, a heterogeneidade existente. Caso não se respeite a heterogeneidade, as ONGs refletirão apenas a vontade de grupos sociais específicos e não da sociedade civil (DAGNINO, 2004, p. 149).

O entendimento neoliberal em relação à redefinição de cidadania é uma extensão do “deslocamento de significado”. Essa concepção reduz o sentido de coletividade dos movimentos sociais para um entendimento estritamente individualista. Ocorre quando o cidadão se integra individualmente ao mercado, quer como consumidor quer como produtor (DAGNINO, 2004, p.155).

Dagnino (2004) percebe que a concepção neoliberal sobre cidadania destoa do real significado de cidadão dos movimentos sociais amplamente reconhecidos pela Constituição Federal de 1988. Os neoliberais baseiam-se na caridade e ideologicamente na existência de um Estado mínimo. Acreditam que o desenvolvimento social de um país se dá conforme as leis de mercado, o que distorce efetivamente o conceito e o significado de cidadania, traduzido no reconhecimento de direitos.

Por fim, é como Alvear (2018, p. 50) cita: “as relações interpessoais também têm uma grande importância na relação entre as organizações, principalmente nas organizações sociais, já que as relações de cooperação se dão com base na confiança”.

Ao refletir acerca do assunto, têm-se como pressuposto um desafio a ser vencido, a construção de uma oposição à política neoliberal. Sendo fundamental a elaboração de uma política participativa, pautada por direitos universais, estimulando, sobretudo, cada ator a estar presente como cidadão. Com isso, poderá interferir nas políticas públicas, refletir sobre o espaço e território democrático, e na construção de um sistema educacional que promova direitos econômicos, sociais, culturais. Tudo isso para que ocorra o fortalecimento do desenvolvimento local.

2.5 DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E LEGITIMIDADE DE RECURSOS

As ONGs têm como objetivo produzir benefícios sociais efetivos e de forma sustentável para todas as pessoas a sua volta. Deve ter o firme propósito de

assegurar desde os seus funcionários até os usuários finais o acesso aos serviços essenciais.

Para garantir o acesso aos serviços com qualidade, deve-se ter fontes de financiamento, que são, na grande maioria, escassas por natureza aqueles sem orçamento garantido. Essa escassez de recursos financeiros apresenta-se mais forte quando solicitada em empresa privada nacionais ou internacional.

Figueiredo(2013)apresentou no IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relação de Trabalho – ENGPR – Brasília/DF, em 2013, o artigo intitulado “Dificuldade de Gestão das ONGs – Uma Nova Configuração do Modelo de Trabalho”. No texto, refletiram como as Organização sem fins Lucrativos são geridas e as dificuldades que enfrentam, citando os autores a seguir:

- a) FALCONER⁶ (1999, p. 5): “evidenciava o ciclo vicioso vivido por muitas organizações do terceiro setor: a falta de pessoas qualificadas para gerir os recursos adequadamente, gerando desequilíbrio nas contas financeiras e, conseqüentemente, minimizando os resultados da organização”.
- b) LIMA⁷ (2011, p. 5): “notou dificuldade sentida por essas organizações em fazer adequadamente sua prestação de contas, principalmente devido à falta de um profissional da área contábil”.
- c) SANTOS e SILVA⁸ (2012 p. 5): “defendem o uso de estratégias de marketing para a captação de recursos, devido à influência que a publicidade e a comunicação social exercem no alcance de tal propósito”.

Para Salamon (2005, p.90):

O problema de sustentabilidade financeira não é o único do gênero que o Terceiro Setor (TS) enfrenta. Quase da mesma importância é a sustentabilidade do capital humano do setor. À medida que a democratização avança em diferentes partes do mundo, os ativistas do TS

6Andres Pablo Falconer - Mestre em Administração pela FEA-USP e fellow do Johns Hopkins Center for CivilSocietyStudies 1997-98); coordenador de projetos do CEATS-USP – Centro de Estudos em Administração doTerceiro Setor da Universidade de São Paulo.

7Marcilene Barros Lima – mestre em Economia pela Universidade de Brasília - UnB

8 Carlos Eduardo Silva – CEO da CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica, avaliador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, e professor universitário de graduação e pós-graduação e Emerson Fernandes dos Santos.

assumem cargos governamentais em substituição aos antigos funcionários que lutaram para afastar, deixando assim suas organizações empobrecidas em recursos humanos. É nesse sentido que o TS se torna vítima de seus próprios êxitos.

Com o propósito de assegurar os desempenhos das Organizações Não Governamentais e de superar os desafios, Martinet, Martone e Gil(2006) e Silva *et al.*(2013) destacam “para a prática gerencial que contribuiria para superar um desafio constante das ONGs, já que as Organizações se tornariam mais conhecidas para possíveis interessados em ajudar”.

Já Amaral (2013) “verificou quais são as principais fontes privadas de recursos financeiros conseguidos pelas ONGs, sendo eles: contribuições associativas, doações de indivíduos, eventos e campanhas, empresas, institutos e fundações empresariais”. Complementando sobre o assunto, Falconer (1999, p.5) ressalva “a capacidade administrativa do gestor de perceber oportunidade de mercado para a geração de recursos” e Mendonça, Ferraz e Miranda (2012, p.5) reforçam tal convicção exprimindo que “as ONGs conseguiram uma fonte alternativa de recursos por meio da prestação de serviços, após enxergarem uma oportunidade no mercado onde se localizam”.

Portanto, uma das adversidades enfrentadas pelas ONGs é viabilizar e assegurar a sustentabilidade de suas ações sem implicar nos seus princípios e valores. Ao gerenciarem os recursos com profissionalismo, atentas às novas práticas de gestão, poderão superar os desafios que emergem a cada dia junto na comunidade.

2.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

É inquestionável a importância das Organizações Não Governamentais para uma grande parcela da sociedade, principalmente em relação aos projetos humanitários ou de interesse público em diferentes áreas de atuação.

Entretanto, muitas dificuldades permeiam as ações das ONGs em virtude do processo de globalização muitas vezes nocivo e a ausência do Estado diante de uma demanda crescente por assistência. Na falta de ações em larga escala por parte das ONGs, vê-se a intensificação das diferenças sociais, onde há pobres cada vez mais pobres e ricos cada vez mais ricos.

3 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO COMPLEXO DA MARÉ

Este capítulo terá como objetivo específico localizar a ONG Luta Pela Paz dentro do espaço geográfico do Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro. Isso significa identificar as várias comunidades pertencentes a esse complexo, bem como o respectivo quantitativo demográfico e de estabelecimentos comerciais e educacionais retirados dos manuais *Censo de Empreendimentos da Maré (2014a)* e *Censo Populacional da Maré (2018)*. Em um segundo subcapítulo, apresentamos a importância de três grandes vias de acesso ao Complexo da Maré e à cidade do Rio de Janeiro, a saber: Avenida Brasil, Linha Amarela (nome oficial Avenida Governador Carlos Lacerda) e Linha Vermelha (nome oficial Via Expressa Presidente João Goulart).

3.1 IDENTIFICAÇÃO LOCACIONAL DA ONG LUTA PELA PAZ E DEMAIS COMUNIDADES RELACIONADAS

Antes de discorrer sobre a localidade da ONG Luta pela Paz, faz-se necessário sintetizar o território da comunidade Complexo da Maré. Embora a Maré denote peculiaridades comuns com outras comunidades do Rio de Janeiro, vê-se uma particularidade bastante relevante, por isso, é indiscutível a importância em abordar alguns aspectos e, sobretudo, a sua especificidade demográfica, as atividades desenvolvidas como comerciais e de serviços em prol da grande demanda populacional desse território. Para esclarecer o processo da constituição do Complexo da Maré, segue o que dispõe o manual *O Censo de Empreendimento da Maré (2014,p.30)*:

O território chamado Maré foi consolidado entre a década de 1940 e o início dos anos 2000, a partir da organização e iniciativa dos moradores ou por programas habitacionais promovidos pelo poder público. As localidades que compõem a Maré e o ano-base de constituição são em ordem cronológica: Morro do Timbau (1940), Baixa do Sapateiro (1947), Marcílio Dias (1948), Parque Maré (1953), Parque Rubens Vaz (1954), Parque Roquete Pinto (1955), Parque União (1961), Nova Holanda (1962), Praia de Ramos (1962), Conjunto Esperança (1982), Vila do João (1982), Vila dos Pinheiros (1983), Conjunto Pinheiros (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1992), Nova Maré (1996) e Novo Pinheiros (2000), esta última conhecida como Salsa e Merengue. Seu território está disposto sobre uma faixa praticamente contígua à margem da Avenida Brasil, que se estende ao longo de favelas que já fizeram parte dos bairros de Manguinhos, Bonsucesso ou Ramos e que hoje constituem o bairro Maré, criado por meio da Lei Municipal nº

2.119, de 19 de janeiro de 1994. A exceção fica por conta do território da comunidade de Marcílio Dias, distante cerca de 2.300 metros da Praia de Ramos, que não foi incluído no bairro Maré quando seus limites foram definidos na referida lei. Desse modo, quando se faz referência ao bairro Maré, a favela Marcílio Dias não é contada, uma vez que continua pertencente ao bairro Penha Circular.

O Complexo da Maré é constituído de dezesseis bairros, a saber: Praia de Ramos, Roquete Pinto, Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Vila dos Pinheiros (Parque Ecológico), Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiros, Vila dos Pinheiros, Conjunto Salsa e Merengue, Conjunto Vila do João e Conjunto Esperança.

Figura 2– Localização dos Bairros do Complexo da Maré



Fonte: multirio.rj.gov.br (2015)

3.1.1 Demografia

O território Complexo da Maré é considerado uma das regiões em termos de comunidades mais populosas do Rio de Janeiro. Conforme o *Censo Empreendimentos da Maré* (2014a, p. 13), “Quanto a Maré é um dos maiores conjuntos de favelas da cidade do Rio de Janeiro. Lá encontramos aproximadamente 140 mil pessoas vivendo em 16 comunidades populares”. A Tabela 2 apresenta o quantitativo de habitantes e domicílios no Conjunto de Favelas da Maré.

Tabela 2– Número de habitantes e domicílios nas comunidades do Complexo da Maré

COMUNIDADES	HABITANTES	DOMICÍLIOS
PARQUE UNIÃO	19.662	6.621
VILA DOS PINHEIROS	15.492	4.974
NOVA HOLANDA	15.450	4.729
VILA DO JOÃO	13.301	4.545
PARQUE MARÉ	12.322	3.999
BAIXA DO SAPATEIRO	7.757	2.590
ROQUETE PINTO	7.488	2.382
SALSA E MERENGUE	7.258	2.130
MARCÍLIO DIAS (*)	6.759	1.768
MORRO DO TIMBAU	6.359	2.109
CONJUNTO ESPERANÇA	5.530	1.870
RUBENS VAZ	5.154	1.710
CONJUNTOS PINHEIROS	4.115	1.337
CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS	3.580	953
NOVA MARÉ	3.174	850
PRAIA DE RAMOS	3.073	932

TOTAL GERAL	136.474	43.499
--------------------	---------	--------

Fonte: OBSERVATÓRIO DE FAVELAS; REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ (2014a, p.14)⁹

Conforme os dados da Tabela 2, há um quantitativo de 136 mil habitantes e 43 mil domicílios, sendo o mais populoso o Parque União e, segundo o *Guia de ruas Maré* (2014b, p.62),

foi fundada em 1961, por Margarino Torres que já atuava na Maré organizando outras ocupações, dando um traçado mais racional às ruas que se construíam sobre uma área aterrada e abandonada por uma empresa privada. Também estabeleceu regras para quem quisesse ocupar lotes de terra e se estabelecer no local e ainda hoje a comunidade tem seu traçado respeitado. Nesta mesma época foi fundado a Associação de Moradores e é ela quem será a responsável por garantir que a nova comunidade não fosse removida.

Além disso, se acredita que tem como facilidade a proximidade com duas principais vias de acesso, Linha Vermelha e Avenida Brasil e interligadas pela Avenida Brigadeiro Trompowski.

E, reportando a construção da via expressa Avenida Brasil, é notório afirmar o quão importante significou a todos os habitantes do Complexo da Maré, de acordo com o que está prescrito no *Guia de Ruas Maré*:

Assim, a construção da Avenida Brasil foi de suma importância para os novos moradores que chegavam à Maré, pois ela oferecia oportunidade de trabalho direto – sobretudo para a mão-de-obra não qualificada que seria aproveitada principalmente na construção civil – além de atrair efetivamente várias indústrias para a região. Exemplo disso foi à construção da Refinaria de Manguinhos, que consolidou a área como pólo de desenvolvimento industrial com ampla oferta de empregos e oportunidades. Também é digna de nota, a construção, na mesma época, da Cidade Universitária que abrigaria a Universidade do Brasil, atual UFRJ. Muitos dos operários que construíram o campus vieram morar na Maré durante e depois das obras (2014b, p.18).

3.1.2 Estabelecimentos comerciais e educacionais no Complexo da Maré

Conforme o *Censo de Empreendimentos da Maré* (2014a, p.39-40):

As atividades comerciais e de serviços que emergiram concomitantemente ao esvaziamento econômico (por falência e deslocamentos) representaram alternativas de trabalho e renda aliadas ao atendimento das demandas de

⁹ A população residente em Mandacaru, na comunidade de Marcílio Dias, foi removida após o Censo do IBGE. Aproximadamente 1.600 pessoas residiam naquela porção da comunidade.

consumo da população. Apesar de ser contingente populacional de baixa renda, a forte vida comunitária e as relações sócio afetivas estabelecidas no espaço local conferem condições particulares para a realização dos empreendimentos. E é, justamente, em torno da sociabilidade, que os empreendimentos da Maré ganham sua configuração e se afirmam, com identidade própria, face à construção clássica da relação oferta/necessidade/consumo.

A Tabela3 e os quadros 2,3 e 4 apresentam os quantitativos em relação ao setor de atividade, atividades mais frequentes, esportes e afins, saúde e ação social. Deve-se salientar que as relações completas dos tipos de atividades serão encontradas no Censo Maré (2014- 2018).

Tabela0– Tipos de atividades econômicas mais frequentes no Complexo da Maré

ATIVIDADES	EMPREENDIMENTOS (UNIDADE)	(%)
BAR	660	22,4
BELEZA E ESTÉTICA	307	10,4
ROUPAS	216	7,3
MERCADO	138	4,7
LANCHES	131	4,4
VEÍCULOS	130	4,4
SALGADOS / DOCES	127	4,3
RESTAURANTE / PENSÃO	94	3,2
INFORMÁTICA / GAMES	69	2,3
BAZAR	68	2,3
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	67	2,3
SERRALHERIA/VIDRAÇARIA	60	2
OUTROS	886	30
TOTAL	2953	100

Fonte: OBSERVATÓRIO DE FAVELAS; REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ(2014a, p.40).

Quadro 2 – Esporte, Lazer e Cultura no Complexo da Maré

BOCA DO SIRI -HOJE SIRI DE RAMOS – BLOCO CARNAVALESCO
CORPO DE DANÇA DA MARÉ - ACADÊMIA
GATO DE BONSUCESSO – ESCOLA DE SAMBA
MUSEU DA MARÉ
PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL DA MARÉ
VILA OLÍMPICA DA MARÉ
PISCINÃO DE RAMOS
PARQUEAMBIENTAL CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA DICRÓ

Fonte: Wikipédia (2020).

Quadro 3 – Postos de saúde no Complexo da Maré

POSTO DE SAÚDE	ENDEREÇO
POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL VICENTE MARIANO	R. PRAIA DE INHAÚMA - MARÉ
POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL HÉLIO SMIDT	PRES.TANCREDO NEVES-RUBENS VAZ
POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL VILA DO JOÃO	R.DEZESSETE - MARÉ
POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL ELIS REGINA	R.IVANILDO ALVES - BONSUCESSO
POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL SAMORA MACIEL	R. PRINCIPAL S/Nº - PARQUE MARÉ
POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL 14 DE JULHO	R.17 – VILA DO JOÃO
POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL NOVAHOLANDA	NOVA HOLANDA
POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL GUSTAVO CAPANEMA	VIA A1 – VILA DO PINHEIRO
UNIDADE DE PRONTO-ATENDIMENTO	R. NOVE – VILA DO JOÃO

Fonte: Wikipédia (2020).

AÇÃO COMUNITÁRIA DOBRASIL
CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ
CENTRO DE REFERÊNCIA DE MULHERES DA MARÉ
ESCOLA DE FOTÓGRADOS POPULARES DA MARÉ
INSTITUTO ROBSON ÂNGELO
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE AÇÕES PARA A CIDADANIA
PROJETO UERÉ
PROJETO VIDA NOVA
REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ
ASSOCIAÇÃO LUTA PELA PAZ
PROJETO DESCOBRINDO NOVOSHORIZONTES
INSTITUTO VIDA REAL
OBRA SOCIAL SANTA CABRINI
A MARÉ QUE QUEREMOS
PRGRAMA CRIANÇA PETRÓBRAS NA MARÉ
PROJETOS NOVOS SABERES EM PARCERIAS COM O OBSERVATÓRIO DE FAVELAS

Quadro 4 –
Ação social no Complexo da Maré

Fonte: Wikipédia (2020).

Com referência à Segurança, segundo a fonte Wikipédia, o Complexo da Maré conta com 01 batalhão – 22º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de

Janeiro. E, no que tange ao assunto Religião, essa mesma fonte indica uma relação total de 16 instituições religiosas, entre igrejas, paróquias e centro espírita. São 04 Igrejas; 05 paróquias; 01 Capela; 01 Assembleia de Deus (protestante); 01 Comunidade Evangélica Nova Dimensão (protestante); 01 Testemunha de Jeová; 01 (um) Centro Espírita Obreiros de Jesus; 01 Comunidade Evangélica em Amor e Graça (protestante) e Congregação Cristã no Brasil.

Como embasamento a respeito dos números de habitantes, domicílios, estabelecimentos comerciais e educacionais, cita-se a reportagem da TV Brasil, “Censo revela o perfil do empreendedorismo no Complexo da Maré”, de 27 de julho de 2014 e atualizada em 22 de janeiro de 2015:

Censo revela perfil dos empreendedores do Complexo da Maré – Os mais de 2,9 mil estabelecimentos pesquisados empregam 9,3 mil pessoas. Três em cada quatro não são formalizados. As atividades mais frequentes são bares e salões de beleza. Os proprietários, empregados e clientes, são predominantemente moradores da Maré (OTTONI, 2015).

“Onde vivem cerca de 130 mil pessoas são pequenos empreendedores que buscam formalizar seus negócios e anseios por desenvolvimento para região, ou seja, os comerciantes com seus CNPJ – créditos” (OTTONI, 2015).

“A gente tem um empreendedor que não tem uma escolaridade muito elevada, nem é tão jovem, embora quase a metade tenha menos de 45 anos, mas abaixo de 25 anos a proporção é pouco significativa” (Dalcio Marinho – diretor políticas urbanas Observatório de Favelas).

O primeiro Censo de empreendimentos da Maré/região mostrou que 93% dos estabelecimentos econômicos revelaram o perfil do empreendedor local.

As particularidades são: quase 87% dos estabelecimentos não possuem sócios e 1/3 das empresas têm apenas uma pessoa trabalhando. Quando o dono tem outro funcionário, viu-se que 64% dos casos é um parente, a maioria dos proprietários é homem e a metade tem menos de 45 anos. Nesses estabelecimentos, os proprietários, os empregados e a clientela são predominantemente moradores da Maré. Observou-se também que 3/4 dos estabelecimentos atuam na informalidade e perto dos 80% não usam computador.

A partir do censo é um momento de fazermos uma leitura crítica sobre estas demandas que os empreendedores têm e o que o território tem como potencial se pode cobrar do próprio Estado e da própria prefeitura

iniciativas, seja para o desenvolvimento da região do ponto de vista econômico, seja para atender diretamente as demandas dos empreendedores” (Eliana Sousa – diretora Redes de Desenvolvimento da Maré). (OTTONI, 2015).

Segundo Paula Ottoni (2015) (repórter/RJ):

Para o desenvolvimento da economia local os empreendedores reivindicam a abertura de agências bancárias na comunidade e as necessidades apontadas pelo censo foram um maior acesso a créditos, a informatização e a qualificação profissional.

Embora o Complexo da Maré trate-se de uma comunidade bem peculiar, tendo em vista o número de comunidades inseridas, é importante identificar a relação dos empreendedores e seus moradores. A interligação entre o consumo/necessidade/oferta mostra o seu potencial de sociabilidade.

Por isso, a conscientização do Estado a sua “unidade doméstica” quanto ao crescimento social e econômico. É preciso que não seja desconstruída a trajetória conjunta existente do empreendedor e trabalhador, pois são uma forma de minimizar as desigualdades sociais ainda muito presentes nessa comunidade.

3.2 VIAS DE ACESSO AO COMPLEXO DA MARÉ E CIDADE DO RIO DE JANEIRO

As vias de acesso tiveram como objetivo introduzir carros e caminhões onde havia trens. Isso fez com que nascessem os grandes engarrafamentos, presentes até os dias de hoje em função do volume de carros, ônibus e caminhões pelas ruas da cidade.

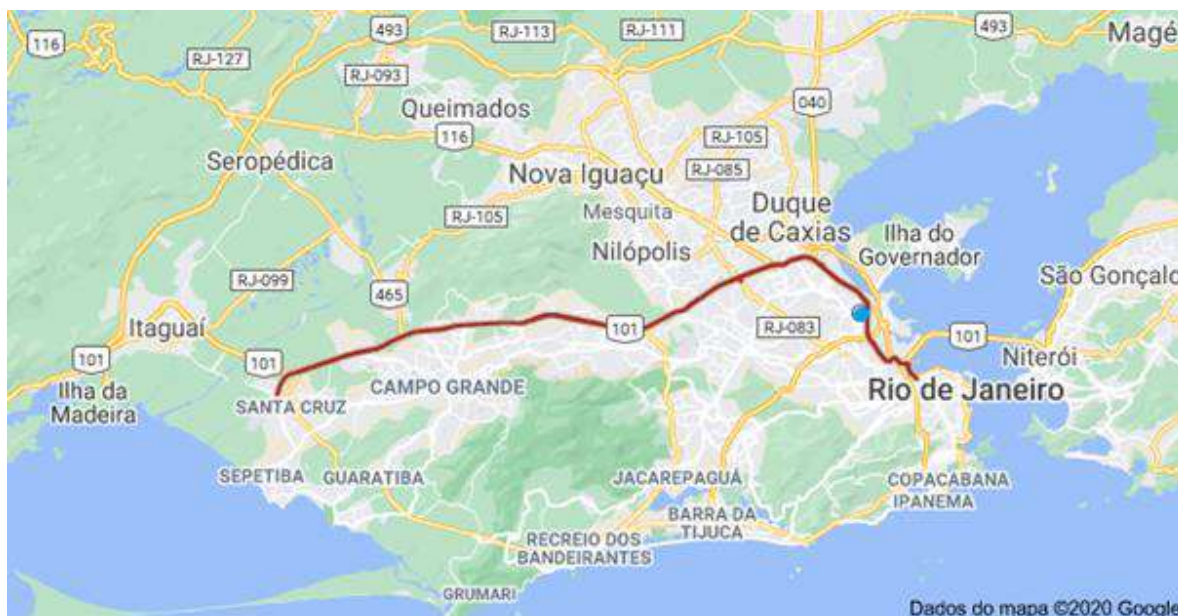
São três as principais linhas expressas que fazem ligação intermunicipal e interestadual (inclusive): Avenida Brasil, Linha Amarela e Linha Vermelha. São consideradas um marco na história urbana carioca, dado o grande empreendimento realizado pelo governo federal em parceria com o estadual e municipal.

3.2.1 Avenida Brasil

A Avenida Brasil é a maior via expressa do Brasil com 58,5 km de extensão, além de ser o maior trecho urbano de ligação entre a BR-101 Norte (Ponte Rio Niterói) e a BR-101 Sul (Rodovia Rio-Santos). Foi inaugurada em 1946, cujo objetivo centrou-se em ligar as zonas residenciais mais afastadas ao centro da cidade do Rio

de Janeiro. A Figura 3 mostra a extensão da Avenida Brasil inaugurada em 1946 pelo Presidente Getúlio Vargas.

Figura 3–Mapa da Extensão da Av. Brasil no Rio de Janeiro, 2020



Fonte: Google Maps (2020).

Em seu projeto inicial vislumbrava-se a possibilidade de se tornar uma variante da Estrada Rio-Petrópolis com a possibilidade de chegar mais facilmente ao estado de Minas Gerais; porém, após décadas, o projeto inicial foi aprovado. Isso se deu em virtude de uma viagem de automóvel à cidade de Petrópolis (Serra Fluminense) pela orla da baía de Guanabara por sócios do Automóvel Club do Brasil que durou exatamente cinco dias.

Costa (2006, p. 6), em sua tese intitulada “Entre ‘Avenida’ e ‘Rodovia’ – A História da Avenida Brasil”, cita Reis (1977, p. 112):

Antes da abertura da Avenida Brasil, a saída e entrada do Rio de Janeiro efetuavam-se pelas chamadas Estradas Rio-São Paulo e Rio-Petrópolis. Constituíam antes um verdadeiro suplício, pela travessia da região suburbana, tanto da Central quanto da Leopoldina. O trajeto era feito através de ruas estreitas com um tráfego cada vez mais intenso. O novo trajeto, realizado em região inteiramente livre, às margens da Baía, foi a solução mais lógica, inteligente e econômica.

Após muitos estudos, o projeto que possivelmente seria o mais inviável foi aprovado. Ele foi considerado a melhor opção para uma circulação interurbana com

destino a Petrópolis e a São Paulo. Além disso, passou a dar uma maior ligação dos bairros centrais e a Zona da Leopoldina.

Até a sua inauguração vários projetos paralelos foram implementados, tais como: (a) Remodelação, Extensão e Melhoramentos, (b) Plano Industrial de Manguinhos e (c) Plano para o Rio de Janeiro. Todos desenvolvidos pelo urbanista Francês Donat-Alfred Agache (1927-1930), Jorge Macedo Vieira (1927) e Le Corbusier (1929 e 1936), respectivamente.

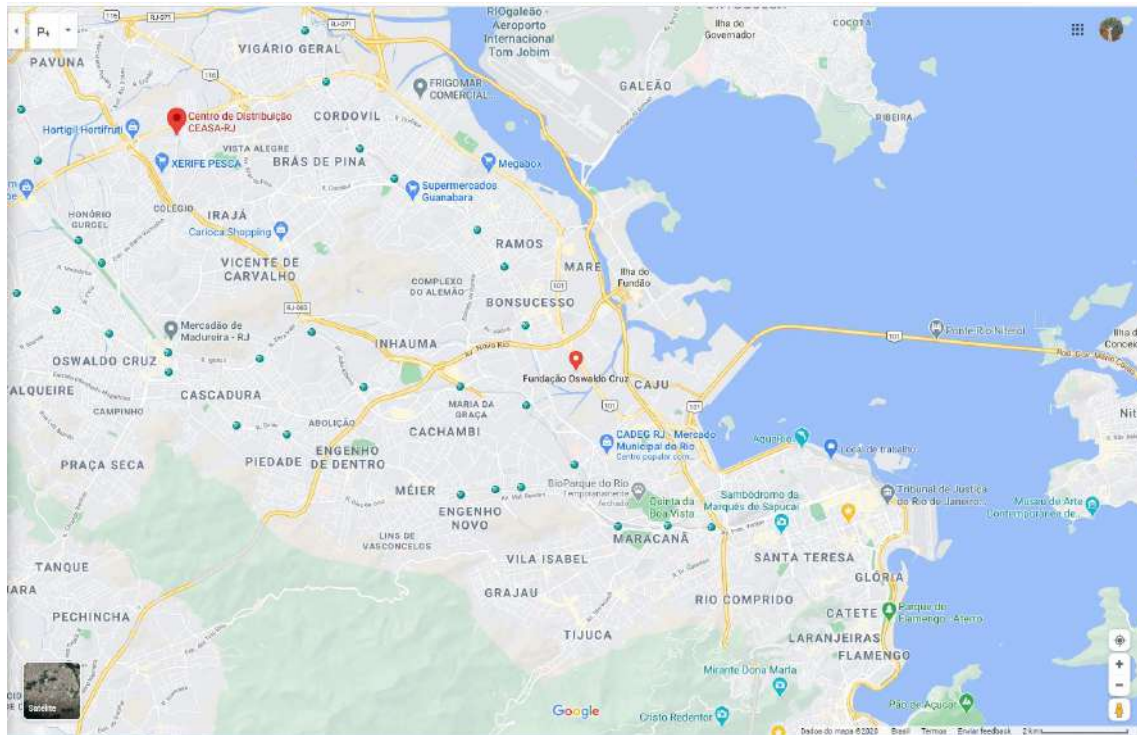
Para Costa (2006, p.4), “A Avenida Brasil foi aberta como um caminho alternativo aos tradicionais percursos realizados pelo interior dos bairros da zona da Leopoldina ou, ainda, por mar ou de trem para se chegar à antiga estrada União-Indústria”.

A Prefeitura do Rio de Janeiro mensura que a Avenida Brasil é o maior eixo de fluxo viário da cidade, tendo seu marco zero na Rodoviária Novo Rio, cortando dezenas de bairros e comunidades ao longo de seu trajeto até chegar ao Bairro de Santa Cruz. Também possui interseções com a Ponte Rio-Niterói, Linha Vermelha, Linha Amarela, Rodovia Washington Luiz, Via Dutra e Rodovia Rio-Santos. Conforme *Guia de Ruas da Maré* (2014b, p.18):

Assim, a construção da Avenida Brasil foi de suma importância para os novos moradores que chegavam à Maré, pois ela oferecia oportunidade de trabalho direto – sobretudo para a mão-de-obra não qualificada que seria aproveitada principalmente na construção civil – além de atrair efetivamente várias indústrias para a região. Exemplo disso foi a construção da Refinaria de Manguinhos, que consolidou a área como pólo de desenvolvimento industrial com ampla oferta de empregos e oportunidades. Também é digna de nota, a construção, na mesma época, da Cidade Universitária que abrigaria a Universidade do Brasil, atual UFRJ. Muitos dos operários que construíram o campus vieram morar na Maré durante e depois das obras.

Estão localizados na Avenida Brasil a Fundação Oswaldo Cruz no endereço Av. Brasil, 4365 e o maior polo hortigranjeiro do Rio de Janeiro, conhecido como Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro– CEASA-RJ, no endereço Av. Brasil, 19001. A Figura 4 identifica, em vermelho, essas instituições.

Figura 4– Localização da Fundação Oswaldo Cruz e CEASA, 2020



Fonte: Google Maps (2020).

Apesar de todos os benefícios trazidos pela Avenida Brasil, ela é alvo de duras críticas em função dos congestionamentos rodoviários diários. Isso se deve à alta circulação de veículos de passageiro e ônibus e caminhões leves e pesados da Zona Oeste até o centro da cidade. Por esse e outros motivos, ela vem sendo revitalizada. As obras iniciaram em 2015, mas foram suspensas em 2016 e retomadas em 2017 até os dias atuais.

Nessa revitalização tem-se a introdução do *Bus Rapid Transit and System* (conhecido como BRT TRANSBRASIL), com articulações com a TRANSCARIOCA, TRANSOESTE, TRANSOLÍMPICA e VIA LIGHT, que deram rapidez ao transporte coletivo de pessoas, uma vez que não concorre com carros de passeio e caminhões.

O BRT possui aproximadamente 165 estações e dois grandes cruzamentos, com a Rodovia Presidente Dutra e a Rodovia Washington Luís. A Figura 5 mostra as estações do BRT ligando as várias regiões da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 5 – Estações de BRT na Cidade do Rio de Janeiro, 2020



Fonte: Reprodução/BRT(2020).

Pode-se afirmar que a Avenida Brasil atingiu seu propósito ao se transformar em uma importante via de acesso na cidade do Rio de Janeiro e importante via interestadual.

Quadro 5 – Informações sobre a Av. Brasil

NOME	AVENIDA BRASIL
INAUGURAÇÃO	1946
NOME POPULAR	BRASIL
EXTREMO LESTE	AV. FRANCISCO BICALHO
EXTREMO OESTE	AVENIDA JOÃO XXIII

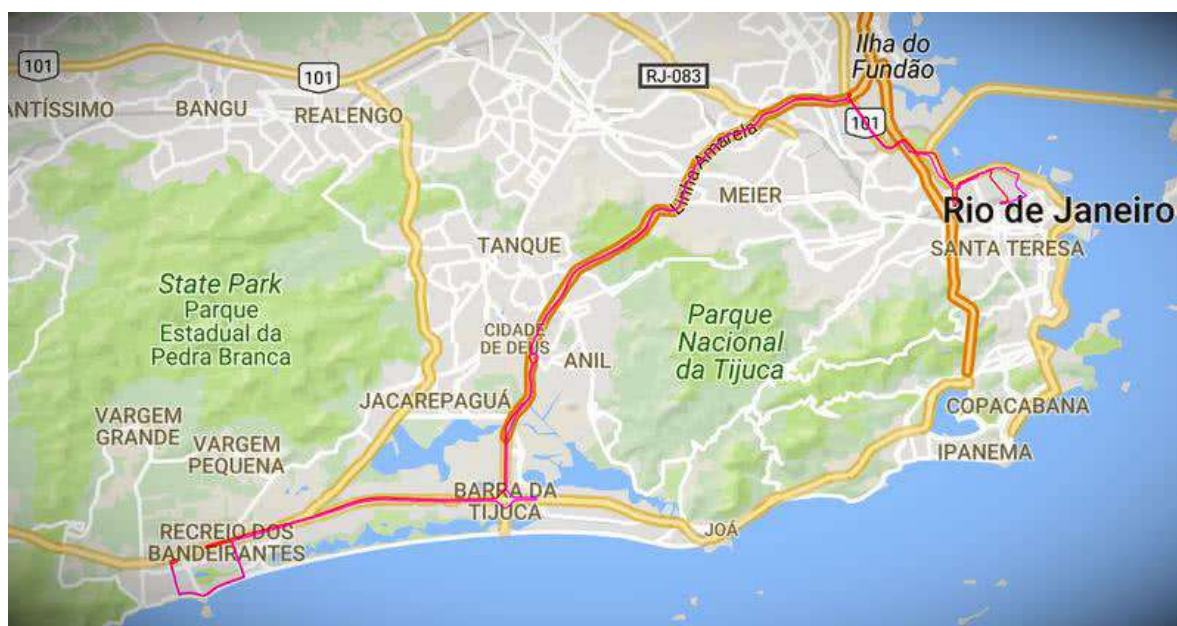
Fonte: Wikipédia (2020).

3.2.2 Linha Amarela

Segundo aWikipédia (2020), a via denomina-se oficialmente como Avenida Governador Carlos Lacerda e é uma das mais importantes da cidade. Possui 17,4 Km de extensão, ligando a Baixada de Jacarepaguá à Ilha do Fundão (Cidade

Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello – CENPES e o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL), cortando em seu trajeto 13 bairros e 23 comunidades. A Figura 6 mostra o trajeto da Ilha do Fundão à zona Oeste do Rio de Janeiro.

Figura 6 – Extensão da Linha Amarela no Rio de Janeiro, 2020



Fonte: Google Maps (2020).

Sua criação foi inicialmente projetada pelo arquiteto Lúcio Costa para ser uma linha de metrô ligando o bairro do Méier à Barra da Tijuca; porém, na década de 1960, passou a fazer parte do projeto das linhas policromáticas elaborado pelo urbanista Constantinos Apóstolos Doxiádise sua equipe, a pedido do Governador do estado do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda.

Somente em 1994 o projeto começou a ser colocado em prática após muitas discordâncias e resistências de proprietários e inquilinos que teriam seus imóveis desapropriados e demolidos para a passagem da via expressa.

De acordo com o historiador Maurício Santos, “Houve muita resistência por parte de algumas pessoas durante as obras. Porém, depois que começou a funcionar, a Via se fez muito útil para a população e passou a ser menos criticada”(LUCENA, 2016).

Após serem removidos os obstáculos relativos à via Linha Amarela, iniciaram-se as obras em três etapas/lotes: (a)etapa/ lote 1 – da Avenida Ayrton Senna,

Jacarepaguá/Gardênia Azul até a Avenida Geremário Dantas/ Freguesia); (b) etapa/lote 2 – da Avenida Geremário Dantas/ Freguesia a Rua Pernambuco/Encantado; (c) etapa/lote 3 – da Rua Pernambuco/Encantado a Avenida Novo Rio/Bonsucesso(LUCENA, 2016).

A etapa/lote2 foi a mais trabalhosa porque os engenheiros perfuraram o maciço da Serra dos Pretos-Forros para a criação do Túnel da Covanca, além dos túneis Geólogo Enzo Totis e Engenheiro Enaldo Cravo Peixoto e um pequeno túnel chamado de Túnel da Suíça Carioca. A Figura 7 mostra o Túnel da Covanca inaugurado e em uso.

Figura 7 – Túnel da Covanca, 2020



Fonte: GoogleMaps (2020).

Lucena (2016)cita que um dos maiores problemas ocorridos após a construção foram os engarrafamentos na chegada da antiga Avenida Novo Rio, o que obrigou o então Prefeito Luís Paulo Conde a iniciar as obras para o alargamento do Viaduto Sampaio Correa e posteriormente da Avenida Ribeiro Dantas e da Ilha do Fundão, o que reduziu o problema.

A Linha Amarela aumentou as interligações entre os bairros da cidade, criou linhas de ônibus e, com isso, trouxe o crescimento imobiliário da zona Oeste – Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes.

É importante salientar que a Linha Amarela ao longo da sua existência registrou dois acidentes: em 05 de dezembro de 1997, quando quatro pessoas morreram ao colidirem o automóvel com um poste da via, e em 28 de janeiro de 2014, quando um caminhão derrubou uma passarela próxima à saída 4ª, deixando mortos e feridos (CURVELLO, 2014).

Essa via é pedagiada nos dois sentidos. Até o mês de setembro de 2020, o valor integral do pedágio estava sendo cobrado pela empresa Linha Amarela S/A (LAMSA). A empresa foi criada em 21 de novembro de 1995 com as atribuições de acompanhar a execução do projeto, viabilizar recursos financeiros e criar toda uma estrutura operacional como concessionária. Recebeu a concessão para atuar por um período de 25 anos, findando em 2022. Entretanto, em 2019, a Prefeitura do Rio de Janeiro determinou que o Contrato fosse encerrado¹⁰. Após várias discussões na Justiça, a Prefeitura assumiu o controle da Linha Amarela, deixando de cobrar o pedágio.

Segue decisão imposta pelo presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça):

[...] negou o pedido de liminar feito pela empresa Lamsa para reassumir a concessão da Linha Amarela no Rio de Janeiro. Atualmente, a Prefeitura está responsável pela administração da Via Expressa. A decisão foi do presidente do STJ, ministro Humberto Martins. Assim, a empresa não poderá cobrar pedágio, portanto a cobrança segue suspensa. A concessionária, que é controlada pela Invepar, pode recorrer da decisão. (MARQUES, 2020).

O Quadro 6 mostra as principais informações sobre a Linha Amarela.

Quadro 6 – Informações sobre a Linha Amarela

NOME	LINHA AMARELA
INAUGURAÇÃO	24 DE NOVEMBRO DE 1997
NOME POPULAR	LINHA AMARELA
EXTREMO NORTE	LINHA VERMELHA NA ILHA DO FUNDÃO

¹⁰Foi constatada através de auditoria realizada pelo tribunal de contas do município a exclusão da contabilidade de aproximadamente 150 milhões de carros que passaram pelo referido pedágio. Esta exclusão gerou um prejuízo de R\$ 1,6 bilhão para a cidade do Rio de Janeiro (PREFEITURACGM-RIO, 2019).

EXTREMO OESTE	AVENIDA AYRTON SENA NA GARDÊNIA AZUL
INTERSEÇÕES	AVENIDA BRASIL; RUA LEOPOLDO BULHÕES; ESTRADA ADEMAR BEBIANO; AVENIDA PASTOR MARTIN LUTHER KING JR.; AVENIDA DOS DEMOCRÁTICOS; AVENIDA DOM HELDER CÂMARA; E, AVENIDA GEREMÁRIO DANTAS.
BAIRROS LIGADOS PELA LINHA AMARELA	JACAREPAGUÁ; ÁGUA SANTA; ENCANTADO; ENGENHO DE DENTRO; ABOLIÇÃO; PILARÉS; DEL CASTILHO; INHAÚMA; MANGUINHOS; HIGIENÓPOLIS; BONSUCESSO; E, CIDADE UNIVERSITÁRIA (FUNDÃO).
COMUNIDADES ABRANGIDAS	CIDADE DE DEUS; COVANCA; UNIÃO DE DEL CASTILHO; ÁGUIA DE OURO; AGRÍCOLA DE HIGIENÓPOLIS; VILA SÃO PEDRO; MORRO DA FAMÍLIA; IAPI DE DEL CASTILHO; GRETISTA; COMPLEXO DA MARÉ (VILA DO JOÃO, VILA DOS PINHEIROS, CONJUNTO DOS PINHEIROS, BENTO RIBEIRO DANTAS, MORRO DO TIMBAU, BAIXA DO SAPATEIRO, PARQUE MARÉ, NOVA HOLANDA, PARQUE UNIÃO, RUBEN VAZ, CONJUNTO ESPERANÇA E PARQUE ECOLÓGICO); CAJÚ (PARQUE ALEGRIA E PARQUE BOA ESPERANÇA).

Fonte: Wikipédia (2020).

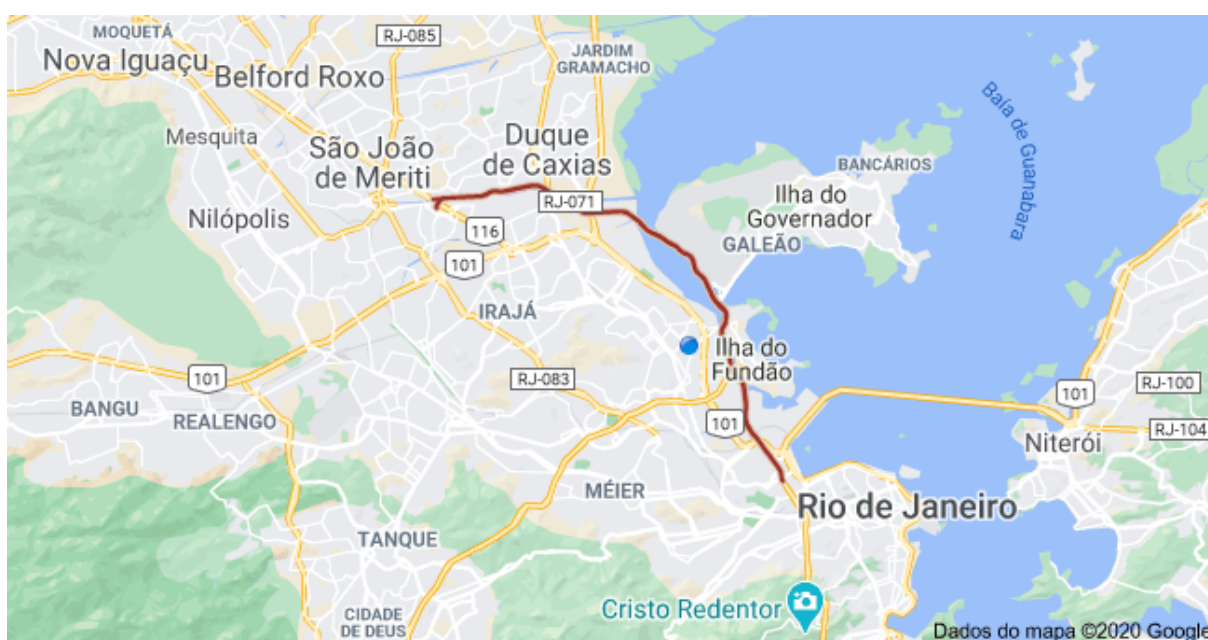
3.2.3 Linha Vermelha

Lucena (2016) retrata que a Linha Vermelha (RJ-071) também chamada de Via Expressa Presidente João Goulart possui 21,9 km de extensão. Foi um projeto do arquiteto grego Constantino Doxiádis, apresentado em 1965 ao governo do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de diminuir o trânsito na Avenida Brasil no percurso da saída da Rodovia Presidente Dutra até São Cristóvão.

Em sua extensão, a Linha Vermelha corta vários bairros dos diversos Municípios por ela abrangidos os quais podemos citar no Rio de Janeiro: Pavuna,

Vigário Geral, Parada de Lucas, Cordovil, Galeão, Cidade Universitária, Complexo da Maré, Caju, Vasco da Gama, São Cristóvão, Rio Comprido, um largo trecho sobre a Baía de Guanabara, Parque Araruama (São João de Meriti) e Parque Lafaiete (Duque de Caxias). Podemos citar também as interseções da RJ-101 para o centro de Duque de Caxias e a BR-040 com ligação para Magé, Guapimirim, Petrópolis, Teresópolis, Além Paraíba, Juiz de Fora, Belo Horizonte e Brasília. A Figura 8 mostra o percurso completo da via.

Figura 8 – Percurso da Linha Vermelha



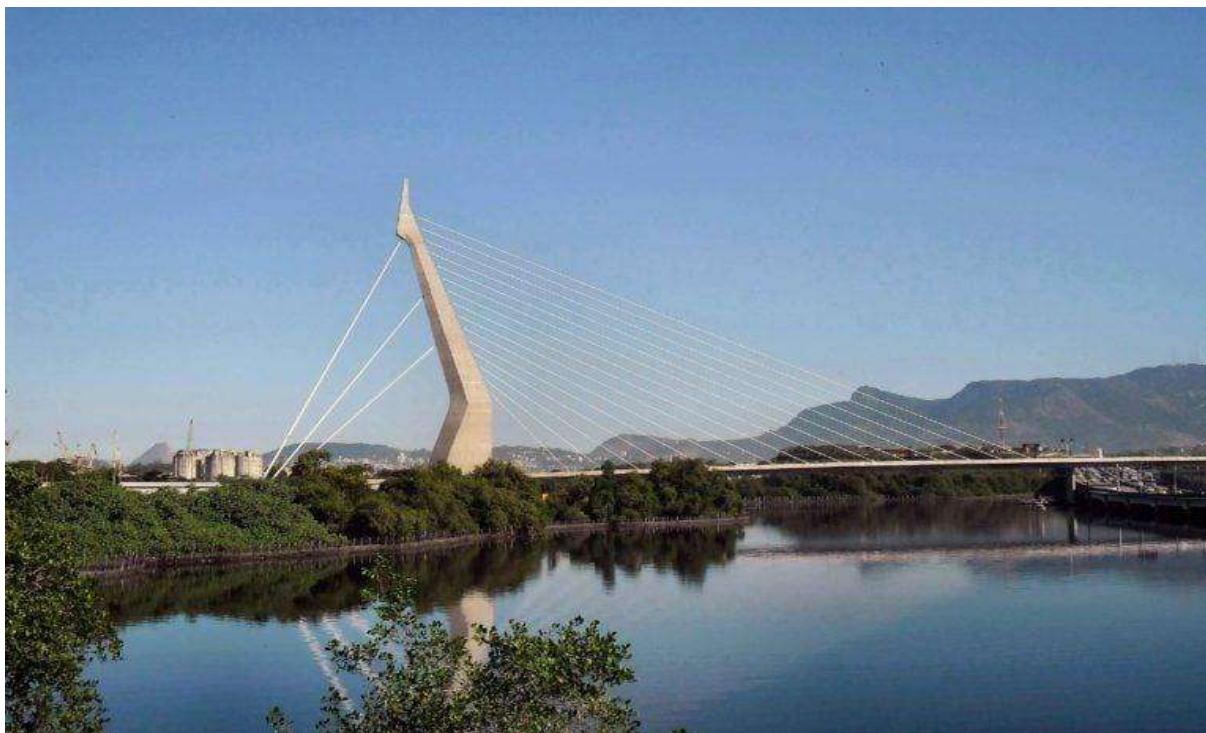
Fonte: GoogleMaps (2020).

A Linha Vermelha foi construída em três etapas.

- a) Primeira etapa: um total de 5,2 km ligando o fim do Elevado Paulo de Frontin ao Campo de São Cristóvão inaugurada em 15 de abril de 1978;
- b) segunda etapa: mais 7 km em sua extensão com o trecho entre São Cristóvão e a Ilha do Fundão inaugurado em 30 de abril de 1992;
- c) terceira etapa: o trecho final 14 km ligando a Ilha do Fundão e a Rodovia Presidente Dutra inaugurado em 11 de setembro de 1994. Hoje a via serve de ligação entre a Baixada Fluminense (Belford Roxo, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Mesquita e Duque de Caxias) até o Centro da Cidade. Em 2012 foi inaugurada a ligação entre a Ilha do Fundão e a

Linha Vermelha sendo a primeira ponte estaiada da cidade do Rio de Janeiro, chamada de “Ponte do Saber” conforme Figura 9.

Figura 9– Ponte do Saber, acesso da Ilha do Fundão à Linha Vermelha, 2012



Fonte:GoogleMaps (2020).

A criação da Linha Vermelha trouxe como benefícios para a cidade do Rio de Janeiro o desafogo do trânsito da Avenida Brasil, que já estava saturado pelo grande número de veículos que trafegavam na via. Também trouxe uma melhor trafegabilidade na cidade com uma maior facilidade de acesso aos diversos bairros por ela cortados, sem contar as linhas intermunicipais de ônibus criadas para tornar as viagens mais rápidas.

Conforme o historiador Mauricio Santos destaca:

Por ser uma Via Expressa intermunicipal, já que corta três municípios, era o Governo do Estado quem administrava a Linha Vermelha. Isso mudou em 2007, quando a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro passou a ser responsável pela Via. (LUCENA, 2016).

Por outro lado, devido à falta ou precária manutenção ao longo dos anos, a Linha Vermelha tem se tornado uma via com lentidão e acidentes recorrentes. Pode-se indicar também a segurança como um ponto de carência na via. Segundo Lucena

(2016), “De acordo com especialistas, a questão da violência na Via é explicada pelo fato de a Linha Vermelha ser margeada por quase 20 comunidades carentes, a maioria delas dominadas pelo tráfico de drogas”. Contudo, a Linha Vermelha é muito importante para o Estado do Rio de Janeiro e outras regiões da cidade, bem como para todos os seus usuários.

Quadro 7– Informações sobre a Linha Vermelha

NOME	VIA EXPRESSA PREISDENTE JOÃO GOULART
INAUGURAÇÃO	1ª FASE: 15 DE ABRIL DE 1978 2ª FASE: 30 DE ABRIL DE 1992 3ª FASE: 11 DE SETEMBRO DE 1994
NOME POPULAR	LINHA VERMELHA
EXTREMO NORTE	VIA DUTRA EM SÃO JOÃO DE MERITI
EXTREMO SUL	VIADUTO ENGENHEIRO FREYSSINET NO RIO DE JANEIRO
INTERSEÇÕES	BR-040 WASHINGTON LUIS LINHA AMARELA BR-101 AVENIDA BRASIL

Fonte: Wikipédia (2020).

3.3 LOCALIZAÇÃO – COMPLEXO DA MARÉ

O Complexo da Maré localiza-se na Cidade do Rio de Janeiro, entre duas principais vias expressas, que conectam as zonas centro/norte e oeste, são elas: Linha Vermelha, Linha Amarela e Avenida Brasil.

O Complexo tornou-se um bairro em 19 de janeiro de 1994, através da Lei nº 2.119 de autoria do vereador José de Moraes C. Neto, na XXX Região Administrativa do Rio de Janeiro, sancionada pelo prefeito César Maia, entrando em vigor a partir de 24 de janeiro de 1994, momento de sua publicação em Diário Oficial¹¹(RIO DE JANEIRO,1994).

O Bairro Maré é considerado o maior conjunto de favelas da Zona da Leopoldina e segundo *O guia da Maré*, a população se distribui em mais de 40 mil domicílios, divididos em dezesseis comunidades: Nova Holanda, Morro do Timbau; Baixa do Sapateiro; Marcílio Dias; Parque União; Parque Rubens Vaz; Roquete Pinto; Praia de Ramos; Vila do João; Conjunto Esperança; Vila dos Pinheiros; Bento

11Art 1º - Fica criado o Bairro da Maré, na XXX região administrativa, com delimitação no anexo I do Decreto nº 7.980, de 16 de agosto de 1988. (RIO DE JANEIRO, 1994).

Ribeiro Dantas; Nova Maré; Salsa e Merengue, Parque Maré, Conjunto Pinheiro (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS; REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ, 2014).

Figura 10 – Complexo da Maré



Fonte: Moraes (2019).

Nessa imensa área tem-se postos de saúde, escolas, creches, igrejas, Organizações Não Governamentais (ONGs), dentre outras organizações que atendem às necessidades da população; contudo, mesmo tendo vários serviços públicos, estes não são suficientes para atender à comunidade da Maré.

O Complexo da Maré, segundo o IBGE (2010), é uma das regiões mais populosas do Município do Rio de Janeiro, com mais de 130 mil habitantes. Dado o seu tamanho e população, os riscos às condições de vida dos seus habitantes aumentam consideravelmente, ocasionando um grande desafio para o bom funcionamento do comércio e da indústria.

Apresenta-se como uma das regiões marcadas por múltiplas violências como: políticas públicas sucateadas; violência armada, aumento da criminalidade e de homicídios, principalmente dos jovens; preconceitos raciais, gênero, idade e território e, sobretudo, a invisibilidade por parte do Estado.

Segundo Waiselfisz (2017, p. 16),

O problema de homicídios no Brasil ainda piorará. Segundo o Censo de 2010, o país tem 35,6 milhões de crianças com menos de 12 anos de idade e 24 milhões de adolescentes entre 12 e 18 anos. Isso significa que aproximadamente um terço da população nacional tem até 18 anos de idade. Ao mesmo tempo, o número absoluto de homicídios de crianças e adolescentes aumentou em 476,4%, e a taxa, em 485%.

De acordo com o observatório da intervenção:

Algumas pessoas devem se lembrar o quanto tinham medo dos seus pais. Se fizessem algo de “errado” tinham a certeza que levariam uma surra, não é verdade? A mãe às vezes até conversava, mas a figura do pai era de rigor, de impor o medo para que fosse respeitado. Vejo o Estado relativamente da mesma forma. Aquele pai que não conversava, apenas punia para que fosse respeitado. Entretanto, sabemos que essa punição varia de acordo com a classe social, cor da pele, gênero e endereço (MILIOTTI, 2018, p. 01).

Para descrever este quadro, a “Redes da Maré” disponibiliza Boletins intitulados “Direito à Segurança Pública na Maré”, projeto que acompanha os reflexos das medidas e levantamentos das consequências a partir do seu eixo de trabalho: segurança pública e acesso à justiça. O objetivo é demonstrar e analisar dados sobre a violência armada nos territórios do Complexo da Maré.

A equipe acompanha e relata todos os fatos ocorridos nesse espaço, apurando todos os desdobramentos dos casos registrados.

O Boletim traduz a proporção da violência, a falta de interesse por parte da sociedade civil, violações de direitos, os impactos negativos aos moradores, principalmente dos jovens, os confrontos armados, mortes por intervenção de agentes do Estado (usado pelo Instituto de Segurança Pública – ISP).

Em 2019, por motivo do grave cenário na Maré, foi lançada uma edição especial do Boletim contabilizando o aumento de operações policiais, tendo como consequências mais mortes, a suspensão das unidades escolares e de saúde. E, segundo o Boletim, causando um prejuízo que afeta o desenvolvimento psíquico, físico, social e econômico significativa ao território.

[...]o ano de 2019 tem tido uma acentuada escalada de violência. Isso pode ser explicado, entre outras coisas, por duas razões básicas: a primeira é que representantes dos governos federal e estadual adotaram em seus discursos e práticas a defesa do uso da violência letal como principal estratégia de resolução dos problemas da segurança pública no Rio de Janeiro. A segunda razão para o agravamento do quadro da segurança pública na Maré tem relação com o arquivamento na justiça da Ação Civil Pública (ACP). A justificativa apresentada foi a de que os governantes eleitos democraticamente tem o direito de implementar suas políticas de segurança sem que o judiciário intervenha (BOLETIM DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, p. 2).

Com referência à Economia Popular, torna-se uma das possibilidades pautada pela reprodução da vida dos membros das Unidades Domésticas, grupos e comunidades, visando não apenas em atender às condições básicas de subsistência e pronto e sim na busca de melhoria das condições de vida. Coraggio (2000, p. 92) descreve o cenário comum de surgimento dessas práticas:

não só a situação atual é má, pior ainda, as expectativas de mudança são muito poucas. Sendo assim, as pessoas passam a procurar “algum emprego”, um emprego qualquer, para fazer qualquer coisa, mesmo que não tenha nada que ver com suas capacidades e sua trajetória como trabalhador. Empregos precários ou abertamente informais – pela jornada excessiva, pelo baixo salário, pela ausência de serviços vinculados à previdência social – acabam sendo aceitos. A perda de poder relativo da classe e de suas organizações faz com que os trabalhadores tenham pouca capacidade de discutir até mesmo as condições de trabalho. Procura-se, então, algum trabalho qualquer, ou alguma “renda”, mesmo que não seja através do salário. [...] diante da lei, estão quase sempre em situação de ilegalidade.

Diante desse contexto emerge a necessidade da atuação das ONGs como forma de suprir essa carência, seja nos aspectos sociais, econômicos ou culturais. A ferramenta primordial para uma mudança e enfrentamento da comunidade é a autoestima.

A mudança se dá com instrumentos educativos ligados a outros setores, onde se tem vários projetos sociais, inclusive de outras comunidades. Alguns projetos sociais são formulados e executados pelas ONGs ao buscarem entre os envolvidos uma convergência com intuito de um novo modelo social. Estão voltados às questões de identidade cultural, concentrando suas ações em atividades artísticas, profissionais e educacionais para o desenvolvimento da cidadania.

Segundo Silva (2010, p. 4),

No caso da Maré, um levantamento preliminar sobre a atuação dessas instituições, nos dá a dimensão de que a metade, ou oito, num total de dezesseis organizações levantadas, oferecem oficinas ou atividades culturais [...] essas oficinas possuem, em grande parte dos casos, o objetivo de “reforçar identidades”, “recuperar a autoestima”, “construir cidadania” e/ou “retirar as pessoas da criminalidade”.

Porém, na presença de conflitos de classe internos, as oficinas passam a ser uma forma de cooptação e controle social. O Quadro 8 mostra informações sobre as “algumas” ONGs, ações desenvolvidas no Complexo da Maré.

Quadro 8 – Atividades culturais das ONGs do Complexo da Maré 2000-2009

ONG	AÇÕES/ATIVIDADES	OBJETIVO PROJETO
REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ (2007). EM 1997 COMEÇOU COMO CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ (CEASM)	EDUCAÇÃO, ARTE E CULTURA, COMUNICAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA	CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO DA MARÉ E DIMINUIÇÃO DA VIOLÊNCIA NO LOCAL UTILIZANDO COMO BASE OS DIREITOS HUMANOS. FOCO INICIAL ERA TRABALHAR COM JOVENS E CRIANÇAS, MAS ATUALMENTE ATENDE UM VASTO PÚBLICO.
PROJETO NOVOS SABERES EM PARCERIA COM O OBSERVATÓRIO DE FAVELAS (1990)	INSTITUIÇÃO CIVIL QUE CONDUZ PESQUISAS, ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO E AÇÕES PÚBLICAS. O PROJETO DESENVOLVE UM CURSO PREPARATÓRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO E MESTRADO PARA GRADUANDOS DE ORIGEM POPULAR NA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS.	CONTRIBUIR PARA A EVOLUÇÃO DA MULTIPLICIDADE DE DIFERENTES PERFIS SOCIOECONÔMICOS E RACIAIS DOS MATRICULADOS EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS.
A MARÉ QUE QUEREMOS (2009)	POLÍTICA PÚBLICA COM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, TRANSPORTE PÚBLICO, INFRAESTRUTURA, SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E PRINCIPALMENTE SEGURANÇA.	ELABORAR REIVINDICAÇÕES PARA DENUNCIAR AS AÇÕES DO EXERCITO E OS ALTOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA AOS MORADORES DO COMPLEXO DA MARÉ.
PROGRAMA CRIANÇA PETROBRAS NA MARÉ EM PARCERIA COM A PETROBRAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO(1990)	ESCOLA DE DANÇA ADAPTADA, OFICINAS DE GRAFITE E MÚSICA.	FINALIDADE DE MELHORAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO POR MEIO DE ATIVIDADES QUE DESPERTEM O POTENCIAL PEDAGÓGICO, INTELLECTUAL, CRIATIVO E ARTÍSTICO. ENVOLVENDO FAMÍLIAS, PROFESSORES, DIVERSAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS.
INSTITUTO VIDA REAL – INSTITUTO DA CRIANÇA (2005).	REFORÇO ESCOLAR EM MATEMÁTICA, PORTUGUÊS E LITERATURA, AULAS DE INGLÊS E DE PREPARAÇÃO PARA CURSOS TÉCNICOS, COMPUTAÇÃO GRÁFICA, SERIGRAFIA, PINTURA EM TECIDO, GRAFITE E MÚSICA, ATENDIMENTO PSICOLÓGICO AOS ALUNOS E FAMÍLIAS.	RESGATAR A DIGNIDADE DE MENINOS E MENINAS ENTRE 12 E 17 ANOS, INSERIDOS NA REALIDADE DO TRÁFICO DE DROGAS E DA CRIMINALIDADE.

LUTA PELA PAZ (2000)	BOXE E ARTES MARCIAIS, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PESSOAL, SUPORTE SOCIAL AOS PARTICIPANTES E SEUS FAMILIARES, CAPACITAÇÃO PARA ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO FORMAL (PREPARAÇÃO PESSOAL E SOCIAL) – (EMPREGABILIDADE); LIDERANÇA JUVENIL.	O OBJETIVO É ATINGIR O MÁXIMO DE CRIANÇAS E JOVENS POSSÍVEIS ENVOLVIDOS OU NÃO COM A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE, COM ASSESSORIA TÉCNICA, ARTICULANDO UMA POLÍTICA DE INTERVENÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PESSOAL, A AUTOESTIMA E PERSPECTIVA DE OPORTUNIDADES FORA DAQUELE ESPAÇO.
----------------------	--	---

Fonte: Wikipédia (2015).

As iniciativas podem modificar a coletividade ou o individual, dependem da abrangência das ações. Muitas sobrevivem de doações, ajuda governamental e auxílio de empresas privadas, o que pode prejudicar a eficiência da ação. Também muitos obstáculos, tais como a violência, colocam a perder boas atividades culturais.

O Estado vem criando ao longo do tempo mecanismos de proteção às ONGs por meio de subvenções, isenções, concessões e outros benefícios.

Cito o que ressalta Kleber (2006, p. 4):

na esfera do “Terceiro Setor”, em que se localizam as ONGs, existem situações nas quais se abusa dos valores que sensibilizam a sociedade, em função das desigualdades sociais e da pobreza. O que reduz a questão a uma visão maniqueísta, que contribui mais para a uma manipulação dos envolvidos, do que para um processo real de transformação.

No entanto, apesar de todos os fatores negativos na vida dos indivíduos da comunidade do Complexo da Maré, não se deve negar que os programas e atividades proporcionadas pelas ONGs se tornaram um grande diferencial na vida dos jovens e seus familiares. Por intermédio de profissionais, a equipe constrói um ambiente de esperança ao relacionar o presente à perspectiva de futuro. Ou seja, a noção sobre a importância das escolhas e a forma de tratamento dentre as pessoas permite a elas um olhar mais promissor.

3.4 JUVENTUDE E POLÍTICAS SOCIAIS E HOMICÍDIOS DE JOVENS NO BRASIL

Dada a importância desse tema, inclusive destacado anteriormente, este subcapítulo terá como enfoque a juventude, políticas sociais, homicídios e a

violência no Brasil, baseando-se em dados quantitativos e qualitativos a partir de informações reais.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2009) destacou o desenvolvimento econômico e as questões sociais brasileiras, oferecendo recursos para a definição do tema.

Primeiramente ressalta que

é possível afirmar que as políticas públicas federais carecem de um marco referencial mais coeso acerca do conceito de juventude. Sintomático disto é o fato de programas direcionados ao público juvenil operarem com faixas etárias diferentes. Igualmente reveladora é a adoção, por algumas áreas, das concepções mais recentes sobre a juventude – que respeitam a noção do jovem como sujeito de direitos e que atentam para as especificidades desta fase da vida e dos grupos que a experimentam –, enquanto em outras prevalece a compreensão tutorial e controladora que caracteriza as ações mais tradicionais e institucionalmente estruturadas. E todas lidam com o mesmo jovem, que se vê submetido a formas muito distintas de tratamento. [...]pode-se asseverar que inexistente um entendimento comum a respeito das dimensões mais cruciais da temática juvenil sobre as quais deve atuar o poder público. No geral, a lógica da atuação segue extremamente setorializada: cada órgão busca tratar, de acordo com seus marcos teóricos e seu instrumental de ação, das questões que consegue identificar. Ainda resta por ser construída uma estratégia multisetorial de atuação que articule horizontalmente as iniciativas de órgãos diversos com um propósito comum, ampliando as possibilidades de êxito em seus empreendimentos (IPEA, 2009, p. 10 -11).

A partir de 2004 iniciou diálogo entre o governo e os movimentos sociais na expectativa de implementar projeto¹² com medidas preventivas e práticas para os direitos às Políticas Públicas e às questões sociais, instaurando assim uma política de juventude no Brasil.

O texto expõe que

O desafio era o de pensar políticas que, por um lado, visassem à garantia de cobertura em relação às diversas situações de vulnerabilidade e risco social apresentadas para os jovens e, por outro, buscassem oferecer oportunidade de experimentação e inserção social múltiplas, que

12 O Projeto Juventude promoveu amplo processo de discussão envolvendo organizações juvenis, pesquisadores, representantes de movimentos sociais, de ONGs, de fundações empresariais, gestores, intelectuais etc., em uma série de seminários, oficinas e plenárias, produzindo pesquisas e publicações com o objetivo de elaborar um documento de referência e uma proposição de Política Nacional de Juventude e a criação da Frente Parlamentar de Juventude, na Câmara dos Deputados, que organizou uma série de audiências em torno do tema, assim como realizou um seminário e uma conferência nacional voltados para a estruturação de um Plano Nacional de Juventude, convertido em projeto de lei.

favorecessem a integração dos jovens nas várias esferas sociais (SPOSITO; CARRANO, 2005, p. 106).

No entanto, os indicadores, segundo o IPEA, referentes aos direitos sociais, culturais e econômicos contidos nos informes sobre a juventude a nível mundial demonstram a não concretização desses direitos preconizados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional dos Direitos econômicos, sociais e culturais. Por essa razão a ONU (2005, p. 195) recomendou “que os relatórios de progresso na proteção dos direitos humanos fossem especificados por faixa etária, buscando assim dar maior visibilidade a esta parcela da população”. A ONU enfatizou a necessidade de intervenções públicas nas áreas de educação, saúde e emprego.

Entretanto, a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios PNAD (2007) pontua a problemática quanto à concretização dos direitos humanos de parcela expressiva da juventude.

Dados do IBGE apontam que a taxa de desemprego entre Jovens é superior ao dobro da taxa da população geral (SILVEIRA, 2018).

Tabela 3 – Taxa de Desemprego

FAIXA ETÁRIA	(%)
DE 14 E 27 ANOS	42,7%(*)
DE 18 E 24 ANOS	26,6%
DE 25 E 39 ANOS	11,6%
DE 40 E 59 ANOS	7,5%
DE 60 ANOS	4,4%

Fonte: IBGE (2018).

Tabela 4– Taxa Racial

POPULAÇÃO PRETA	15%
POPULAÇÃO PARDA	14,4%
POPULAÇÃO BRANCA	11,6%

Fonte: IBGE (2018).

Segundo Silveira (2018), todavia, a legislação brasileira restringe a atuação profissional nesta faixa etária, que deve ser exercida sob condições específicas, como menor aprendiz, por exemplo.

Climar Azeredo ressalta:

Essa taxa é muito maior entre os jovens por conta das barreiras que são impostas a ele para ingressar no mercado de trabalho. Capacitar uma pessoa para o mercado de trabalho custa caro. Por isso o mercado tende a buscar quem já tem experiência profissional. (SILVEIRA, 2018).

Complementando, os autores Castro, Aquino e Andrade (2009) ressaltam que no Brasil a partir dos anos 1940, estabelecem serviços de aprendizagem voltados para jovens e adultos, para a Indústria, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e para o Comércio, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Contudo, segundo os autores direcionaram principalmente a atender às necessidades de determinados setores, oferecendo em menor medida cursos voltados ao público em geral.

Já na década de 1990 estruturam-se novos cursos de qualificação profissional financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) voltados para jovens em situação de risco social e mais,

Em vez de se voltar para a classe trabalhadora em geral, estes cursos procuravam focar os jovens das comunidades mais pobres, com a intenção declarada de enfrentar sua marginalização e, até mesmo, seu envolvimento com a criminalidade (GONZALEZ, 2009, p.122).

Além do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) entre 1995 e 2002, em seguida o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) em 2004. Entretanto, os Castro, Aquino e Andrade (2009, p. 122) argumentam:

A sua estratégia concentrou-se, então, em formar uma rede própria de entidades em que ainda predominavam os serviços de aprendizagem, mas que também incluía as escolas de centrais sindicais e diversos tipos de organizações não governamentais (ONGs), com o intuito de garantir uma cobertura ampla e capaz de focar nos estratos mais pobres das famílias trabalhadoras. Todavia, o programa passou a enfrentar fortes críticas, tanto pela falta de controle na distribuição de recursos quanto pelo que se considerava ser uma ação de baixa eficácia em termos da capacidade de garantir a colocação no mercado de trabalho.

Além da questão do desemprego, o tema homicídio de jovens no Brasil e a violência urbana estão cada vez mais acirrados. Ocasionalmente vítimas fatais de milhões de pessoas, principalmente dos jovens, consequência das práticas como: assaltos, agressões, brigas, ganância, envolvimento em situações ilícitas etc., gerando à sociedade brasileira sérios problemas emocionais e psíquicos, além da insegurança e o medo (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

Presume-se também que tais situações se agravam por conta do enfrentamento do Estado de forma muitas vezes arbitrárias, principalmente às classes menos favorecidas, acirrando a desigualdade social e a violência, tornando-se um dos maiores desafios da população.

Segundo Waiselfisz (2017, p. 5):

Segundo os registros do Ministério da Saúde, entre 1980 e 2013 foram assassinadas no Brasil 218.580 crianças e adolescentes, com uma intensidade crescente ao longo do tempo. Em 1980 foram 1.825 homicídios; já em 2014, o número aumentou em seis vezes e passou para 11.142, o que representa 30,5 homicídios diários. Ao se comparar este crescimento, que corresponde a 510,5%, ao exíguo aumento de 4,2% na população de crianças e adolescentes, podemos inferir o drástico crescimento real dos assassinatos de jovens.

O *Mapa da Violência* registra as mortes de jovens por causas naturais diminuíram significativamente desde a década de 1980 em contraste com o aumento por causas não naturais, entre as quais se destaca a disparada no número de mortes por homicídios (WASELFISZ, 2015).

O autor também relata à Comissão Parlamentar de Inquérito que jovens entre 16 e 17 anos em 2013 correspondem a 46% do total de homicídios e que o número de assassinatos passou de 1.825 em 1980 para 10.520, em 2013. Comparando com a Áustria, para cada jovem que morre neste país morrem 250 no Brasil como perfil básico: pobres, morando em periferias urbanas, baixa escolaridade e mais negros do que brancos (idem).

3.5 IMPACTOS E DIFICULDADES ENFRENTADAS NO COMPLEXO DA MARÉ

Neste subcapítulo serão apresentados os dados apontando os motivos pelos quais o Complexo da Maré é indicado (segundo boletim “De olho na Maré”) como uma das comunidades mais vulneráveis da cidade do Rio de Janeiro quanto ao direito à segurança pública e acesso à justiça.

Por conseguinte, o boletim também pontua que as consequências decorrentes dessa violação, que são operações policiais, atividades essenciais suspensas, homicídios, violência contra a população, sendo os mais afetados os jovens dessas comunidades, além dos direitos básicos preconizados pela Constituição Federal brasileira como também os perfis desses jovens.

Com o objetivo de monitorar e acompanhar os desdobramentos das situações de violência no Complexo da Maré das 16 comunidades, foi criado em 2016 o “Projeto de Acompanhamento Permanente”.

Tem como proposta a divulgação anual de Boletins intitulados como “Direito à Segurança Pública na Maré” pontuando: números de operações policiais, índice de mortalidade, números das atividades suspensas, além de mostrarem vários gráficos representativos das violações de direitos humanos do território, às quais os moradores do conjunto das favelas da Maré são submetidos. A seguir seguem quadros com as pesquisas/informações obtidas pelos Boletins.

Tais pesquisas são realizadas por profissionais da “Redes de Desenvolvimento da Maré”, que é uma organização da sociedade civil que se dedica à promoção de uma rede de desenvolvimento sustentável, voltada para transformação estrutural do conjunto das favelas da Maré¹³.

O foco dessa organização é difundir para a sociedade a realidade, a fragilidade e a vulnerabilidade dos que moram nestes territórios, ou seja, as violações dos direitos fundamentais dos 140 mil habitantes da Maré. O boletim informa que a expectativa de vida dos jovens da Maré é de 24 anos.

Parece acertado o que diz Eurico de Lima Figueiredo, diretor do Instituto de Estudos Estratégicos da UFF:

o que está acontecendo comprova que a falta de planejamento econômico e demográfico, assim como a de fiscalização, causa grande impacto na segurança pública. Segundo ele, é necessária uma política consistente na área de urbanismo para que a violência do Rio diminua(CANDIDA,2018).

O sociólogo Ignácio Cano (2018) complementa que

a segurança pública regrediu em relação ao que era há 30 anos, no momento em que foi aprovada a Constituição Federal. Além do crescimento na criminalidade, houve um aumento no número de locais em que o Estado não é mais soberano, como áreas dominadas por milícias ou pelo tráfico de drogas. (PARADELLA, 2018).

13 Disponível em: www.redesmare.org.br. Acesso em: 9 mar. 2022.

Tabela 5 – Vítimas da letalidade policial

PAÍS/ESTADO/BAIRRO	NÚMEROS DE PESSOAS	TAXA (100 MIL HABITANTES)
(*) BRASIL	3.320	1,6
(**) ESTADO DO RJ	645	3,9
(***) ESTADO DO RJ	1.532	9
(****) MARÉ	17	12,8
(*****) MARE	19	13,7

(*) Fórum Brasileiro de Segurança Pública 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública/2015

(**) Idem

(***)Fonte:Instituto de Segurança Pública 2019

(****)Redes da Maré, (Reservatório de Favelas – Censo Maré 2013.

(*****)Fonte:Instituto de Segurança Pública 2019

Pressupõe-se o aumento das vítimas da letalidade policial pelo aumento das favelas no Rio de Janeiro e muitas vezes dominadas por grupos armados e conseqüentemente a política de confronto com o tráfico.

Tabela 6 – Confrontos e suas conseqüências

ANO	OPERAÇÕES POLICIAIS	CONFRONTO ENTRE GRUPOS ARMADOS / MORTES	DIAS COM ATENDIMENTOS SUSPENSOS NAS ESCOLAS E POSTO DE SAÚDE	OPERAÇÕES POLICIAIS COM CONFRONTOS ARMADOS
2016	33	17 FERIDOS	20	10 – CONFRONTO POLICIAL 07 – GRUPO ARMADO
2017	57	42 MORTES 57 FERIDOS	80	41 – CONFRONTO POLICIAL 16 – GRUPO ARMADO
2018	16	24 MORTES	10	-
2019	21	10 FERIDOS 27 MORTES	10	15 – CONFRONTO POLICIAL 12 – GRUPOS ARMADOS

Fonte: Redes Maré (2019).

Verifica-se na Tabela 7 certa queda no número de mortes, porém, segundo o Boletim “Direito à segurança pública na Maré/2018” ressalta,

Embora o número de homicídios e de feridos tenha diminuído entre 2018 e 2019, isso não se deveu ao fato de ter ocorrido uma mudança na atuação dos agentes das forças de segurança do Estado. Como se vê, a taxa de letalidade nas operações policiais permaneceu alta.

Diante do que foi exposto, é lícito supor que o Estado se apropria dos bens e direitos da população, principalmente das classes menos favorecidas, em prol das classes dominantes. Porém, observa-se que o capital das empresas se fortalece com o Estado para constituir as políticas públicas.

De acordo com o sociólogo Antunes(2009, p. 56):

Os serviços públicos, como saúde, energia, educação, telecomunicações, previdência etc. também sofreram, como não poderia deixar de ser, um significativo processo de reestruturação, subordinando-se à máxima da “mercadorização”, que vem afetando fortemente os trabalhadores do setor estatal e público” e mais, “E neste quadro, caracterizado por um processo de “precarização estrutural do trabalho” que os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho. E flexibilizar a legislação social do trabalho significa, não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso, aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra.

Vê-se que o processo de globalização, além de promover fatores positivos a determinadas empresas, serve também para acentuar e gerar uma série de problemas. Um dos principais foi o aumento das diferenças das classes sociais dentro do espaço social.

Como consequência, têm-se: a) aumento do desemprego; b) da miserabilidade; c) falta de políticas de saúde, educação, segurança; d) falta de moradia.

Ademais, a ineficiência e a inoperância do Estado em enfrentar tais situações tornou necessária a criação de entidades e organizações capazes de promover e auxiliar o setor público, como as ONGs do Complexo da Maré.

As dificuldades enfrentadas nesta região quanto à atuação das ONGs devem ser analisadas com atenção. Um fato são os confrontos decorrentes dos grupos armados, conhecidos como “poder paralelo”, com os agentes de Segurança Pública nas 16 favelas na Maré. Essa realidade se traduz em: operações policiais recorrentes, atividades suspensas em escolas, creches, postos de saúde, fechamento do comércio e muitas vezes a proibição do ir e vir de moradores. Muitas

vezes estas operações desembocam em mortes e feridos. Os dados (*Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 2017) revelam que as maiores vítimas são jovens do sexo masculino, negros e pobres.

Nesse contexto, os residentes em favelas sentem, por parte da sociedade civil, discriminação e, sobretudo, o estigma de moradores de área de violência e pertencentes a grupos criminosos. Logo, mantém-se a visão estereotipada e preconceituosa sobre esses territórios/regiões.

Nessa perspectiva, fica no imaginário social que moradoras e moradores das favelas não são como cidadãs e cidadãos.

A atuação das ONGs na Maré tem como objetivo reforçar a identidade, recuperar a autoestima, construir o sentido da cidadania e/ou retirar as pessoas da criminalidade.

Nesse sentido, algumas ONGs têm contribuído e alcançado conquistas relevantes, principalmente no estímulo e participação da população, inclusive no âmbito das políticas públicas locais. Contudo, ainda persistem problemas estruturais e são necessárias medidas que minimizem a proliferação da pobreza e a falta de oportunidades, hoje presentes no dia a dia das favelas.

Com referência à Política Pública aplicada no Complexo da Maré, pode-se dizer que a sua ausência ajuda no aumento da violência, na violação dos direitos dos moradores e, sobretudo, para o aumento de mortes dentro desse território. Isso põe em risco os moradores situados nessa região.

Desde 2013 a comunidade vivia com a presença ostensiva de grupos civis armados, além dos desdobramentos da implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) regulamentada pelo governo do Estado do RJ em 2008, aumentando as operações e concomitantemente a frequência de tiroteios, causando mais insegurança e medo entre os moradores do que aumento da qualidade de vida.

O governador Sérgio Cabral, em seu mandato (2007-2014), solicitou às autoridades federais a ocupação do exército no Complexo da Maré. A medida foi expedida pela Presidência da República e regulamentada como Garantia de Lei e da Ordem (GLO). Ela deu poderes aos militares anunciada como “ação de pacificação”.

Não é surpresa dizer que essa decisão foi vista pelos moradores como uma imposição, já que os efeitos foram negativos à população. Inclusive, segundo relatos, os moradores eram impossibilitados de ir e vir a viver de acordo com as exigências impostas pelo comando do exército.

Tabela 7– Percepção dos moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré

ACHARAM QUE A OPERAÇÃO FOI POSITIVA	25%
PRESENCIARAM CONFRONTOS ARMADOS DIRETOS ENTRE AS FORÇAS DE PACIFICAÇÃO E GRUPOS CRIMINOSOS	21,6%
DOS HOMENS ENTREVISTADOS FORAM REVISTADOS	48,6%
DOS MORADORES QUE FORAM REVISTADOS	34%
DA POPULAÇÃO ADULTA QUE NÃO SE SENTIU SEGURA COM A CHEGADA DO EXERCITO	69,2%
DOS JOVENS ENTRE 18 – 29 ANOS ENTREVISTADOS FORAM REVISTADOS	46,3%
DO TOTAL ENTREVISTADOS SÃO NEGROS (AUTODECLARADO PRETO OU PARDO)	75,6%
NÚMERO ESTIMADO DE DOMICÍLIOS FORAM INVADIDOS PELAS FORÇAS ARMADAS SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO MORADOR OU MANDADO JURÍDICO	4000

Fonte: Relatório “A ocupação da Maré pelo exército brasileiro – percepção dos moradores sobre a ocupação das forças armadas na Maré” – realizado pela Rede da Maré em maio de 2017.

Diante da Tabela 7 sobre a percepção dos moradores sobre a ocupação das forças armadas na Maré, observamos: mesmo diante de tanta violência, ainda assim, existe por parte de alguns moradores em relação à polícia uma positividade e respeito. Por outro lado, com relação às pessoas revistadas, a falta de segurança por parte do exército, a questão da discriminação de raça e a invasão domiciliar sem autorização nos fazem presumir a insatisfação com a incursão dos militares e pela operação policial de forma abusiva, que causa medo e desconfiança da maioria dos moradores, configurando uma visão abusiva entre os moradores em relação aos policiais.

Tabela 8 – Comparativo de indicadores de segurança pública na Maré entre 2017 e 2018

INDICADORES	2017	2018	REDUÇÃO
OPERAÇÕES POLICIAIS	41	16	61%
CONFRONTOS ENTRE GRUPOS ARMADOS	41	27	34%
HOMICÍDIOS	42	24	43%
FERIDOS POR ARMAS DE FOGO	57	10	82%
DIAS EM QUE ESCOLAS SUSPENDERAM AS ATIVIDADES	35	10	71%
DIAS EM QUE UNIDADES DE SAÚDE SUSPENDERAM A ATIVIDADES	45	11	76%

Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP) (2018).

A Tabela 8 mostra o comparativo de indicadores de segurança pública na Maré e demonstra uma queda acentuada da violência. Os dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2019, p. 12) revelam que

[...] Um contexto em que alguns dos números agregados da violência apresentam quedas consideráveis, mas, paradoxalmente, pouco se sabe sobre as origens e razões desse movimento. O Brasil não tem a prática de documentar, monitorar e avaliar as políticas setoriais, o que poderia contribuir para estimular o que deu certo, evitar o que deu errado e tornar sustentáveis no tempo as reduções nos indicadores criminais.

A construção deste capítulo e seus subcapítulos mostram a importância das ONGs no Complexo da Maré, pelos seus projetos sociais como forma de cooptação e controle social.

Concomitante, retratam as consequências pela falta de Políticas Públicas e Sociais efetivas, expondo as causas e suas vertentes pela falta de diálogo e compromisso do Estado, causando danos muitas vezes irreversíveis à grande parcela dessa comunidade. Na visão de parte da sociedade civil, incluindo o próprio Estado, esses territórios são de delinquentes, desordenados e perigosos, evidenciando um tratamento diferenciado negativamente, excludente, principalmente pela falta de garantia dos direitos básicos para seus moradores.

4 APRECIÇÃO DO PROJETO “LUTA PELA PAZ”

4.1 BREVE HISTÓRICO

A proposta desta pesquisa sobre a ONG Luta pela Paz é tentar vivenciar e entender como essa Instituição consegue operacionalizar as ações e medidas de seus projetos sociais dentro de um território onde o chamado “poder paralelo” se faz presente e com escassez de políticas públicas.

Em *Avaliação do projeto Luta Pela Paz – Maré – RJ*, Souza (2006, p. 40) cita:

O projeto tem como estratégia a interseção de atividades esportivas com outras atividades culturais que buscam construir possibilidades de promoção e refletir sobre a questão da cidadania e da auto-estima de jovens de uma comunidade com baixo investimento social e que vivencia no seu cotidiano a violência armada de facções criminosas e confrontos policiais.

Esta pesquisa busca em primeiro lugar conhecer e sistematizar todas as ações desenvolvidas pela ONG Luta pela Paz, tendo em vista sua importância para seus usuários, buscando as percepções dos grupos – jovens e instituição –, abrindo discussões e ações participativas, “tomadas de consciência” sobre o que pode ser feito com o intuito de promover e desenvolver políticas ou gerar novas diretrizes a partir desse levantamento.

Considerando a crise política, econômica e social brasileira com desemprego, miséria, falta de moradia e desigualdade social, de que forma a empregabilidade, uma das ações promovidas pela ONG, é potencializada? Hoje é notório que os jovens de baixa renda e que moram em comunidades têm a tendência de serem mais afetados pelo desemprego e por piores condições de trabalho.

Reportando ao nome da ONG, qual seria o sentido da palavra “Luta”? Segundo manual do projeto (2006, p.45):

A palavra **Luta** é empregada em duas acepções:

- Como modalidade esportiva e,
- Como resistência interna desenvolvida e trabalhada com o objetivo de conseguir o não-envolvimento na criminalidade, num ambiente social propício à violência.

O projeto Luta Pela Paz é uma Organização Social da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e agora se apresenta como uma Instituição Internacional de prevenção à violência, tendo foco principal de atuação o esporte como o boxe e artes marciais. Está situada à Rua Teixeira Ribeiro, nº900 – Nova Holanda – Maré – Rio de Janeiro/RJ – tel. 3105-5341.

A Instituição Luta pela Paz surgiu no ano 2000 a partir da iniciativa do ex-lutador amador de boxe Luke Dowdney como um projeto da ONG carioca Viva Rio para atender à população do Complexo da Maré.

Por envolver inicialmente ação priorizando o esporte, o projeto é chamado de Centro Educacional e Esportivo Luta pela Paz (CEELPP). Instalado durante três anos em sede cedida pela Associação de Moradores da favela Parque União, com o apoio de algumas instituições como “Laureus Sports for Good Foundation”; “Embaixada Britânica”; “Embaixada do Canadá”, dentre outras. Conforme o manual do projeto Luta pela Paz (2006), *Avaliação do projeto Luta pela Paz – Maré – RJ*, os recursos financeiros do projeto são em sua totalidade provenientes de doações.

Segundo a *Avaliação do projeto Luta pela Paz – Maré – RJ* (2006), Luke passou a ver o esporte como um instrumento de superação de barreiras sociais e violência: um meio eficaz de promover ao máximo o potencial da juventude e a diminuição do alto índice de mortalidade.

Diante do crescimento consistente e com apoio total da Viva Rio, a instituição Luta Pela Paz foi estabelecida como uma ONG independente (Associação Luta Pela Paz) no Brasil em 27 de dezembro de 2007, sendo exportado neste mesmo ano para Londres e no Reino Unido (Fight for Peace), concretizando sua segunda Academia.

Em 2011, a instituição Luta pela Paz situava-se nas localidades: Marcilio Dias e Baixa do Sapateiro, comunidades pertencentes ao Complexo da Maré. Contudo, hoje só existe uma estrutura da Instituição, que é a sede na Nova Holanda.

Importante salientar que o projeto Luta pela Paz é uma associação sem fins lucrativos e cujo princípio fundamental é na defesa de direitos sociais, buscando construir possibilidades de promoção e reflexão sobre cidadania e autoestima dos jovens em uma comunidade com baixo investimento social. Também possui o Certificado de OSCIP e o título do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA.

É patrocinada e apoiada por diversas organizações, sejam nacionais e internacionais, dentre elas Laureus (Reino Unido) e Petrobras, sendo que esta empresa, por motivo de uma política de desinvestimento, está reduzindo suas contribuições financeiras juntos à Associação.

No Manual Metodológico criado pelo projeto, *Avaliação do projeto Luta pela Paz – Maré – RJ* (2006, p. 43), define-se:

A Luta Pela Paz é um projeto piloto de prevenção e reinserção social que oferece aos jovens alternativas reais ao envolvimento no crime, violência armada e a participação nas facções organizadas do tráfico de drogas que dominam o local em que o projeto atua. O projeto é voltado para a reinserção social de menores de idade e jovens já envolvidos neste cenário, como também à prevenção do envolvimento de jovens que estão em “alto risco” de participarem destas atividades ilícitas.

Considerando a grande importância e os impactos positivos que o projeto traz aos jovens e seus familiares da Comunidade Complexo da Maré, segue relato de Miriam Santos – funcionária e mentora do projeto (2021):

“Quando conheci a academia e já faz 18 anos era um projeto fundado pela ONG Viva Rio, me inscrevi para o cargo que ocupo até hoje. Nesta época chega ao Brasil Luke a fim de fazer uma pesquisa para seu artigo, cujo objetivo era compreender a grande mortalidade de jovens e crianças no Rio por armas de fogo. Ao conhecer a ONG, Luke passou a conviver e conhecer de perto os bairros em conflitos, era muito amado e respeitado por ser tão jovem e nutrir tamanho interesse por causas tão perigosas e desafiadoras. Nessa trajetória foi acompanhado por Rubens Cesar (presidente do Viva Rio) e manteve contatos com alguns presidentes de Associações para o desenvolvimento de sua pesquisa. Quando jovem foi pugilista, interrompido devido a uma contusão séria e como tinha muita experiência nesta área resolveu investir com os jovens como forma de mudanças de vida e saída da marginalidade. Em 2000 conseguiu espaço na Associação no Parque União e no seu projeto tinha em torno de 10 a 15 jovens, inicialmente masculino, agregando após as meninas. Os jovens não só aprendiam as técnicas do boxe, mas também formas de como se tornarem seres humanos menos agressivos e melhores. O projeto foi um sucesso e em três meses multiplicaram-se o número de jovens, ocorreram contratações de novos integrantes para ministrarem aulas, inclusive, de desenvolvimento pessoal (cidadania). Houve a necessidade em procurar um espaço maior e isso aconteceu em 2003 – Nova Holanda na Teixeira Ribeiro como o projeto Luta Pela Paz, ficando conhecido não só nas mediações do Complexo da Maré, mas também fora dela. Toda esta trajetória fez com que Luke publicasse seu primeiro livro “Crianças no tráfico”. Em 2005, finalmente tivemos nossa própria sede e conhecidos nacional e internacionalmente. Nessa época foi agregado outros esportes como a capoeira, luta livre e com mais uma publicação de Luke “Nem guerra nem Paz” no qual comparava a violência armada onde envolvia jovens e crianças, em diferentes países em quatro continentes, recebendo várias premiações. Hoje somos uma Instituição com mais modalidades, MuayThai, judô, artes marciais, jiu-jitsu, capoeira, luta livre e boxe com uma metodologia baseada em cinco pilares

e duas academias – no Brasil e Londres, onde são atendidas mais de 2000 mil jovens e crianças por ano, estendido a seus familiares, na medida do possível com atendimentos serviço social, psicológico e possivelmente o jurídico.

4.2 PÚBLICO-ALVO

O objetivo do projeto, segundo o manual, é atender usuários com a faixa etária entre 07 e 25 anos, ambos os sexos, tendo como foco os jovens qualificados como mais vulneráveis, ou seja, que estejam, estiveram ou corram diretamente o risco de se envolverem com violência armada e tráfico de drogas (2006).

A pesquisa “Avaliação do Projeto Luta pela Paz”(2006, p. 65-66) também esclarece que as crianças e jovens que chegam ao projeto espontaneamente, trazidos por familiares ou amigos, devem seguir critérios e regras para o atendimento

Quanto ao atendimento:

1º PASSO: Entrevista com a educadora social (psicóloga) para um contato inicial: por exemplo, como soube do projeto, porque gostaria de participar das atividades, quem é o responsável, se estuda, se trabalha, onde mora;

2º PASSO: Preencher a ficha de inscrição;

3º PASSO: Início das atividades: para realizar as atividades esportivas, é regra ter que participar dos encontros semanais de cidadania. O beneficiário deverá voltar ou continuar na escola para permanecer no projeto;

4º PASSO: Avaliação qualitativa e acompanhamento por parte da equipe (educadores e agentes de integração);

Quanto aos critérios:

- Respeitar e ajudar o próximo;
- Ser disciplinado e pontual;
- Ser responsável;
- Treinar com seriedade;
- Ter responsabilidade com o material;
- Ter humildade;
- Ser honesto;
- Ser pacífico fora do ringue,
- Receber pessoas de fora da academia com respeito e gentileza.

No caso de algum descumprimento, a equipe social poderá aplicar medidas disciplinares, como advertência ou suspensão, ou, em casos extremos, expulsão do projeto.

Tabela 9– Número de jovens e crianças que participaram do projeto 2003-2006

ANO	NÚMERO DE PARTICIPANTES
2003	124
2004	210
2005	260
2006	180

Fonte: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA; CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE VIOLÊNCIA E SAÚDE; JORGE CARELI (2006, p.66)

Segundo a pesquisa, em 2006, quando o projeto iniciou, havia 180 adolescentes, conforme mostra a Tabela 1. No entanto, no mês de julho do corrente ano, 136 crianças e jovens estavam frequentando as várias atividades. Desses, 78 eram jovens e 58 eram crianças. A desistência das atividades maior incidiu sobre a faixa etária de 14 a 24 anos. Dentre os possíveis motivos sinalizados pela coordenação da referida pesquisa para essa perda, estão: período de férias, conflitos na comunidade, surgimento de outros projetos remunerados na área e o recrutamento dos adolescentes para serem agentes jovens dos jogos Pan-americanos.

Quanto ao perfil demográfico e socioeconômico dos jovens participantes, segundo a “Avaliação do projeto Luta Pela Paz” (2006), 64,4% são do sexo masculino. Estes são comparados com um grupo de 88 alunos de uma escola pública municipal situada no Complexo da Maré, dos quais 37,5% são do sexo masculino. No grupo, dos que fazem parte do Luta pela Paz, as faixas etárias menores de 15 anos e dos 15 aos 18 anos predominam, enquanto no grupo dos escolares destaca-se a faixa dos 15 aos 18 anos.

4.3 METODOLOGIA DO PROJETO DA “LUTA PELA PAZ”

A estratégia é baseada na metodologia “Cinco Pilares”, uma abordagem integrada que une todos os serviços e atividades oferecidas pelo Projeto Luta pela Paz.

Figura 11 –As 5 Metodologias da "Luta pela Paz"



Fonte: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA; CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE VIOLÊNCIA E SAÚDE; JORGE CARELI (2006).

- a) Boxe e Artes Marciais – Aulas, Treinamento e Competição: por entender que esses esportes promovem o respeito, a disciplina, o autocontrole, o sentimento de pertencimento e de autoestima, além de atrair os jovens para participarem dos projetos;
- b) Educação e Desenvolvimento Pessoal, cuja metodologia a partir de três perspectivas: o jovem consigo mesmo, o jovem em relação ao outro e o jovem com sua perspectiva de futuro, isto é, educação como apoio e oportunidades educacionais para jovens que estão afastados da educação formal ou que possuem dificuldades de aprendizado;
- c) Serviços de Apoio aos participantes e seus familiares (Suporte Social) – formados por uma equipe multidisciplinar de apoio social que oferece serviços de “mentoria” individual, assistência social, encaminhamentos para redes públicas de saúde e justiça, realização de visitas domiciliares e sensibilização da comunidade;
- d) Capacitação para acesso ao mercado de trabalho formal (preparação pessoal e social) – (empregabilidade) com suporte para acesso ao

mercado de trabalho, através de treinamentos, orientação vocacional, cursos profissionalizantes e encaminhamentos para oportunidades de emprego;

- e) Liderança Juvenil – Incentivar e desenvolver nas crianças e jovens a capacidade de liderança e que participem de processos decisórios e tomadas de decisão.

O objetivo do Projeto é atingir o máximo de crianças e jovens possíveis envolvidos ou não com a violência e a criminalidade, dentre outras coisas com assessoria técnica, articulando uma política de intervenção de qualificação pessoal, preparando-os para exercerem determinadas atividades e/ou ação, aumentando assim a autoestima tanto para aquele território ou para perspectivas e oportunidades fora daquele espaço.

Segundo informações da Instituição é impulsionada pelos resultados gerados, através de um sistema de monitoramento e avaliação profissional que serve para medir os impactos dos projetos na vida dos jovens e de seus familiares, através da Teoria da Mudança. Esses controles são coletados e mensurados – quantitativo e qualitativamente em seus registros.

4.4 CICLOS DA INTERVENÇÃO

A intervenção realizada pelo projeto é dividida em duas fases distintas: primária e secundária.

Na fase primária, são observados os fatores de riscos dos jovens do Complexo da Maré – como qualquer outra comunidade do Rio de Janeiro –, que apresentam um cenário de alta periculosidade. Essa fase está associada aos fatores de proteção pelo projeto “Luta pela Paz”.

Já a prevenção secundária corresponde ao processo de envolvimento já em andamento, ligação entre o tráfico e a contraproposta do projeto “Luta pela Paz”.

Para melhor visualização, seguem quadros abordando as fases, conforme *Manual de Metodologia do Projeto*:

Quadro 9 – Prevenção primária do Projeto Luta Pela Paz

FATORES DE RISCO	FATORES DE PROTEÇÃO – RESPOSTA DO PROJETO
1. ESTRUTURAS PRECÁRIAS (VIOLÊNCIA ESTRUTURAL) 1.1 FAMÍLIA 1.2 SERVIÇOS PÚBLICOS (SAÚDE, EDUCAÇÃO, LAZER) 1.3 ECONOMIA (DESEMPREGO, INFORMALIDADE)	1. CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS AFETIVOS; 1.1 CONVIVÊNCIA DIÁRIA; VISITA FAMILIAR; REUNIÕES COM RESPONSÁVEIS; APOIO PSICOLÓGICO; 1.2 REFORÇO E ACOMPANHAMENTO ESCOLAR; ACOMPANHAMENTO MÉDICO, JURÍDICO E PSICOLÓGICO; ATIVIDADES COMPLEMENTARES: LAZER, ESPORTE E CULTURA; 1.3 ENCAMINHAMENTO AO MERCADO DE TRABALHO; DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL.
2. POBREZA	2. CESTA BÁSICA; ENCAMINHAMENTO AO MERCADO DE TRABALHO
3. MARGINALIZAÇÃO SOCIAL (PRECONCEITO)	3. RECUPERAÇÃO DA IDENTIDADE E DA AUTOESTIMA; CONSCIENTIZAÇÃO;
4. VIOLÊNCIA: ESTATAL (POLÍCIA); FACÇÕES DE DROGA; CRIME EM GERAL	4. FORMAÇÃO CIDADÃ (CONHECIMENTO DOS DIREITOS E DEVERES); APOIO JURÍDICO;
5. CULTURA LOCAL: CRIME; TRÁFICO DE DROGAS, VIOLÊNCIA ARMADA	5. PROMOÇÃO DA CULTURAL DE PAZ ATRAVÉS DE ATIVIDADES ALTERNATIVAS: ESPORTE, LAZER; EDUCAÇÃO.

Fonte: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA; CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE VIOLÊNCIA E SAÚDE; JORGE CARELI (2006, p.46).

Quadro 10 – Prevenção secundária do projeto Luta Pela Paz

TRÁFICO	CONTRAPROPOSTA DA LUTA PELA PAZ
1. STATUS/PODER = RECONHECIMENTO SOCIAL 1.1 ACESSO A BENS DE CONSUMO \$\$ 1.2 ASCENÇÃO SOCIAL 1.3 ADRENALINA 1.4 FAÇA PARTE DE UM GRUPO CONSIDERO FORTE	1. RECUPERAÇÃO DE IDENTIDADE – “SOU LUTADOR, NÃO SOU BANDIDO” 1.1 ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO; 1.2 DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL; 1.3 ESPORTE 1.4 FAÇA PARTE DE UM GRUPO RESPEITADO – EQUIPE DE BOXE
INFLUÊNCIAS: 1. ENVOLVIMENTO DE GRUPOS DE REFERÊNCIA – AMIGOS/FAMÍLIA 2. FAMÍLIAS DISFUNCIONAIS	1. NOVO GRUPO DE CONVIVÊNCIA, OUTROS EXEMPLOS E REFERÊNCIAS. 2. CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS AFETIVOS

Fonte: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA; CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE VIOLÊNCIA E SAÚDE; JORGE CARELI (2006, p.47).

4.5 QUANTO À INFRAESTRUTURA

A ONG possui uma boa infraestrutura para desenvolver seus trabalhos. Seu prédio é dividido da seguinte forma:

No 1º andar: está localizada a área esportiva com vestiário e equipamentos para a prática do boxe; com acessibilidade para pessoas com necessidades especiais e banheiros adaptados;

No 2º andar: 03 (três) salas de aulas; 03 (três) salas para atendimentos individualizados e entrevistas sociais com psicólogos, advogados, assistentes sociais; 01 (uma) sala multiuso (reunião e copa);

No 3º andar – fica localizada a área para prática de artes marciais – toda equipada e o escritório para a equipe administrativa e o almoxarifado.

Além da infraestrutura das sedes, a Associação conta com uma Van de 14 lugares para o acesso dos jovens aos treinos e aulas.

No entanto, apesar de toda essa estrutura, ainda assim torna-se um grande desafio para a organização, já que programar um projeto dessa magnitude dentro de um território tão problemático que é o Complexo da Maré/Nova Holanda requer muita dedicação, profissionalismo.

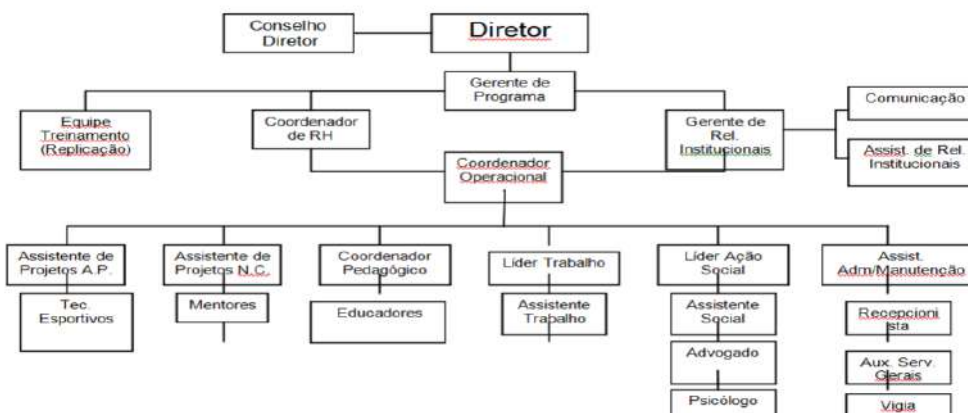
Ampliando as noções sobre a “qualidade de vida”, fomentando instrumentos como “tecnologia social”, cuja ferramenta não se volta apenas no técnico, mas também em valores, ambiental, social, cultural, educacional e pessoal, caracterizando assim uma “reprodução ampliada da vida” e não apenas do capital.

O projeto funciona de segunda a sexta-feira das 8h às 22h. São atendidas em média 320 pessoas por dia, divididas entre cada atividade.

4.6 ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO DA INSTITUIÇÃO

A equipe do Projeto é composta por uma educadora, uma psicóloga, 1 auxiliar de serviços gerais, 1 secretária, 1 responsável pela manutenção, 2 vigias, 2 coordenadores, 1 fotógrafo e 7 professores esportivos (3 de boxe, 2 de luta livre e 2 de capoeira). Interessante apontar que 5 membros são jovens formados no projeto e incorporados como parte à equipe. Segue organograma do Projeto:

Figura 12 – Organograma da instituição



Fonte: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA; CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE VIOLÊNCIA E SAÚDE; JORGE CARELI (2006, p. 60)

4.7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Para que se tenha um tratamento de socialização e prevenção numa perspectiva crítica para a construção da práxis política (ação concreta) com suporte para o caminho da mudança, são necessários a comunhão e o diálogo entre a comunidade, a família, a escola, ou seja, com os atores que fazem parte do território, sujeitos receptores da ação e que deveriam ser vistos como parte da concepção.

É notório que o projeto “Luta pela Paz” compete diariamente com a violência. Por isso, investir em pesquisas estratégicas de cunho avaliativo e científico é de suma importância, apresentando assim uma visão crítica para uma intervenção social efetiva. E, apesar das dificuldades como a falta de uma política pública presente e efetiva na região da Maré, o Projeto “Luta pela Paz” tenta suprir essas carências e dificuldades.

Vale ressaltar o empenho de toda equipe, principalmente no que tange aos “cinco pilares” na prevenção da violência e do crime como proposta de perspectiva de mudança que se torna um diferencial na vida dos jovens da comunidade do Complexo da Maré é primordial no combate à intolerância e na promoção à democracia da vida.

5 A INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO: AVALIAÇÃO DO TERMO EMPREGABILIDADE

O termo empregabilidade dentro do contexto atual torna-se emblemático, principalmente devido às transformações do mundo, exigindo-se um maior nível de competências e habilidades necessárias para conquistar e se manter no mercado de trabalho.

Dada a complexidade do assunto, apresentamos a seguir várias definições. Segundo Machado (1998, p. 18),

O conceito de empregabilidade tem sido utilizado para referir-se às condições da integração dos sujeitos à realidade atual dos mercados de trabalho e ao poder que possuem de negociar sua própria capacidade de trabalho, considerando o que os empregadores definem por competência.

Para Lavinias (2001, p. 3), o uso do termo empregabilidade remete "às características individuais do trabalhador capazes de fazer com que possa escapar do desemprego mantendo sua capacidade de obter um emprego".

Já para Minarelli (1995, p. 11)

Como sendo a condição de ser empregável, isto é, de dar e conseguir emprego para os seus conhecimentos, habilidades e atitudes intencionalmente desenvolvidos por meio da educação e treinamento sintonizados com as necessidades do mercado de trabalho.

E para Rodrigues (1997, p.228),

o conceito de empregabilidade, conjugado com outros conceitos mais gerais – como globalização, competitividade e reestruturação industrial – busca consolidar a construção de uma rede discursivo-conceitual que tenta simultaneamente, por um lado, explicar uma nova etapa do desenvolvimento civilizatório e, por outro lado, facilitar as dores do parto do novo mundo do trabalho.

Conclui-se nesse subtema uma variedade de leituras a respeito do conceito de empregabilidade, por isso essa questão deve ser debatida e analisada. Mesmo porque o mundo do trabalho passa por transformações – como a globalização, as inovações tecnológicas e hoje principalmente os efeitos da pandemia de Covid-19 –

que impactam direta ou indiretamente na força do trabalho, trazendo para a sociedade um grau de devastação total da pobreza.

5.1 VISÃO CRÍTICA QUANTO AO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO – EMPREGABILIDADE

O objetivo desta pesquisa é buscar compreender o processo de empregabilidade, já que no Brasil vemos um retrocesso pelas medidas implementadas pelo atual governo com políticas de austeridade econômica, corte nos gastos públicos e redução ou finalização de políticas de inclusão social onde o Estado privilegia as classes dominantes em detrimento das menos favorecidas.

A globalização contribui para retração econômica com altos índices de desemprego, queda na renda familiar, falta de política pública de saúde, saneamento básico, segurança, transporte público de qualidade, além da reestruturação produtiva e aumento da terceirização, gerando a desregulamentação dos Direitos previstos em Lei na Constituição Federal de 1988.

O sistema capitalista não garante os direitos mínimos aos trabalhadores, aumentando a expropriação do trabalho e produzindo pouca oferta e aumento da demanda de trabalhadores, induzindo-os à informalidade, ao trabalho análogo, à alienação e, sobretudo, à falta de perspectivas. A crise social atingindo principalmente as classes menos favorecidas financeiramente.

Diante do exposto, entende-se que na verdade o conceito de empregabilidade volta-se apenas para um lado da história onde o trabalhador terá que se qualificar para estar apto a desempenhar uma determinada função, atividade. No entanto, é relevante ser discutida também a oferta de emprego, pois, sem a oportunidade, de que adianta ser qualificado?

Portanto, empregabilidade *versus* oferta de trabalho deveria ser discutido por parte dos empregadores e trabalhadores, evitando o trabalho precário, já que até hoje quem dita as regras das ofertas são os empresários.

5.2 CENÁRIO DE INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

Esse tema é debatido por diversos autores que retratam em suas pesquisas sobre sua natureza, as suas dificuldades, as distorções quanto à inserção dos trabalhadores no processo produtivo e na entrada do jovem no mercado de trabalho, atingindo principalmente aqueles que moram em comunidades violentas, negros, pobres que já são discriminados por parte da sociedade civil.

Como consequência, configura-se a exclusão social, a falta de oportunidades e desigualdade, propiciando aos jovens baixa estima e muitas vezes o caminho para a criminalidade.

O professor Cleber Santos Vieira (2017), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, aponta três tipos de discriminação frequentes no ambiente de trabalho. A primeira é a ocupacional, que questiona a capacidade do negro de desempenhar tarefas mais complexas, mesmo que esse profissional seja capacitado para tais funções.

A segunda é a discriminação salarial, com o desrespeito à equiparação na remuneração de brancos e negros, sugerindo que o trabalho feito pelo negro tem menor valor. E a terceira é a discriminação pela imagem, na qual a pele escura e os cabelos crespos são alvo de preconceito e deixam os negros de fora de diversas oportunidades de trabalho (BOEHM, 2017).

Ivo (2019) caracteriza a inserção média atual no mercado de trabalho como uma “subutilização”. O jovem possui um potencial e não o exerce como um todo, ou seja, as suas atividades de trabalho são inferiores ao que ele poderia realizar e hoje isso se torna recorrente. Mesmo porque o mercado de trabalho não dá opções de escolhas e poucos sinais de recuperação. Na realidade, as empresas hoje ofertam poucas vagas, mínimas exigências, aumentando a competitividade e sendo absorvidas por pessoas qualificadas.

Além disso, os jovens hoje esbarram em certos dilemas e ficam num estado de desalento quando, por exemplo, se graduam com intuito de aumentar as suas chances de adentrar no mercado, mas não alcançam a sua expectativa ou, quando contratado, atuam como colaborador em níveis operacionais.

As ONGs que fazem intercâmbio entre as empresas privadas e os jovens para a inserção destes no mercado de trabalho podem facilitar, mas na realidade a inserção deveria ser por um processo normal.

Hoje se identifica em comunidades e/ou regiões menos favorecidas uma alta taxa de desemprego dos jovens, diminuindo a sua empregabilidade. Esses jovens

investem na educação, seja PROUNI, FIES etc., porém não conseguem um retorno e se frustram.

Diante desse dilema os jovens tentam procurar outra oportunidade na informalidade, abrindo comércio familiar onde residem ou enveredando para a criminalidade.

O mercado de trabalho é o último a dar resposta, ele vem a reboque de toda a economia. Com os investimentos engessados, uma melhoria viria nos cenários mais otimistas, só em 2021 (IVO, 2019).

O pesquisador Daniel Duque, do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, destaca: “O desafio do primeiro emprego se soma ao da crise econômica, tornando os jovens especialmente vulneráveis no mercado de trabalho”(TUON, 2019).

Para Antunes (2009), a classe trabalhadora brasileira, assim como no cenário mundial, é marcada pela precarização das condições de trabalho, flexibilização ilimitada do trabalho e tudo isso diante de uma mutação informacional decorrente da revolução tecnológica. O autor (2019, p. 48) também afirma:

[...] mas, se por um lado, podemos considerar o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida no processo de humanização, por outro lado, a sociedade capitalista o transformou em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana.

Também expõe que

Os serviços públicos, como saúde, energia, educação, telecomunicações, previdência etc., também sofreram, como não poderia deixar de ser, um significativo processo de reestruturação, subordinando-se à máxima da mercadorização, que vem afetando fortemente os trabalhadores do setor estatal e público (ANTUNES, 2009, p. 56).

5.3 MERCADO DE TRABALHO E EMPREGABILIDADE

Falar sobre mercado de trabalho formal, apesar de ter direitos por si só, não resolve os problemas com relação ao trabalho e renda, acredita-se na necessidade de alternativas.

Em vista da atual situação causada pela pandemia que assola o Brasil e o mundo, proporcionando uma crise social com prejuízos psicológicos, físicos, financeiros e, sobretudo, com o aumento do desemprego.

Carvalho¹⁴(2021), ao tratar sobre mercado de trabalho, retrata que os impactos imediatos da pandemia sobre os rendimentos, bem como o impacto do auxílio emergencial, através da Pesquisa Nacional por Amostra (PNAD) do IBGE mostraram um mercado de trabalho com sinais de fraqueza e dificuldade de recuperação no curto prazo.

A renda efetiva vem apresentando sucessivas quedas, apenas se recuperando após setembro. Porém, nos dois últimos trimestres móveis de 2021, houve novas quedas da renda efetiva de 1% e 2,4%, respectivamente, efeito de um recrudescimento da pandemia.

E, mais que a geração de vagas continue em desaceleração no ano de 2021, uma vez que o indicador Antecedente de Emprego recuou 5,8 pontos, marcando a maior queda desde abril do ano passado. Já o indicador coincidente de desemprego caiu 0,2 pontos. Esses dois indicadores apontam para uma desaceleração na geração de vagas, reflexo, sobretudo, das restrições à atividade econômica (CARVALHO, 2021).

Dizem ainda que, espera-se, então, um nível de desemprego elevado, ao redor de 14,2% da população economicamente ativa em razão do agravamento da pandemia. Serviços, que são responsáveis por mais de 50% da empregabilidade do Brasil, vêm sofrendo mais profundamente, com restrição de crédito e demanda (em função das restrições).

Ivo (UFRJ, 2019) destaca que “o mercado de trabalho é o último a dar resposta, ele vem a reboque de toda a economia. Com os investimentos engessados, uma melhoria viria, nos cenários mais otimistas só em 2021”.

Ao refletir acerca do assunto, nos leva a supor que o mercado informal ganhe aceleração, uma vez a formalidade deva diminuir tração, o autor revela que segundo o IBGE a taxa de informalidade no mercado de trabalho sobe 40% e entre 86,7 milhões de pessoas ocupadas, 34,7 milhões eram informais (ABDALA, 2021).

14 Sandro Sacchet de Carvalho – Técnico de Pesquisa e Planejamento da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea – carta de conjuntura – número 51 – 2º trimestre de 2021. “Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – resultados da PNAD Contínua em 2020”.

6 ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO PROMOVIDO PELA ONG LUTA PELAPAZ

Este capítulo tem como objetivo construir uma capacidade analítica de reflexão sobre qual o papel da ONG Luta pela Paz na inserção do jovem no mercado de trabalho e mostrar a importância do Pilar Empregabilidade e o seu produto, a Feira da Empregabilidade.

As ações da ONG Luta pela Paz encontram constantes desafios, já que trabalha em comunidades afetadas pela violência e desigualdade, mas que investem na qualificação aos jovens, oferecendo-os projetos sociais, proporcionando habilidades e valores para vida.

As informações apresentadas neste capítulo advêm das respostas ao questionário pelo Sr. Marcos Melo, coordenador do Pilar Empregabilidade da ONG Luta Pela Paz.

A aplicação do questionário e a coleta das respostas se deram usando o *Google Forms* em virtude da impossibilidade de um estudo de campo nas dependências da ONG, situada na Nova Holanda, uma das comunidades do Complexo da Maré. A impossibilidade se dá devido à pandemia de Covid-19. O questionário encontra-se integralmente anexado ao final deste trabalho.

6.1 AÇÕES DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO E INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO – “PILAR EMPREGABILIDADE”

Esta seção tem como objetivo verificar detalhadamente as ações desenvolvidas no Pilar Empregabilidade do Projeto da ONG Luta Pela Paz.

Já foi verificado em capítulo anterior que o pilar empregabilidade visa proporcionar aos jovens condições de acesso ao mercado trabalho. Os jovens, alvo desta ação, pertencem a comunidades marcadas por múltiplas violências, sendo a mais relevante nesse caso a exclusão por discriminação. Além disso, estão em condição de vulnerabilidade social e a ONG visa prepará-los e orientá-los para dar uma perspectiva de mudança.

Sabe-se que a empregabilidade parte, muitas vezes, da relação capital e trabalho, cujo mecanismo normalmente é pautado na exploração do trabalhador por

empregadores que não seguem as leis trabalhistas nacionais. A expressiva taxa de desemprego da região e do país contribui para que os trabalhadores se sujeitem às péssimas condições impostas.

As iniciativas de instituições, associações, organizações em projetos empreendedores objetivam estimular formas criativas de geração de renda. A partir de programas e cursos profissionalizantes, é possível potencializar a capacidade dos jovens desempregados.

A ONG, a partir do Pilar Empregabilidade, promove ações para que os jovens possam contatar diretamente empregadores, sendo a mais conhecida a Feira da Empregabilidade.

Segundo Marcos Melo, coordenador do Pilar da Empregabilidade da ONG Luta Pela Paz, as ações deste pilar tiveram início em 2016. O público-alvo possui a faixa etária de 16 a 29 anos.

O coordenador relata que o início foi difícil em função de problemas encontrados em torno desta ação, a saber:

- a) a ONG depende de uma continuidade de financiamento para o projeto e/ou pessoa para captar recursos no Brasil;
- b) a preocupação destes jovens quanto à deficiência na educação básica como, por exemplo, a qualificação, que não consegue atender às demandas do mundo contemporâneo;
- c) a falta de “perfil” conforme o padrão exigido pelo mercado.

O coordenador relata que, em geral, produzem relatórios a partir dos retornos dados pelas empresas parceiras, mas que muitas não disponibilizam tais dados de jovens quanto à absorção no mercado de trabalho, o que impede que a ONG saiba a eficácia das ações. O que se sabe somente é o número de pessoas que a ONG encaminhou às empresas empregadoras. E que o setor tem uma média de 200 contratações por ano.

As ações do Pilar Empregabilidade visam, em especial, atingir os jovens e seus familiares que praticam esportes na comunidade, no intitulado “Balcão de Vagas”, que ocorre duas vezes por semana. A ONG acredita que a prática de esportes evita que o tempo ocioso promova práticas nocivas à preservação da vida de todos.

Além da feira de empregabilidade e do balcão de vagas, a instituição também oferece cursos de formação que se estruturam em três níveis:

1) módulo básico: curso de 40 horas;

2) módulo específico: curso de 70 horas;

3) módulo técnico: parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). No módulo técnico, o jovem obtém orientações vocacionais aplicado por um psicólogo contratado pela ONG Luta Pela Paz e que atua no Pilar Empregabilidade para a sua inserção em cursos técnicos fruto da aptidão constatada.

Em todos os três módulos, o jovem é encaminhado a participar do processo seletivo para o pilar empregabilidade seguindo algumas etapas: a) inscrição na recepção; b) participação de entrevista com o suporte social. Dados esses seguimentos, o setor social avalia as condições apresentadas pelos jovens, sua vulnerabilidade quando afastados da escola, dificuldade de aprendizado e, dependendo do nível da situação, isso é encaminhado para mentoria individual, assistência social ou psicológica e, na parte da educação, tutorial ensino fundamental e/ou ensino médio.

Durante e após a realização do curso, o jovem é acompanhado por cerca de três meses, quando recebe todas as ferramentas, como atividades de acolhimento/dinâmica através da modalidade de Desenvolvimento Pessoal, apoio necessário para a sua inserção na empresa com disponibilidade de trabalho, ou seja, trabalham com a perspectiva de acesso do jovem ao mercado de trabalho por meio de divulgação de seu currículo e demais buscas com os parceiros.

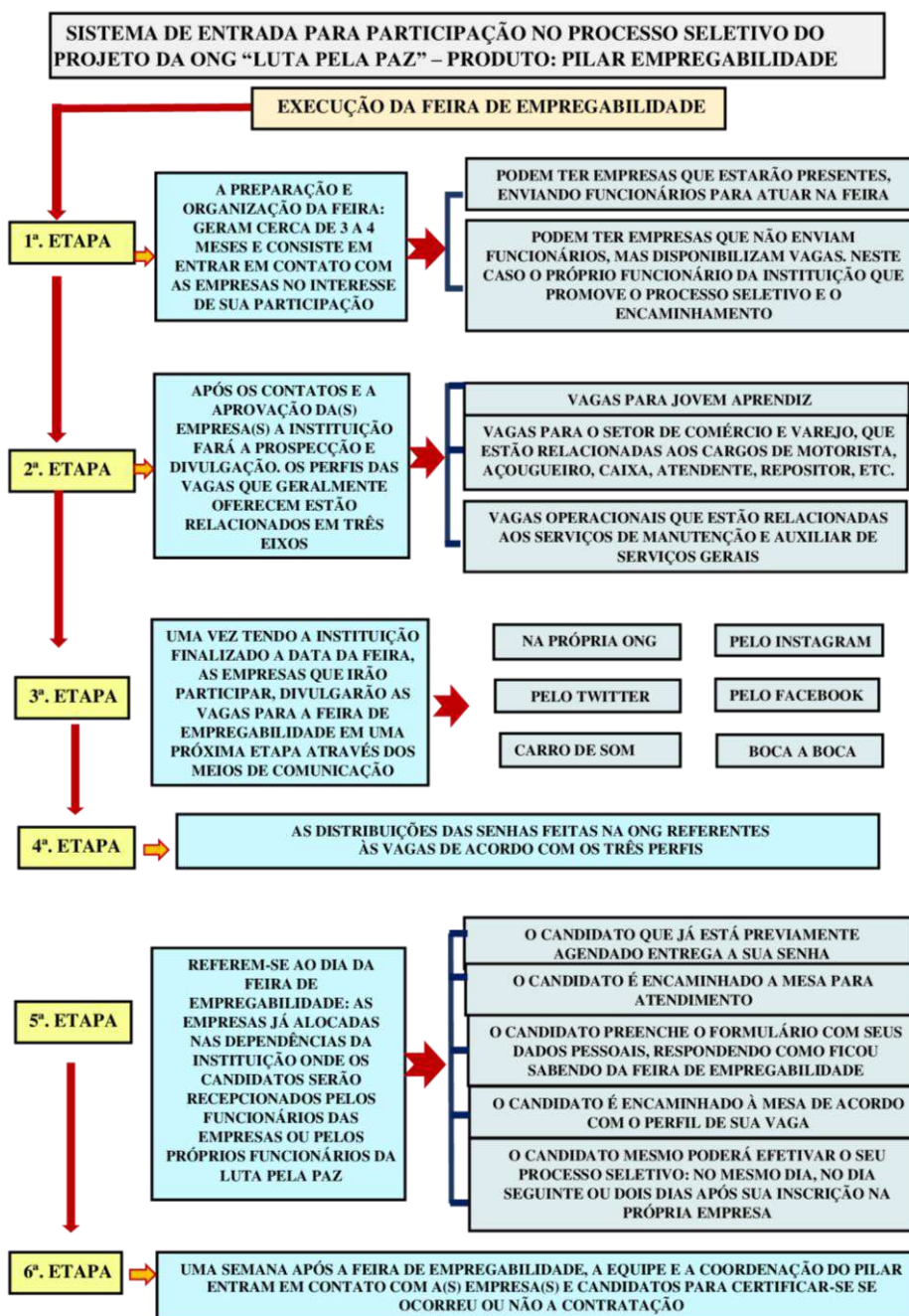
6.2 ATENDIMENTO PARA A FEIRA DA EMPREGABILIDADE

Segundo o coordenador do Pilar Empregabilidade, a Feira de Empregabilidade é o principal produto desse Pilar. Para a sua realização é necessário financiamento externo que geralmente vem da empresa Petrobras. A Petrobras é uma empresa brasileira de capital público-privado com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Há alguns anos, a Feira ocorria quatro vezes por ano, não somente na Nova Holanda (sede), mas também no Museu da Maré. Atualmente ocorrem duas Feiras por ano. Em virtude da pandemia de Covid-19, a última feira ocorreu em 2019.

Na maioria das vezes, o período de preparação compreende cerca de três a quatro meses antes do evento. Os funcionários da ONG executam determinadas tarefas divididas em etapas, conforme a Figura 13.

Figura 13 –Etapas para a realização da Feira da Empregabilidade pela ONG Luta Pela Paz



Fonte: Figura adaptada pela autora conforme dados fornecidos pelo coordenador da ONG (2021).

Na primeira etapa, os funcionários deverão entrar em contato com as empresas, que supostamente irão participar do evento. Essa informação é de suma importância, já que a ONG toma ciência das seguintes informações: a) a empresa confirma ou não presença; b) vai ou não enviar funcionário para atuar na feira. Muitas empresas que participam disponibilizam vagas para serem ofertadas aos jovens e, nesse caso, quem assume a responsabilidade do processo seletivo e do encaminhamento é o próprio funcionário da ONG.

Em geral, as empresas realizam o processo seletivo no dia da Feira de Empregabilidade. Porém, algumas empresas utilizam a Feira apenas para triagem e o processo seletivo propriamente dito acontece nas dependências da própria empresa.

Após a etapa de contatos e confirmações das empresas, os funcionários da ONG se reúnem para o planejamento e prospecção dos perfis e da quantidade de vagas para divulgação. O objetivo dessa reunião é elaborar uma convocação de profissionais/pessoas do entorno que tenham habilidades e competências para as vagas que serão oferecidas no dia da Feira de Empregabilidade.

A ONG trabalha baseada em três eixos/perfis:

- a) Jovem Aprendiz;
- b) Vagas operacionais ligadas à manutenção, por exemplo: auxiliar de serviços gerais;
- c) Vagas do setor de comércio e varejo, por exemplo: motorista, açougueiro, caixa, atendente, repositor e outros.

A partir do momento da confirmação da data do evento, da presença das empresas, dos números de vagas oferecidas, a ONG inicia a comunicação/divulgação. As vias são:

- a) Na própria dependência da ONG;
- b) No *Instagram*;
- c) No *Facebook*;
- d) No *Twitter*;
- e) No boca a boca;
- f) Pelo carro de som. É um investimento da ONG para que circule nas comunidades do Complexo da Maré, anunciando o dia, o horário, o

local da Feira e de uma forma ampla comunica os perfis das vagas que serão ofertadas.

Sabendo-se que as vagas ofertadas se referem a três perfis (Jovem Aprendiz, Setor Operacional, Setor de Comércio e Varejo), é elaborado pelos funcionários um processo de distribuição de senhas conforme os três tipos de perfil para o atendimento no processo seletivo. Esse controle é imprescindível não só para ONG, mas para as empresas participantes porque organiza os jovens por perfil.

A Feira tem duração de um dia inteiro, normalmente com início do atendimento às 10 horas e término às 17 horas.

Para a recepção dos jovens candidatos, as empresas são alocadas pelas dependências da ONG.

Para efeito de organização, os jovens candidatos são previamente agendados de acordo com os eixos/perfis das vagas e encaminhados à mesa das empresas com os seus próprios funcionários ou funcionários da ONG.

Existem jovens candidatos que finalizam o processo seletivo no mesmo dia; outros são encaminhados para um processo seletivo que acontecerá no dia seguinte ou dois dias depois na própria dependência da empresa. Nesse caso, os jovens interessados preenchem formulários com seus dados pessoais e respondem à pergunta: Como ficou sabendo da Feira de Empregabilidade?

Conforme o coordenador do Pilar, em torno de 70% dos participantes informam que ficaram sabendo da Feira na própria comunidade pelo carro de som e por outras pessoas.

Após a Feira, uma vez que o interessado foi atendido, a ONG faz contato com as empresas que participaram do evento e com os jovens encaminhados para receber informações sobre se houve ou não a contratação, mas nem sempre se tem o *feedback*.

O coordenador do Pilar afirma que nos últimos anos vem ocorrendo o comparecimento de pessoas de fora do Complexo da Maré nas Feiras de Empregabilidade. Para a ONG, isso confirma a necessidade de emprego de pessoas da cidade do Rio de Janeiro e arredores, em especial as cidades fronteiriças de Duque de Caxias e Niterói.

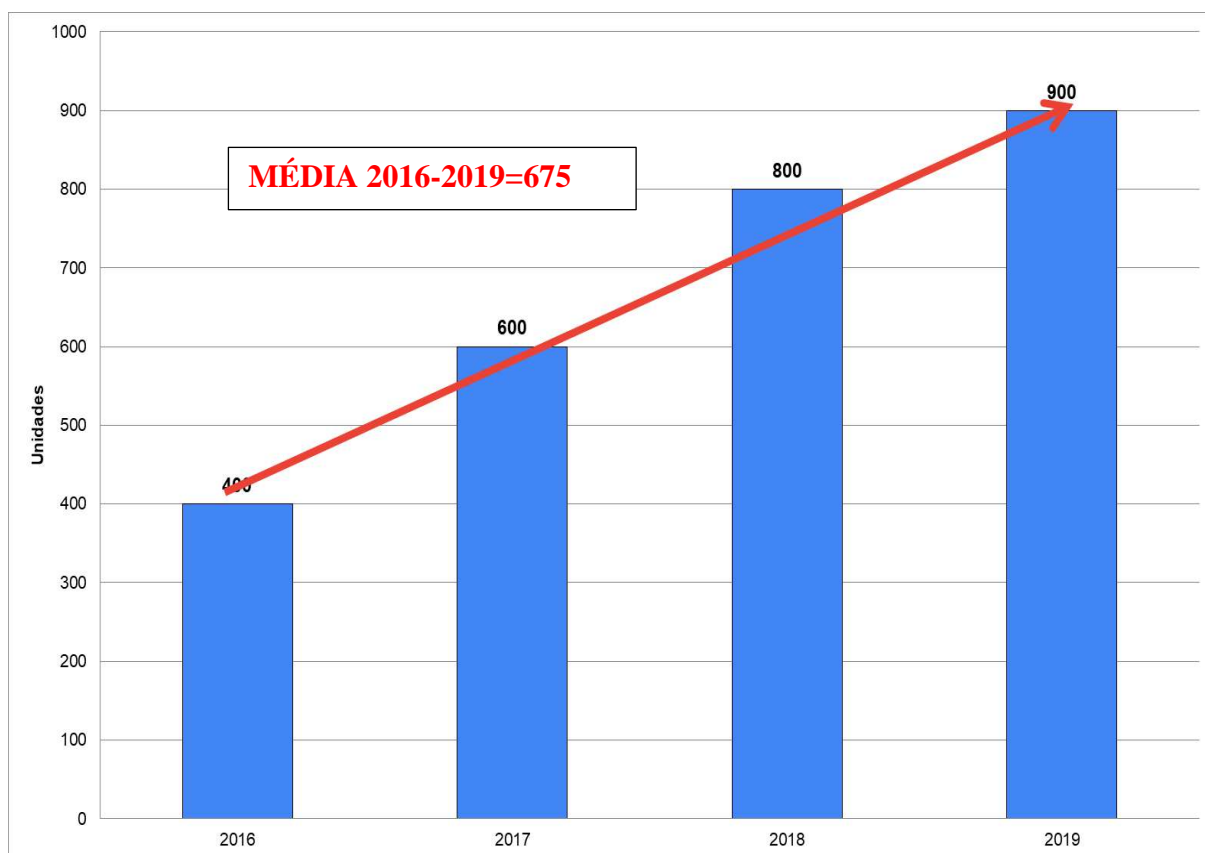
Visando mais informações, o questionário aplicado junto à Coordenação das ações do Pilar Empregabilidade obteve informações que foram organizadas de forma a melhor descrever a realidade.

Segundo os dados obtidos na ONG para os anos de 2016 a 2019 (último ano da Feira antes da pandemia da Covid-19), dividiu-se em quatro grupos: a) média de atendimento dos jovens; b) gênero com apenas uma divisão entre homens e mulheres; c) cor conforme autodeclaração dos jovens com apenas uma divisão entre brancos e negros; d) escolaridade dividida em ensino fundamental e ensino médio.

As Figuras 14 a 17 estão relacionadas aos quatro grupos de dados fornecidos pela coordenação do Pilar Empregabilidade da ONG.

A Figura 14 mostra a média de atendimento; a Figura 15 as informações sobre gênero; a Figura 16 a cor conforme a autodeclaração dos jovens e, por fim, a Figura 17a escolaridade dos jovens atendidos nas ações do Pilar Empregabilidade.

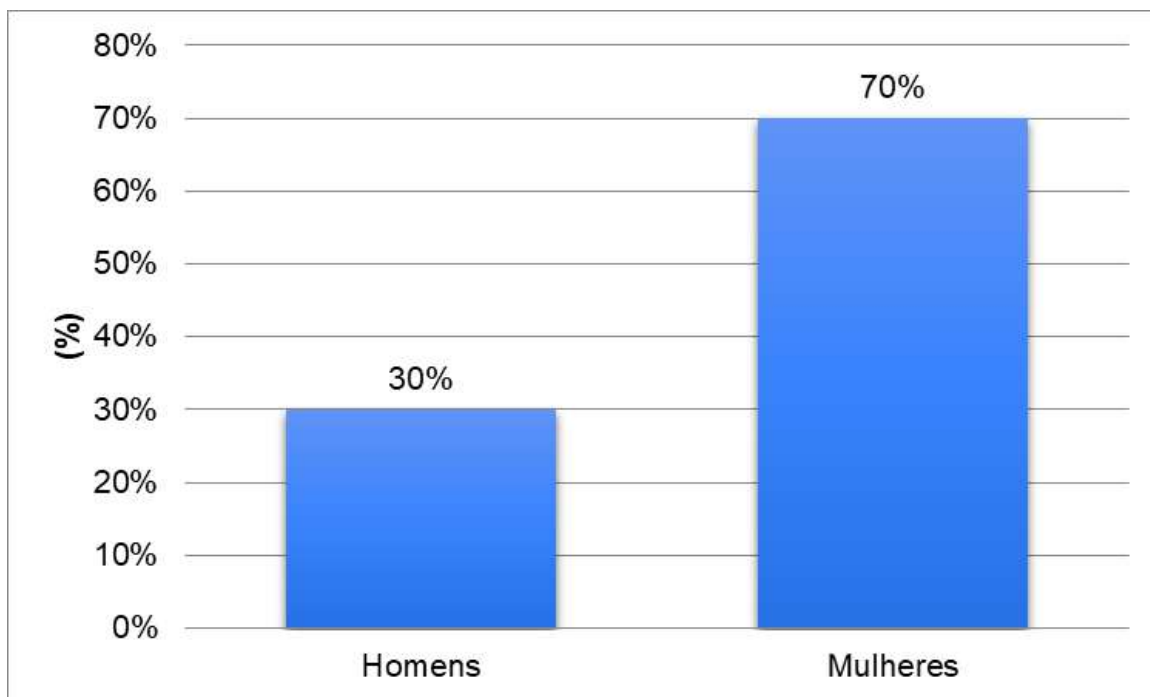
Figura 14 – Média de atendimentos nos anos de 2016-2019



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do coordenador do Pilar Empregabilidade (2021).
Nota: 2019 foi o último ano da realização da Feira antes da pandemia pela Covid-19.

Como se pode observar na Figura 14, a média anual de atendimentos teve comportamento ascendente, o que pode indicar a aceitação e reconhecimento dos jovens das ações promovidas pela ONG quanto ao Pilar Empregabilidade. A média de atendimentos de jovens considerando os quatro anos foi de 675.

Figura 15 – Média por gênero dos jovens atendidos entre 2016 e 2019 considerando apenas uma única divisão, qual seja: homens e mulheres



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do coordenador do Pilar Empregabilidade (2021).
Nota: 2019 foi o último ano da realização da Feira antes da pandemia pela Covid-19.

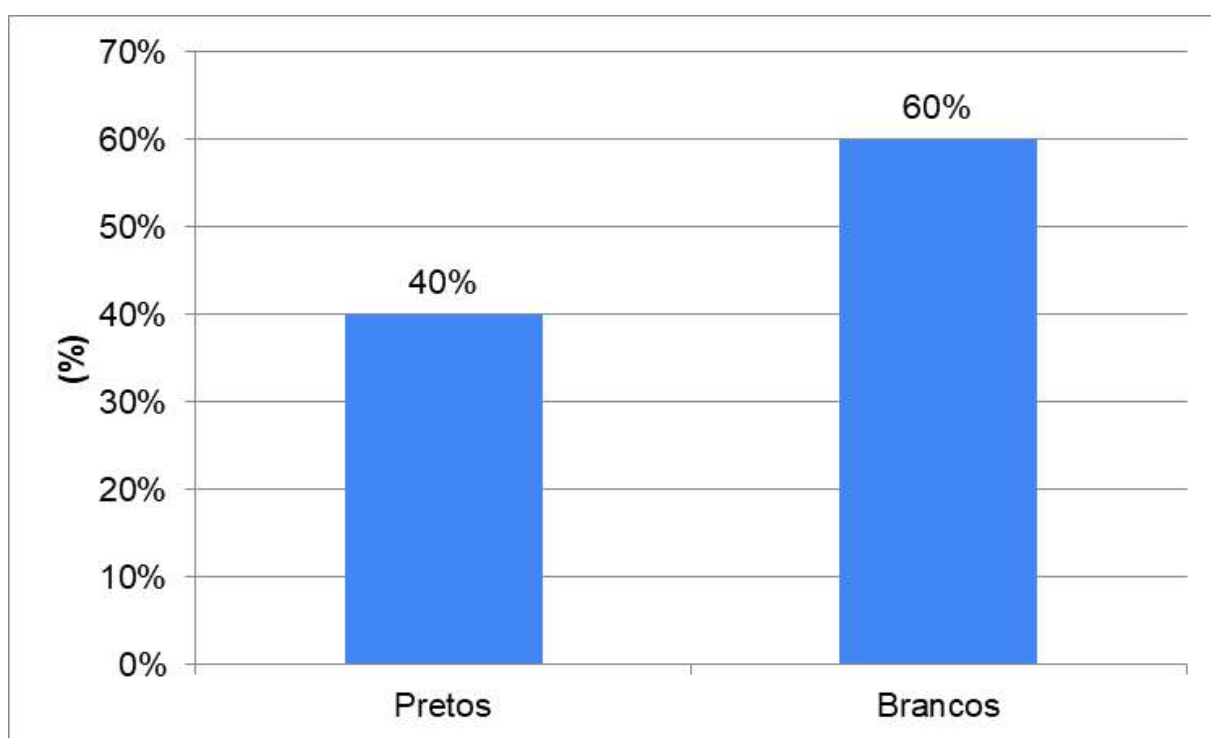
Verifica-se na Figura 15 que 70% dos jovens que participam da Feira de Empregabilidade são mulheres. Os homens representam apenas 30%. Pode-se inferir que: ou os homens já estão empregados, enquanto as mulheres não estão trabalhando; ou estão em empregos informais e que as mulheres têm buscado mais qualificação. Os jovens homens, caso estejam desempregados, não se sentem confortáveis em participar da Feira.

Além dos demonstrativos apresentados pelo coordenador do Pilar Empregabilidade, serão também destacadas as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), baseadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-C) divulgados no segundo trimestre de 2020, traçando

características importantes para melhor necessidade do mercado de trabalho brasileiro, divididos em homens e mulheres, raça e nível de instrução¹⁵.

Segundo a pesquisa, o número de mulheres e homens ratifica a Figura 15, pois demonstram que as mulheres continuavam sendo a maioria. No segundo semestre de 2020, representavam 53% dessa população, enquanto os homens equivaliam a 47%. Pressupõe-se que as mulheres são mais vulneráveis ao trabalho precário e informal, aos salários menores, além de serem peças fundamentais na ajuda familiar.

Figura 16 – Média dos jovens divididos por cor ou raça conforme autodeclaração entre 2016 e 2019. As opções quanto à cor ou raça são: brancos e pretos



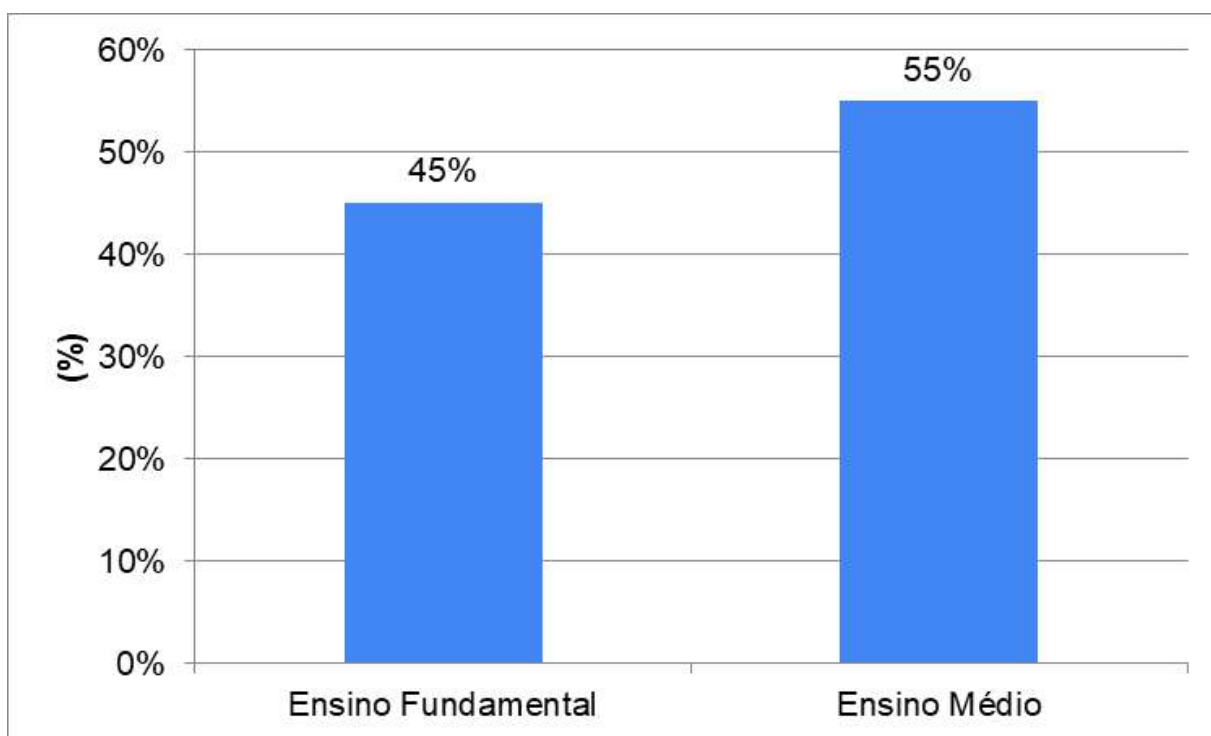
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do coordenador do Pilar Empregabilidade (2021).
Nota: 2019 foi o último ano da realização da Feira antes da pandemia pela Covid-19.

A Figura 16 indica que os jovens brancos procuram mais as ações do Pilar Empregabilidade que os jovens pretos. São 60% de brancos contra 40% de pretos. Juntando-se as informações das Figuras 15 e 16 pode-se supor que as mulheres brancas são maioria junto às ações do Pilar da Empregabilidade.

¹⁵Os resultados do perfil das populações foram discutidos e apresentados na última Conferência Internacional das Estatísticas do Trabalho – 19º - CIET, realizada na Conferência em Genebra, em outubro de 2013.

No que tange à cor ou raça a pesquisa detalhou em brancos, pardos e pretos. Os resultados identificaram que 46,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,4% como pardos, 9,7% como pretos (IBGE, 2020). O resultado do número de brancos em relação aos pretos nos faz refletir sobre os impactos estruturais e discriminatórios que ainda persistem na realidade brasileira, pois apesar de toda luta contra a discriminação e preconceito, ainda assim persiste na realidade brasileira um alto índice de prioridades brancas no mercado de trabalho, mesmo se ambos tiverem a mesma qualificação.

Figura 17 – Média da escolaridade dos jovens atendidos na feira dividida em ensino fundamental e médio



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do coordenador do Pilar Empregabilidade (2021).
Nota: 2019 foi o último ano da realização da Feira antes da pandemia pela Covid-19.

A Figura 17 mostra a média da escolaridade dos jovens atendidos na Feira de 2016-2019. É possível constatar que existem mais jovens com ensino médio do que com o ensino fundamental.

Esse resultado revelador, embora divulgado o ensino fundamental e ampliado o ensino médio, não pode assegurar que nossos jovens permaneçam na escola e concluam a educação básica, principalmente nos anos 2020 – 2021 em virtude da

Covid-19, em que estudos revelam o aumento das desigualdades sociais e, sobretudo, das evasões escolares.

Conforme o PNAD (IBGE, 2020), 28,4% das pessoas pesquisadas possuem Ensino Fundamental Incompleto, 8,9% Ensino Fundamental Completo e 29,0% Ensino Médio Completo, 7,5% Ensino Médio Incompleto. Pressupõe-se em função da violência envolvendo os setores juvenis, impactando não só na garantia de acesso à escola, mas também na perspectiva de futuro para a juventude brasileira. Apesar de ter havido um aumento no nível de escolarização (Ensino Médio e até Ensino Superior), é notório que por falta de oportunidades muitos jovens estão fora das escolas, principalmente os que precisam trabalhar, muitas vezes informalmente e trabalhos precários para o sustento da família.

Na pergunta “Após a participação dos alunos nos cursos oferecidos, existe a possibilidade de aproveitamento profissional na ONG?” (pergunta nº 11, fl. Apêndice A), o coordenador das ações do Pilar Empregabilidade afirmou que não há essa possibilidade.

O coordenador argumenta que a ONG trabalha com a perspectiva de acesso do jovem ao mercado de trabalho por meio da divulgação do currículo e buscas em empresas parceiras da ONG.

6.1 RESULTADOS DO ANO DE 2019

O perfil médio dos jovens candidatos às vagas de emprego na Feira de Empregabilidade no ano de 2019 especificamente foi dividido em atendimentos, gênero, cor e escolaridade. Os dados sobre gênero foram divididos somente em homens e mulheres. Em relação à cor ou raça, as informações foram divididas em branco, preto e pardo e quanto à escolaridade e no levantamento da escolaridade – ensino fundamental e médio.

A informação referente ao número de pessoas atendidas considerou três aspectos: a) total de jovens atendidos, b) jovens atendidos e que foram encaminhados ao mercado de trabalho, c) jovens que foram atendidos e não foram encaminhados. O coordenador Marcus esclarece que, em geral, o jovem pode não ser encaminhado por estar fora do perfil das vagas ofertadas pelos parceiros ou por falta de documentação. Nesse caso, a equipe de suporte social realiza o

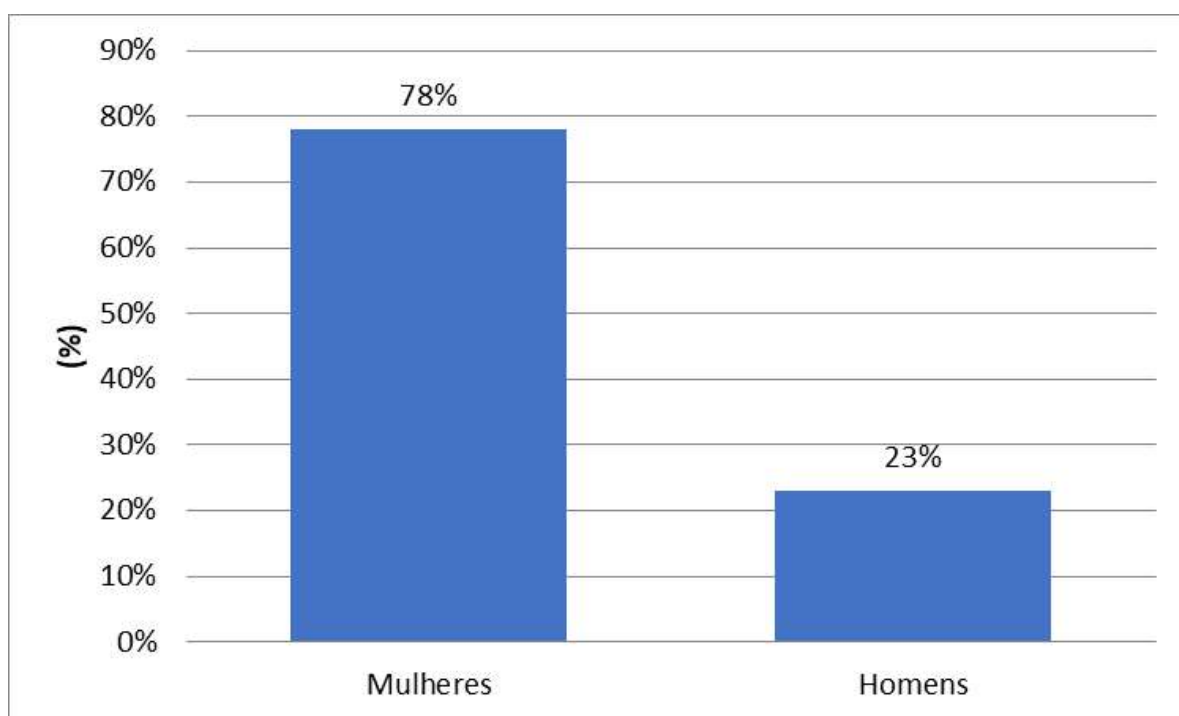
agendamento para que o usuário seja acolhido posteriormente e consiga todos os documentos necessários.

Figura 18 – Média dos jovens atendidos divididos no total, encaminhados e não encaminhados ao mercado de trabalho no ano de 2019



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do coordenador do Pilar Empregabilidade (2021).
Nota: 2019 (somente) foi o último ano da realização da Feira antes da pandemia pela Covid-19.

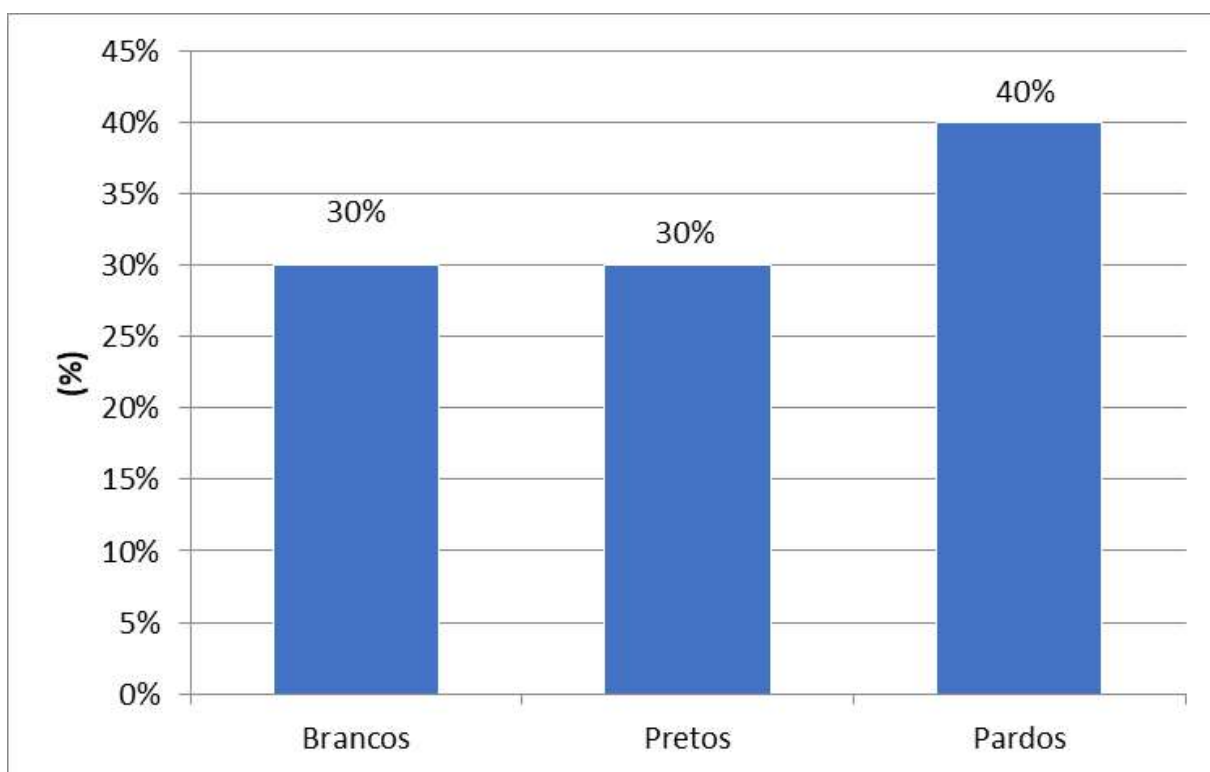
A Figura 18 apresenta os dados referentes aos jovens atendidos na Feira de Empregabilidade no ano de 2019. É possível verificar que o número de jovens encaminhados para o mercado de trabalho é maior que os não encaminhados, ou seja, 56% contra 44%. É possível melhorar o número de jovens encaminhados na medida que estes busquem qualificação nos cursos de demais atividades promovidas pela ONG e parceiros.

Figura 19 – Jovens atendidos divididos em gênero, homens e mulheres somente

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do coordenador do Pilar Empregabilidade (2021).
Nota: 2019 (somente) foi o último ano da realização da Feira antes da pandemia pela Covid-19.

A Figura 19 mostra a média dos jovens atendidos conforme o gênero em 2019. É possível constatar que dos jovens atendidos, 78% foram mulheres e 23% eram homens. Comparando com os dados observados na Figura 18 que se refere à média de atendimentos de mulheres e homens de 2016 a 2019, observa-se uma elevação em 8 pontos percentuais em 2019.

Figura 20 – Média dos jovens atendidos na feira da empregabilidade em 2019 divididos por cor ou raça



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do coordenador do Pilar Empregabilidade (2021).
Nota: 2019 (somente) foi o último ano da realização da Feira antes da pandemia pela Covid-19.

A Figura 20 apresenta dados relativos à cor ou raça autodeclarados em 2019 na Feira de Empregabilidade. Pode-se verificar que 40% dos jovens se reconhecem como pardos, enquanto 30% se consideram brancos e 30% pretos. Contrastando com os dados do IBGE, que apresentam um número mais elevado de brancos.

6.2 RESULTADOS SOBRE AS EXIGÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO

Foram endereçadas ao coordenador do Pilar Empregabilidade um rol de perguntas quanto às exigências do mercado de trabalho com os jovens candidatos. As respostas encontram-se diretamente relacionadas. O Quadro 11 apresenta as perguntas e as respostas.

Quadro 11 –Pesquisas e respostas sobre aspectos importantes no processo de empregabilidade

PERGUNTAS	RESPOSTAS
QUAL O PERFIL DOS JOVENS EXIGIDO PELAS EMPRESAS?	COM ENSINO MÉDIO COMPLETO E BOA ESCRITA.
QUAIS SÃO OS PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS COM RELAÇÃO AO PILAR EMPREGABILIDADE?	PONTOS POSITIVOS: AS AÇÕES DE IMPACTOS NA ÁREA DE EMPREGO E RENDA LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO AS ESPECIFICIDADES DO TERRITÓRIO E DO PÚBLICO ATENDIDO. PONTOS NEGATIVOS: NEM SEMPRE CONSEGUEM ABRAÇAR TODAS AS DEMANDAS QUE SÃO APRESENTADAS.
QUAL A PRINCIPAL ESTRATÉGIA DE GERAÇÃO DE RENDA PROMOVIDA PELA ONG JUNTO AOS JOVENS?(OPÇÕES DE RESPOSTA: ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO COMO EMPREGADO; EMPREENDIMENTOS PRÓPRIOS – PEQUENOS NEGÓCIOS,QUER FAMILIAR QUER INDIVIDUAL).	A ONG TRABALHA COM A PERSPECTIVA DE ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO POR MEIO DO MODELO FORMAL QUE GARANTE A CONTRATAÇÃO VIA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT) E TODOS OS DIREITOS GARANTIDOS POR LEI. NO ENTANTO, QUANDO PERCEBEM QUE O USUÁRIO POSSUI POUCA ESCOLARIDADE BUSCAM A ALTERNATIVA, QUE É O EMPREENDEDORISMO.
QUAIS AS CONSEQÜÊNCIAS, EM FACE DO ISOLAMENTO SOCIAL POR MOTIVO DA PANDEMIA DA COVID-19, E AS SUAS EXPECTATIVAS PRESENTES E FUTURAS EM RELAÇÃO À INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO, ATRAVÉS DA INTERAÇÃO ENTRE A ONG-EMPRESAS PARCEIRAS-JOVENS?	1) AUMENTO DAS DESIGUALDADES (PRINCIPALMENTE NA ÁREA DA ALIMENTAÇÃO E EVASÃO ESCOLAR) EM DIFERENTES FAIXAS ETÁRIAS. 2) A PERSPECTIVA DA ONG LUTA PELA PAZ É QUE POSSAM INSERIR O MAIOR NÚMERO DE USUÁRIOS POSSÍVEIS EM ÁREAS DE COMÉRCIO E SERVIÇO, DE MAIOR DEMANDA DE EMPREGO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19.
EM TERMOS DE PLATAFORMAS DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADAS, BEM COMO O SISTEMA DE MONITORAMENTO, HÁ NECESSIDADES DE HAVER MELHORAS?	SIM. ESTAMOS CONSTANTEMENTE APRIMORANDO FERRAMENTAS DE GESTÃO DE PROJETOS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE IMPACTO.

Fonte: Pesquisa realizada - Google Forms, 2021

As respostas constantes no Quadro 11 mostraram as preocupações da ONG com relação à inserção dos jovens no mercado de trabalho. Cabe, portanto, refletir sobre o contexto atual de crise econômica no país e mundo promovido pela pandemia de Covid-19.

A realidade dos jovens que moram em comunidades tornou-se muito difícil porque não há políticas públicas que resultem em estabilidade, crescimento e redistribuição justa de renda.

As desigualdades sociais existentes no país se aprofundaram, o que não dá aos jovens condições de individualmente transporem as barreiras.

Ao refletir sobre a preocupação das ONGs em relação à inserção no mercado de trabalho a moradores que residem em favelas e periferias, em especial os jovens, vale ressaltar o que Roberto Ivo, economista e professor da UFRJ, expressa na revista *Exame* (2019): “ou o jovem atrasa a entrada no mercado de trabalho para se qualificar melhor até que o período crítico passe ou, como é mais comum, ele acaba desistindo de entrar, virando um desalento. Esse é o pior cenário” (IVO, 2019).

O estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) juntamente com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) revela as vulnerabilidades e aponta para os caminhos a serem seguidos pela política pública. Maíra Franca, consultora da OIT/Ipea afirma que a

Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho em Tempos de Crise” analisa como os jovens brasileiros foram atingidos pela pandemia no momento de inserção no mercado de trabalho. Os dados mostram que, nesse período de crise, tanto os jovens que perderam a ocupação como os desempregados estão deixando a força de trabalho. Isso aponta para um maior distanciamento do mercado de trabalho do que o observado na recessão anterior de 2015 a 2017. Entre os ocupados [...] é possível observar jovens ocupando postos de pior qualidade (com baixa remuneração, baixa produtividade e ausência de proteção social), o que mostra uma tendência de pior trajetória futura (IPEA..., 2020).

O estudo apresenta as principais experiências internacionais voltadas para políticas públicas em países da Comunidade Europeia, da América Latina e Caribe, entre outros, uma real possibilidade de implementação no Brasil.

A tendência é no sentido da adoção de modelos de formação por alternância, na qual a parte teórica ocorre na escola e a prática se dá nas empresas. Atualmente, esse modelo tem bastante capilaridade em diversas formas de atuação, Na formação por alternância, a empresa está mais próxima das mudanças tecnológicas do que a escola, além de reduzir as desigualdades entre as qualificações oferecidas pelos jovens e aquelas requeridas pela empresa (IPEA..., 2020).

O empreendedorismo torna-se uma das opções viáveis e práticas importantes em uma sociedade marcada por desigualdades sociais, problemas econômicos e psicológicos acentuados pela pandemia de Covid-19.

Isso remete às Organizações Não Governamentais, Fundações e Associações que se esforçam para suprir a ausência do Estado. As ONGs buscam fortalecer o elo trabalhador e empresa e resgatar o espírito empreendedor dos jovens dessas regiões e assim colocar em prática as suas habilidades. Porém, é

preciso dar aos jovens as ferramentas para a qualificação da mão de obra, que nada mais é do que o pleno acesso à escola.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Iniciativas concretas podem ser vistas na cidade do Rio de Janeiro. O projeto desenvolvido pela Secretaria Especial da Juventude (JUV-RIO) criada em 2021 da Prefeitura do Rio de Janeiro em parceria com o Pólen – Polo de Inovação do Centro Universitário Augusto Motta (Unisuam) visa potencializar o perfil do empreendedor de moradores de comunidades e periferias do Rio que tenham uma proposta de negócio, ideia de projeto ou empresa em estruturação. O projeto tem o horizonte de médio e longo prazo.

O secretário Salvino Oliveira, da JUV-RIO, afirma que

O empreendedorismo está cada vez mais forte na juventude e surge como oportunidade de renda e possibilidades para os jovens que não trabalham e nem estudam. É importante orientar e fortalecer as ideias que já circulam nas favelas (CARVALHO, 2021).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) realizou pesquisa intitulada *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) no ano de 2017 e apresentou pontos positivos e negativos do empreendedorismo no Brasil em relação aos aspectos vida pessoal e vida profissional em 2014 (SEBRAE, 2014).

Os Quadros 12 e 13 mostram os aspectos positivos de empreender com relação à vida pessoal e profissional, respectivamente.

Quadro 12 – Variáveis consideradas no aspecto positivo da vida pessoal

FAZER O QUE GOSTA; REALIZAR UM SONHO; TER AUTONOMIA PARA VER SUA FAMÍLIA E AMIGOS QUANDO QUISER; PODER TRABALHAR ONDE QUER; SE SENTIR LIVRE; TER MAIS TEMPO PARA FAZER O QUE GOSTA; PODER CUIDAR MAIS DA SUA SAÚDE; TER ASCENSÃO SOCIAL;
--

PODER CUIDAR MAIS DA SUA ALIMENTAÇÃO;
TER STATUS E PODER.

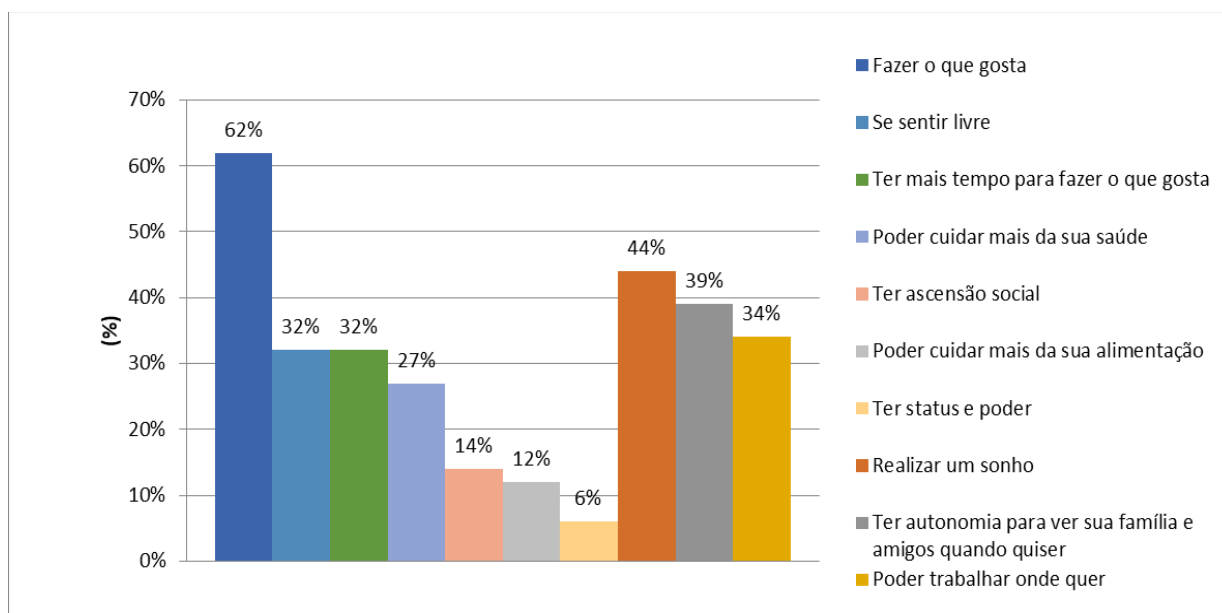
Fonte: SEBRAE (2014).

Quadro 13 – Variáveis consideradas no aspecto positivo da vida profissional

TRABALHAR COM O QUE VOCÊ GOSTA;
PODER APRENDER SEMPRE COM SEUS ERROS E ACERTOS;
TER A SENSÇÃO DE SATISFAÇÃO DE TER ALCANÇADO SEUS OBJETIVOS;
TRANSMITIR VALORES QUE ACREDITA PARA FUNCIONÁRIOS, FORNECEDORES;
TER AUTONOMIA PARA DECIDIR;
PODER CRIAR UM AMBIENTE DE TRABALHO DA MANEIRA QUE VOCÊ ACHA MELHOR;
GERAR EMPREGO E RENDA;
SE ORGULHAR DE TUDO QUE CONSTRUIU AO LONGO DO TEMPO;
DESENVOLVER A CRIATIVIDADE;
GANHAR MAIS DINHEIRO DO QUE SENDO EMPREGADO DE OUTRO;
NÃO TER QUE DAR SATISFAÇÃO A NINGUÉM, SER SEU PRÓPRIO CHEFE;
CONTROLAR SEU HORÁRIO DE TRABALHO;
NÃO TER ROTINA;
CONTROLAR O QUANTO QUER GANHAR POR MÊS;
PODER TIRAR FÉRIAS QUANDO DESEJAR.

Fonte: SEBRAE (2014).

Figura 21 –Pontos positivos de empreender em relação à vida pessoal do empreendedor para 2014



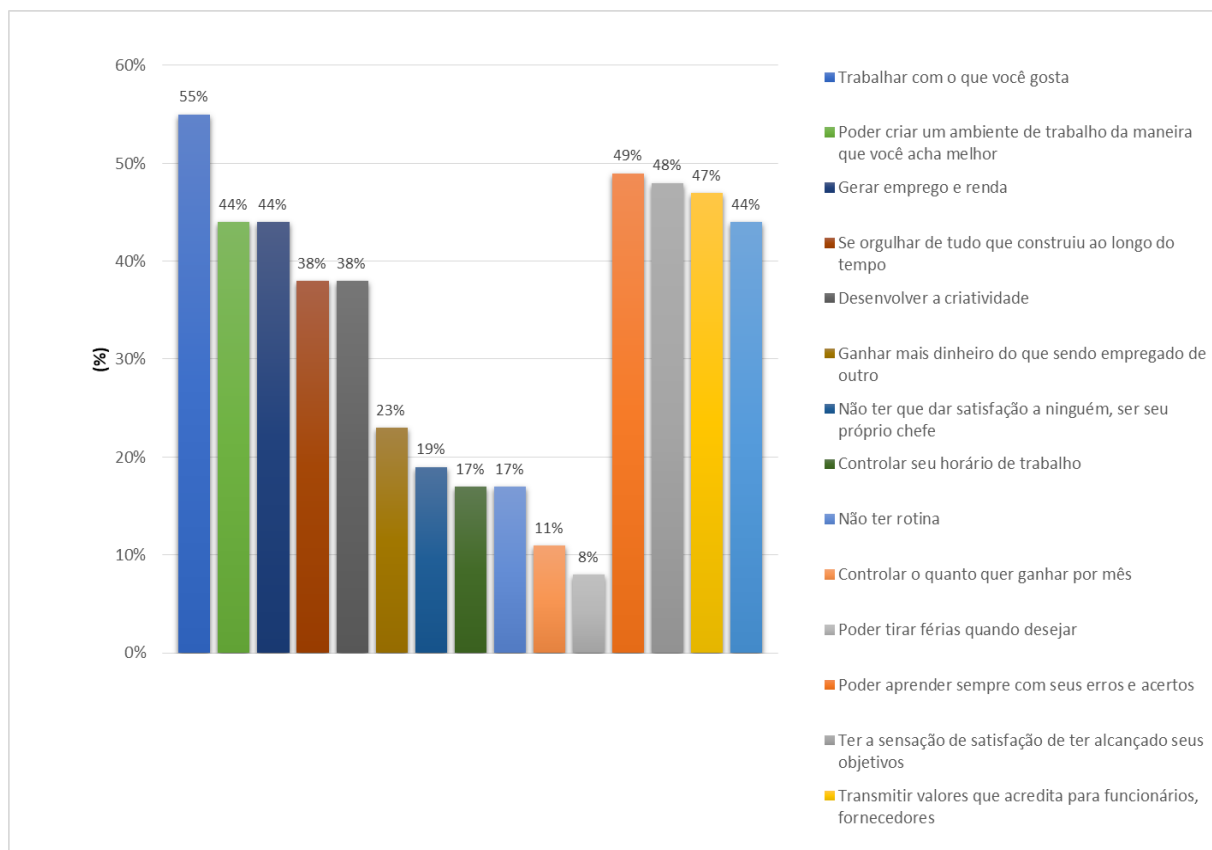
Fonte: SEBRAE (2014).

A Figura 21 evidencia que algumas variáveis são muito importantes para aqueles que desejam empreender. Em primeiro lugar, encontra-se “Fazer o que gosta”, com 62% das respostas. Em segundo lugar, “Realizar um sonho” com 44%.

Em terceiro lugar, “Ter autonomia para ver sua família e amigos quando quiser” com 39%. Salienta-se que a variável “Ter status e poder” obteve 6% e ficou em último lugar dentre os pontos positivos de empreender.

A Figura 22 refere-se aos pontos positivos de empreender com relação aos aspectos “vida profissional” em 2014.

Figura 22 –Pontos positivos de empreender - aspecto "vida profissional" 2014



Fonte: SEBRAE (2014).

A Figura 22 mostra as principais variáveis que são importantes e positivas para quem quer empreender no que se refere ao aspecto profissional. Em primeiro lugar, encontra-se “Trabalhar com o que você gosta”, com 55%. Em segundo lugar, “Controlar o quanto quer ganhar por mês”, com 49%. Em terceiro lugar, “Ter a sensação de satisfação de ter alcançado seus objetivos”, com 48%. Em último lugar, está a variável “Poder tirar férias quando desejar”, com 8%.

Os Quadros 14 e 15 mostram os aspectos negativos de empreender com relação à vida pessoal e profissional, respectivamente.

Quadro 14 –Aspectos negativos de empreender em relação à vida pessoal

SE SENTIR PRESSIONADO POR TUDO DEPENDER DE VOCÊ;
SENTIR ANSIEDADE E STRESS;
NÃO CONSEGUIR REALIZAR TUDO QUE DESEJA;
NÃO DORMIR TRANQUILAMENTE;
NÃO PODER CUIDAR DA SUA SAÚDE COMO GOSTARIA;
NÃO TER TEMPO PARA FAZER O QUE GOSTA;
DEMORAR PARA OBTER RECONHECIMENTO;
TER A COBRANÇA DA FAMÍLIA;
NÃO PODER CUIDAR DA SUA ALIMENTAÇÃO COMO GOSTARIA.

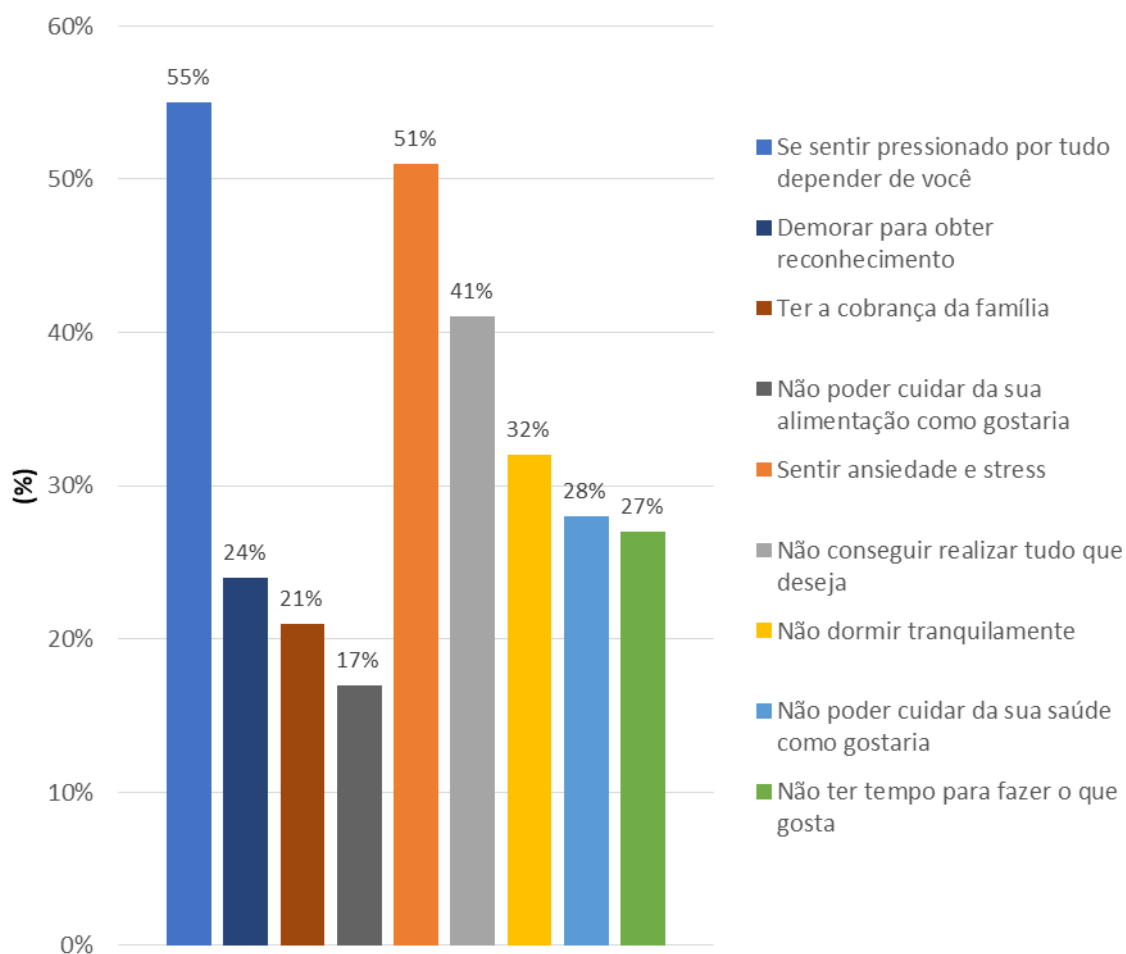
Fonte: SEBRAE (2014).

As variáveis consideradas no aspecto negativo da vida profissional conforme o Quadro 15.

Quadro 15 –Variáveis consideradas no aspecto negativo da vida profissional

ENCONTRAR MÃO DE OBRA QUALIFICADA;
TER QUE PAGAR IMPOSTOS DO SEU NEGÓCIO;
TER O PESO DA RESPONSABILIDADE COM OS ENVOLVIDOS DIRETA E INDIRETAMENTE;
TER INSEGURANÇA DO FUTURO DO NEGÓCIO;
TER INSTABILIDADE FINANCEIRA;
CORRER RISCO;
LIDAR COM PROBLEMAS DE FUNCIONÁRIOS E CLIENTE;
CUSTO DA MÃO DE OBRA;
TER QUE ASSUMIR SOZINHO AS FRUSTRAÇÕES E FRACASSOS;
TER QUE SABER E FAZER UM POUCO DE TUDO;
OS CUSTOS DE INVESTIMENTO;
DEDICAR O TEMPO LIVRE AO NEGÓCIO;
NÃO TER ROTINA;
TER QUE TOMAR A DECISÃO FINAL.

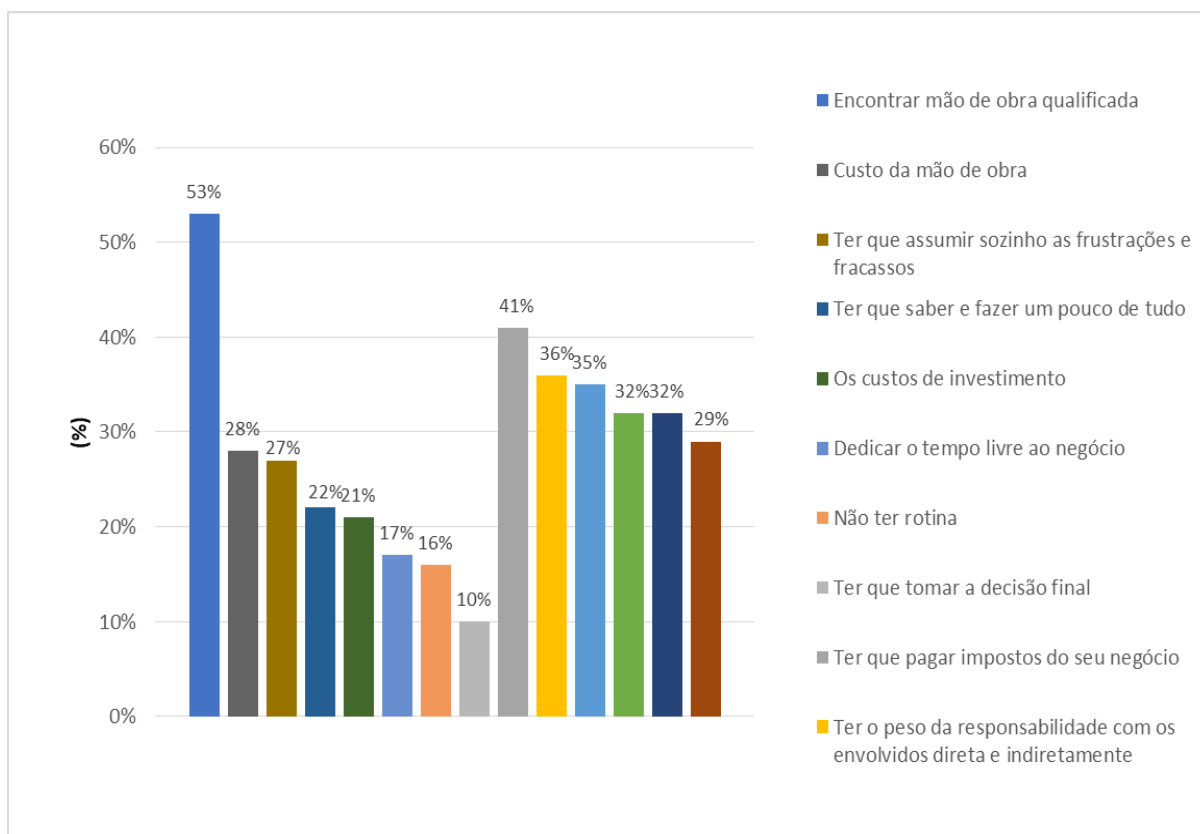
Fonte: SEBRAE (2014).

Figura 23 –Pontos negativos de empreender – aspecto "vida pessoal", 2014

Fonte: SEBRAE (2014).

A Figura 23 apresenta as principais variáveis negativas para quem quer empreender no que se refere ao aspecto pessoal. Em primeiro lugar, encontra-se “Se sentir pressionado por tudo depender de você”, com 55%. Em segundo lugar, “Sentir ansiedade e stress”, com 51%. Em terceiro lugar, “Não conseguir realizar tudo o que deseja”, com 41%. Em último lugar, está a variável “Não poder cuidar da sua alimentação como gostaria”, com 17%.

Figura 24 –Pontos negativos de empreender – aspecto "vida profissional", 2014



Fonte: SEBRAE (2014).

A Figura 24 ilustra as principais variáveis negativas para quem quer empreender no que se refere ao aspecto profissional. Em primeiro lugar, tem-se “Encontrar mão de obra qualificada”, com 53%. Em segundo lugar, “Ter que pagar impostos do seu negócio”, com 41%. Em terceiro lugar, “Ter o peso da responsabilidade com os envolvidos direta e indiretamente”, com 36%. Em último lugar, está a variável “Ter que tomar a decisão final” com 10%.

Diante dos aspectos positivos e negativos de empreender, torna-se crucial a ação das ONGs e Instituições Sociais no geral com programas de incentivos e programas de apoio às aptidões pessoais. A concretização dessas ações se traduz em cursos profissionalizantes voltados para sustentabilidade, agricultura, reciclagem, educação, esporte etc.

6.3 RESULTADOS SOBRE A CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Os resultados da pesquisa basearam-se em perguntas abertas e fechadas encaminhadas para os integrantes da ONG Luta Pela Paz e pessoas que atuam em atividades e projetos de diversas áreas de atuação no Complexo da Maré.

Ao todo foram dezoito profissionais que atuam no território Complexo da Maré.

São sete temas abordados no questionário:

- I. Interação com os jovens;
- II. Reflexos da pandemia de Covid-19 nos profissionais que atuam nas organizações;
- III. Reflexos da pandemia em relação aos jovens da comunidade;
- IV. Diretriz(es) para o enfrentamento do momento atual;
- V. Expectativas em relação aos jovens no projeto;
- VI. Participação do Estado na comunidade;
- VII. Investimento no empreendedorismo e em relação aos investidores na organização.

O Quadro 16 apresenta a lista de pessoas que responderam ao questionário com o nome do participante, instituição a que pertence e função exercida.

Quadro 16 – Respondentes do questionário

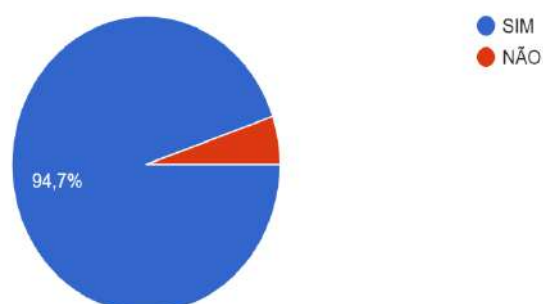
NOME DO PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO EXERCIDA
ÂNGELA CRISTINA DA SILVA SANTOS	CEASM	COORDENADORA PRÉ-VESTIBULAR
CAROLINA SANTOS	CEASM	COMUNICADORA COMUNITÁRIA DO JORNAL O CIDADÃO
DIEGO MARCELINO DOS SANTOS	LUTA PELA PAZ	EDUCADOR SOCIAL
JOSELI ALVES	LUTA PELA PAZ	AGENTE DE PROTEÇÃO
JULIANA MACHADO DE JESUS	LUTA PELA PAZ	COORDENADORA DE LIDERANÇA JUVENIL
JULIANA PINHO	LUTA PELA PAZ	ANALISTA DE MEL
LUCIANA ALVES LOPES DE SOUZA DA SILVA	LUTA PELA PAZ	ASSISTENTE SOCIAL

MARCOS SILVA DE MELO	LUTA PELA PAZ	COORDENADOR DO PILAR EMPREGABILIDADE
MARLUCY FRANCISCA SIQUEIRA	LUTA PELA PAZ	ASSISTENTE SOCIAL
MIRIAN GONZAGA DOS SANTOS	LUTA PELA PAZ	ASSISTENTE DE PROJETO - MENTORA
PRISCILLA MONTEIRO	ESPAÇO O CASULO	COORDENADORA DE AÇÕES SOCIAIS
ROBERTO CUSTODIO	LUTA PELA PAZ	COORDENADOR ESPORTIVO
ROSANE ALEXANDRE SILVA BEZERRA	LUTA PELA PAZ	EDUCADORA SOCIAL
RUBENS IZIDORO BLANC	LUTA PELA PAZ	ASSISTENTE DE PROJETO
SANDRA TOMÉ	LUTA PELA PAZ	ASSISTENTE SOCIAL
STALLONE ABRANTES	LUTA PELA PAZ	PSICÓLOGO
VICTOR MENDES	INSTITUTO VIDA REAL	ASSISTENTE MUSICAL
VIVIANE MELQUIADES DE SOUZA	ESPAÇO O TIJOLINHO	GESTORA

Fonte: Pesquisa realizada pela autora (2022).

As respostas ao questionário obedecendo aos temas estão em subitens.

Figura 25 – Interação e/ou comunicação com os jovens do projeto

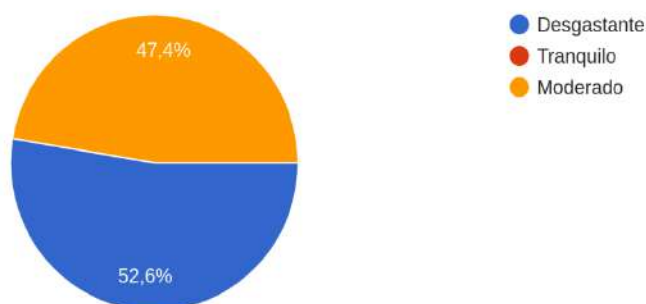


Fonte: Pesquisa realizada pela autora (2022).

Nesse tema, 94,7% dos participantes afirmaram que atuam efetivamente em projetos voltados para os jovens da região. Isso mostra a grande importância da atuação dos profissionais das instituições sediadas no conjunto de favelas do Complexo da Maré, um dos mais populosos do Estado do Rio de Janeiro.

Esses profissionais buscam junto à comunidade nas suas áreas de atuação e aptidões romper com os preconceitos e prejulgamentos que grande parte da sociedade delega sobre as pessoas que vivem nesse território. Oferecem uma nova perspectiva de transformação, seja em caráter pessoal como profissional.

Figura 26 – reflexos da pandemia de Covid-19 nos profissionais que atuam nas Organizações



Fonte: Pesquisa realizada pela autora (2022).

As respostas para esse tema apontaram para 52,6% como desgastante, 47,4% como moderado e nenhum (0%) como tranquilo. Foi solicitado aos participantes que dessem um parecer quanto à problemática. Quatorze responderam, conforme a seguir:

- a) O novo é sempre surpreendente, mas causa angústia e desgaste físico e mental;
- b) Muito volume de trabalho e demandas que nem sempre conseguimos equacionar;
- c) Quantos aos alunos são muitos conscientes;
- d) Necessidade de desdobramento para assistir a favela;
- e) Muitas demandas;

- f) Apesar do grande fluxo de trabalho, a possibilidade de executá-lo remotamente, longe dos perigos oriundos da pandemia, ameniza a preocupação com o momento;
- g) Apesar de estar distante da minha atividade diária, eu ainda tenho contato com os alunos via internet, o que ameniza um pouquinho todo esse momento difícil;
- h) Atividades remotas têm sido bem complicadas, nosso público, grande parte não possui aparelhos celulares ou internet de boa qualidade;
- i) As pessoas ficaram gravemente adoecidas e vulneráveis, seja pela ausência de serviços de saúde, seja pela ausência de serviços públicos que fragilizam ainda mais a comunidade;
- j) Está sendo possível a continuidade de toda a equipe registrada e recebendo seus salários antes e até a presente data;
- k) Que o trabalho *home office* facilita já que faz parte do grupo de risco, porém está se adaptando já que o contato físico com os colegas de trabalho faz falta;
- l) Tiveram muitas perdas de pessoas próximas e outras ficaram doentes. O fato de estarmos em casa sem contato uns com os outros dificultou enormemente o trabalho em vários aspectos: a grande quantidade de reuniões virtuais, o aumento das horas sentada em frente ao computador para trabalhar, a dificuldade de motivar estudantes e educadores, a dificuldade de fazer contato com os alunos, o alto índice de evasão, o aumento do estresse com a internet que não funciona várias vezes, a frustração com as pessoas que não levaram a sério a Covid-19, a falta de *feedback* da equipe e dos estudantes, a sobrecarga de trabalho;
- m) Trabalhando de *home office*, mas parece que você está 24 horas disponíveis porque está em casa. Além da mudança de tipo de trabalho, sendo agora, tudo *on-line*.
- n) Nosso trabalho é autônomo e muitas de nós estamos nos desdobrando para sustentar e para manter o espaço alugado. Tínhamos muitos planos e ações para fazer este ano e estamos fazendo o que é possível dentro da situação que estamos vivendo de pandemia.

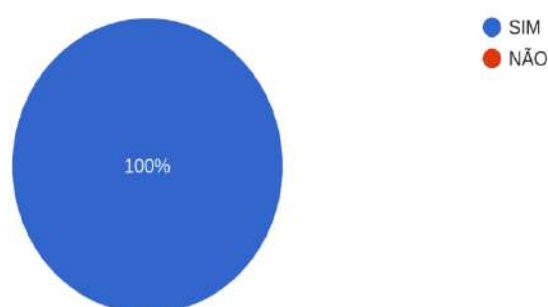
Segundo o “Observatório Covid-19: Covid nas favelas, impactos sociais da pandemia”,

O enorme impacto da pandemia de Covid-19 na sociedade é sentido ainda mais fortemente e com consequências mais graves por determinadas populações. Nas favelas, o distanciamento social e a adoção de práticas de isolamento e quarentena são mais complicados, tanto por questões de densidade populacional quanto pelos seus impactos econômicos numa população mais vulnerável. Por isso, esse é um tema central para o Observatório Covid-19, cuja produção tem por objetivo embasar a reflexão e a adoção de políticas, ações e iniciativas específicas para a proteção dessas populações (FIOCRUZ, 2020).

Pode-se afirmar o quão importante é o esforço e dedicação dos profissionais que atuam em diferentes áreas de atuação, mas com os mesmos objetivos.

Está sendo um grande desafio para as organizações, fundações e associações manterem-se atuantes durante a pandemia porque não só atinge diretamente os usuários dos projetos, mas também os profissionais que oferecem e se dispõem integralmente. Muitas vezes os impactos na saúde física e mental dos envolvidos são avassaladores.

Figura 27 – Reflexos da pandemia em relação aos jovens da comunidade



Fonte: Pesquisa realizada pela autora (2022).

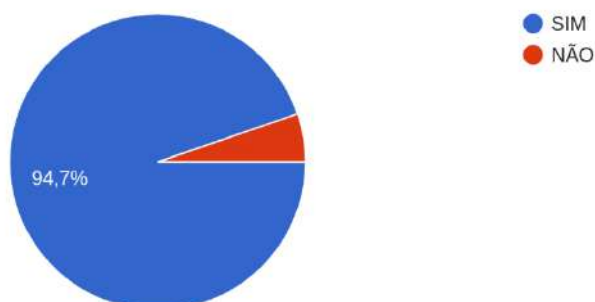
Nesse tema pode-se verificar que 100% ou 18 respondentes disseram que a pandemia afetou os jovens. Destes, 16 sentiram-se à vontade para justificar a resposta e mostram as várias adversidades que afligem os jovens. A seguir, as respostas e os principais aspectos expressos pelos respondentes.

- a) A saúde mental saltou como uma peste não só na juventude como nas famílias de um modo geral. Muitos perderam seus familiares causando

assim grandes frustrações e depressões, além da síndrome do pânico que mais afetam os jovens.

- b) Aumentou a procura por psicólogo, que inclusive têm diversos relatos de jovens lidando com transtornos causados pela pandemia, por conta também dos impactos do isolamento no cotidiano.
- c) A pandemia mudou as rotinas, a dificuldade ao acesso a determinados serviços e, sobretudo, a falta de emprego, ou seja, a inserção no mercado de trabalho, refletindo sistematicamente no aumento de casos de fome, o que impacta diretamente na saúde mental das pessoas. No início da pandemia eles desconheciam essa doença, tudo era novo, e hoje muitos jovens chegam aos canais desorientados, sem saber o que será da vida, o que fazer e como fazer, isto é, um futuro incerto e isso se tornou preocupante para todos das Organizações.
- d) É difícil mensurar como a saúde mental dos jovens foi afetada de maneira geral. Tiveram casos de estudantes relatando suas ansiedades e nervosos com a pandemia e que não estavam conseguindo lidar com tantas informações e demandas, sentindo-se deprimidos e desmotivados e alguns solicitaram ajuda psicológica, o que foi difícil devido à dificuldade de acesso à internet.
- e) A insegurança em relação às violências que o território sofre e o confinamento, falta de renda, falta de vida social, receio de doença e de morrer causam nas pessoas sérios problemas de saúde, principalmente nos jovens.

Esse cenário relatado pelos profissionais que atuam nas Organizações e Instituições do Complexo da Maré demonstra que a maior vulnerabilidade desse território se apresenta pela falta serviços essenciais à população, em especial para os jovens.

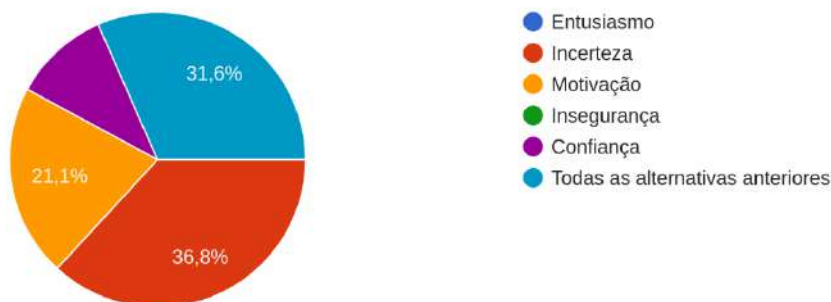
Figura 28 – Diretriz(es) para o enfrentamento do momento atual

Fonte: Pesquisa realizada pela autora (2022).

Os respondentes apontaram que 94,7% possuem diretrizes para o enfrentamento do momento atual, são elas: (a) distribuição de alimentos (cestas básicas), (b) cartão social, (c) higiene, (d) orientação psicológica, (e) criação de um plano de ação no sentido de acolhimento tanto para a equipe como para os usuários da instituição, (f) cancelamento das aulas presenciais e início das aulas remotas e (g) conscientização dos alunos e funcionários quanto à pandemia e um plano para a retomada das atividades presenciais.

Um dos respondentes declarou que o projeto do CEASM, intitulado Museu da Maré, se tornou a sede da Frente de Mobilização da Maré. Outro respondente relatou, por sua vez, que a Luta Pela Paz, Redes da Maré, Observatório de Favelas e Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância(Unicef) fizeram uma parceria e criaram o projeto intitulado “Criando Redes”, quando contratam psicólogos e agentes de proteção para as comunidades.

É notório o engajamento por parte de todos que trabalham e se dedicam aos jovens no Complexo da Maré e seus familiares. É evidente a grande preocupação que os efeitos da pandemia causam e podem causar no futuro; por isso, os investimentos em ações assistenciais por parte das Organizações do Complexo da Maré são importantes em função da reduzida abrangência das políticas públicas visando amenizar os efeitos da crise econômica e sanitária que assola o país.

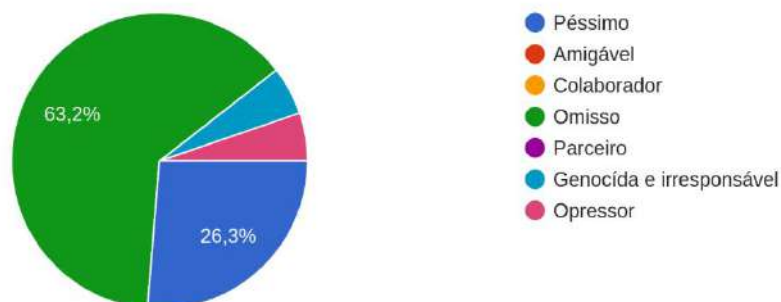
Figura 29 – Expectativas em relação aos jovens no projeto

Fonte: Pesquisa realizada pela autora (2022).

As opções de respostas para esse tema são: entusiasmo, incerteza, motivação, insegurança, confiança, todas as alternativas anteriores.

As respostas apontam que 36,8% não têm certeza sobre os jovens no projeto; 21,1% estão motivados com a relação entre os jovens e o projeto; 10,5% estão confiantes e 31,6% assinalaram todas as alternativas anteriores, ou seja, possuem um mix de emoções que vão da euforia à tristeza extrema. Apesar da dedicação por parte dos profissionais, o cenário é bastante ruim e incerto para as classes populares. Muitos estudantes tiveram que começar alguma atividade remunerada para ajudar as suas famílias, outros desistiram do ano letivo, alguns adotaram postura de ignorar tudo e viver uma realidade paralela de normalidade e a maioria abandonou o projeto de fazer um vestibular no ano de 2021.

Acredita-se que as ações dos profissionais que atuam na comunidade, compartilhando suas habilidades, qualificações e vivências são e serão determinantes em prol dos jovens e seus familiares.

Figura 30 –Participação do Estado na comunidade

Fonte: Pesquisa realizada pela autora (2022).

As opções de respostas para esse tema são: péssimo, amigável, colaborador, omissivo, parceiro, genocida e irresponsável e opressor.

As respostas mostram que 63,2% consideram o Estado omissivo; 26,3% péssimo; 5,25% genocida e irresponsável e 5,25% como opressor. Segundo os respondentes, o Estado além de se apresentar como omissivo e péssimo, sempre foi ausente no cuidado com os moradores da Maré.

Isso se deve ao Estado não se apresentar como um agente transformador, uma vez que não pensa no potencial dos jovens moradores de favelas e não dialoga com a região.

As intervenções do Estado são sempre autoritárias, se fazendo presentes em operações policiais e com diretrizes genocidas. Senão fossem os movimentos comunitários dando suporte, informações adequadas e ajuda para a sobrevivência na comunidade, a situação estaria incontrollável.

De acordo com Coutinho (2014, p.52):

Desse modo, é importante considerar que o fenômeno da intervenção das decisões judiciais em políticas públicas comporta-se como uma moeda de duas faces, quais sejam: a judicialização da política e a politização da justiça. Se a judicialização da política, de um lado, pode ser capaz de mitigar as intervenções entre os poderes Executivo e Legislativo, garantindo a atuação estatal positiva (sob a forma de prestações estatais em favor da sociedade ou de determinados grupos/cidadãos que a compõem), de outro, a omissão do Estado (sobretudo o Executivo) em dar satisfação a uma série de direitos fundamentais contribui para uma forte politização da justiça.

Segundo os respondentes, para suprir a ausência do Estado, o engajamento de outras instituições (redes, organizações) ameniza os reflexos da pandemia.

Como exemplo: CEASM participou da Frente de Mobilização da Maré e recebeu apoio da Fiocruz e da Ação Cidadania.

(I) investimento no empreendedorismo e em relação aos investidores na organização

Os respondentes apontaram como positivo os investimentos no empreendedorismo e na presença de investidores na organização. Porém, também apontaram para alguns aspectos dignos de nota. Eles veem nos jovens ideias empreendedoras, que usam o próprio aprendizado como fonte de renda para a sobrevivência. Por outro lado, ressaltam que esta não deve ser a única opção para resolver a situação econômica local. Isso se deve à profunda precarização da força de trabalho e baixa escolaridade dos jovens empreendedores. Saliendam para a necessidade de se assegurar aos jovens empregos formais que garantam direitos trabalhistas às famílias.

Os respondentes são favoráveis em dar aos jovens empreendedores suporte para iniciar e se manter no ideal (novo negócio).

Especificamente em relação aos respondentes dos representantes da ONG Luta Pela Paz, estes expressaram que têm como objetivo – projeto Na Ativa – além de capacitar os jovens para o mercado de trabalho também apoiarem no empreendedorismo individual e local. Vêm buscando na área da inovação produzir documentos e elaborar relatórios com o intuito de buscar financiamento em instituições de fomento.

Por fim, alguns respondentes afirmam que o desenvolvimento local não está atrelado apenas ao empreendedorismo e acreditam que essa seja a questão menos relevante, já que a maioria dos jovens não tem condições financeiras de empreender, o que gera ilusões e frustrações. Por isso, acreditam que iniciativas voltadas ao (a) fortalecimento da escolaridade, arte e cultura locais; (b) construção de bibliotecas; (c) espaços de lazer, espaços verdes e de cultivo e que as iniciativas uma vez concretizadas poderão minimizar o impacto da falta de saneamento e trazerem bons frutos a curto, médio e longo prazo.

Por conseguinte, mudanças conjunturais são necessárias, principalmente na atual situação causada pela pandemia de Covid-19 que perdura desde 2020, quando todos são atingidos, em especial aqueles que vivem em condições precárias. Em decorrência dessa realidade, movimentos sociais e ONGs se empenharam com as

autoridades governamentais para que políticas públicas sejam implementadas visando atenuar os problemas sociais agravados.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro substituiu a Lei nº 5.645 de 06 de janeiro de 2010 pela Lei nº 9.186 de 10 de fevereiro de 2021 ao incluir no calendário oficial do Estado o “Dia Estadual de Mobilização para enfrentamento da COVID-19 e seus impactos nas favelas e periferias”. A inclusão deste dia no calendário estadual reforçou a importância de políticas públicas voltadas para os moradores de comunidades carentes.

6.4 REFLEXÕES A RESPEITO DO CAPÍTULO ANTERIOR

Avaliando o panorama sobre a real situação apresentada neste capítulo, sinto-me confortável em exprimir minhas opiniões com referências aos profissionais que atuam no Complexo da Maré, em prol das pessoas, principalmente dos jovens e seus familiares que de alguma forma necessitam de serem assistidos.

Ficou claro diante do estudo da pesquisa o quão importante o engajamento entre os profissionais na promoção do bem-estar e o desenvolvimento social de pessoas em situações de vulnerabilidade.

É perceptível que o caminho percorrido entre os que lideram os projetos mostrou não ser fácil, pois nem sempre as expectativas são alcançadas, dito pelos próprios atores que atuam, mas não se deve negar que conseguir parte do que é proposto diante de tantos obstáculos, ora manifestado pelos respondentes, aponta bastante comprometimento.

Inicialmente, a abordagem da minha pesquisa seria de forma presencial, utilizando como instrumento a coleta de dados com entrevistas com os atores envolvidos (membros da ONG e jovens e seus familiares) e com a minha participação em seminários, em grupos de conversa e na feira da empregabilidade. Contudo, em virtude da pandemia de Covid-19 (ano de 2020 – 2021), a pesquisa foi desenvolvida de forma não presencial. Logo, os aspectos aqui apresentados respeitaram essa limitação da pesquisa.

Como mencionado, as análises se deram a partir das respostas aos questionários utilizando as ferramentas e aplicativos do *Google forms*. As respostas foram obtidas com os envolvidos nos projetos sociais do Complexo da Maré, autorizado por todos. Destacam-se os profundos esclarecimentos dados pelo

coordenador do Pilar Empregabilidade, Sr. Marcos Silva Melo. Antemão, esclareço que grande parte das coletas de dados na contextualização da minha pesquisa sobre o Pilar Empregabilidade e seu produto Feira da Empregabilidade se deu pelo coordenador Marcos, já que ele foi o precursor deste Pilar que viabiliza aos jovens moradores do Complexo da Maré e arredores projetos de desenvolvimento e qualificação profissional e muitas vezes na conquista do primeiro emprego. É fato que a interação de outros profissionais que atuam na ONG Luta Pela Paz é fundamental para que o objetivo seja cumprido satisfatoriamente. Desse modo, o acesso que tivemos desde os pontos favoráveis ou não partiu de seus conhecimentos.

Além disso, expomos algumas reflexões a partir dos posicionamentos dos respondentes que atuam no Complexo da Maré, por entender o quão importantes são para essa região, que se caracteriza por ser de alta complexidade socioeconômica e geográfica. Os respondentes, apesar dos seus limites pessoais, atuam na promoção de ações sociais a fim de minimizar a falta de oportunidades e as desigualdades sociais, realidade existente antes da pandemia.

A despeito da grandiosidade do Complexo da Maré, ele é palco de constantes cenas de violência e violações de direitos humanos aos seus moradores, principalmente aos jovens e negros. O resultado dessa insegurança é o acúmulo de sentimentos emocionais e físicos negativos. Em outras palavras, os moradores do Complexo da Maré, na maioria trabalhadores de instituições sociais e/ou do comércio em geral, convivem e precisam se adaptar a dois grupos presentes e muito expressivos: a) o tráfico de drogas, que exerce um “poder paralelo” e b) os agentes de segurança pública que, na maioria das vezes, desconhecem ou não querem reconhecer os direitos dos indivíduos à segurança. Estes últimos mantêm um distanciamento “perverso” dessa população por manterem na condição de pessoas invisíveis aos olhos dos direitos constitucionais, mas visíveis aos prejulgamentos negativos, utilizando-se de práticas intimistas, causando inseguranças e medos.

É importante afirmar que grande parte da sociedade e principalmente aqueles que moram nas favelas dependem de assistência e precisam ter os seus direitos preservados, promovidos e executados pelas ONGs. Isso é possível a partir de uma rede de solidariedade e políticas públicas de qualidade e igualitárias.

Apesar do atual empobrecimento da sociedade fruto do desemprego, a empatia para com os jovens e seus familiares moradores das favelas torna-se

fundamental para que as pessoas tenham esperanças em dias melhores. E o estudo mostrou um engajamento das Organizações que atuam no Complexo da Maré através dos recursos em esporte, arte, educação.

A presente pesquisa não foi uma tarefa fácil. Primeiramente, porque não houve a oportunidade de ser desenvolvida presencialmente, com a participação em eventos, conversação e troca de experiências. Segundo, se refere aos respondentes dos questionários. Estes tiveram que se reorganizar nas respectivas instituições onde atuam, o que demandou muito tempo. Logo, foi preciso esperar por um tempo livre na agenda de cada um dos respondentes para obter o melhor *feedback* das suas respostas. De toda forma, a pesquisa com os respondentes foi fundamental no embasamento necessário para as análises e as conclusões.

De acordo com o estudo, pode-se observar que as empresas demandam cada vez mais profissionais altamente qualificados e que possam exercer suas atividades diante das adversidades e novos desafios. Em épocas de desemprego alto, os trabalhadores exercem atividades aquém das suas qualidades, desempenham mais de uma função na empresa e se sujeitam à informalidade e redução salarial para permanecer no emprego.

Os aspectos positivos e negativos da pesquisa encontram-se a seguir, respectivamente.

PONTOS POSITIVOS

- a) A estratégia da ONG Luta Pela Paz une serviços e atividades em que combinam esportes, ensino/educação e desenvolvimento pessoal. Também, apoio aos jovens e seus familiares para exercerem liderança juvenil e obterem capacitação para o acesso ao mercado de trabalho. A equipe da ONG procura sistematizar os problemas gerados em encontros de grupo ou individuais (Suporte Social), com intuito de materializar as suas ações em prol dos participantes;
- b) Disponibiliza aos jovens e seus familiares do Complexo da Maré e arredores recursos através do chamado Balcão de Vagas e Feira da Empregabilidade, quando buscam criar perspectivas positivas e esperanças de um emprego;
- c) Oferta cursos de formação em três níveis: básico, específico e técnico. Também incentiva projetos de empreendedorismo;

- d) Possui um trabalho de escuta por parte das equipes (assistência social, psicologia, mentoria individual), que na atividade de acolhimento visa à capacitação dos jovens;
- e) Procura canais de fomento de projetos sociais para a promoção da assistência, para doações de alimentos, no apoio psicológico aos jovens e familiares e na busca de empregos.

PONTOS NEGATIVOS

- a) A falta de continuidade dos financiamentos por parte do Estado e de empresas. É importante salientar que muitas empresas se mobilizaram e se empenharam em campanhas de solidariedade e apoio junto às instituições do Complexo da Maré neste momento de crise socioeconômica;
- b) A falta de escolaridade e qualificação dos jovens impede a sua absorção. Nem sempre o perfil dos jovens do projeto social equivale aos padrões exigidos pelo mercado de trabalho;
- c) Carência de cursos profissionalizantes para os jovens;

Falta de um acompanhamento sistemático dos casos de êxito e fracasso na relação empresa – ONG. O acompanhamento poderia viabilizar estratégias visando propiciar o desenvolvimento de uma avaliação. A ONG Luta Pela Paz poderia iniciar esse monitoramento sistemático. Por exemplo: criação de indicadores do número de jovens que foram contratados e do número de jovens que não alcançaram os objetivos da empresa. Também o acompanhamento poderia indicar o que poderia melhorar na ONG e na empresa e apontar novos caminhos.

- d) Falta de uma divulgação sistemática de opções de cargos e funções mais abrangentes, tais como: auxiliar administrativo, secretárias, gerentes, professores em geral;
- e) Falta de cursos básicos de capacitação de jovens empreendedores.

A partir dos aspectos negativos, poderiam ser feitas algumas sugestões de ações que poderiam contribuir para ampliar e consolidar o impacto da ONG Luta Pela Paz no território.

A falta de escolaridade referente ao ensino superior merece uma aproximação da ONG e as instituições de ensino e pesquisa de nível superior, de forma a esclarecer sobre as possibilidades de acesso ao ensino superior. Apesar dos avanços, muitos jovens e seus familiares não conhecem as oportunidades que existem no meio universitário, e não conseguem medir o potencial de transformação de suas vidas que uma graduação pode ter.

Quanto ao perfil dos jovens, percebe-se que há forte discriminação racial, ou seja, opta-se por mais brancos do que negros. A cota de negros nas oportunidades de emprego poderia ser introduzida pela ONG na feira de empregabilidade, seguindo uma política afirmativa já consolidada e difundida no país, não apenas nas instituições públicas, mas também em várias empresas privadas que têm promovido ações afirmativas para negros, mulheres e outros grupos.

Há uma clara limitação de cursos profissionalizantes e de esportes para a qualificação dos jovens. É preciso incrementar a busca por mais investimentos em novas tecnologias e na área de humanas (curso de secretária, gestão de trabalho, administração etc.) com o objetivo de acompanhar as mudanças constantes do mercado de trabalho.

Com referência ao acompanhamento dos casos de êxito e fracasso na relação ONG – empresas, percebeu-se que a ONG Luta Pela Paz poderia criar um sistema mais dinâmico para que os erros do passado não sejam cometidos recorrentemente. Marcos Melo, coordenador do Pilar Empregabilidade, relata que “nem sempre se produz relatórios de dados atualizados de jovens que são absorvidos no mercado de trabalho”. Acredita-se que o acompanhamento sistemático das informações sobre jovens absorvidos é uma forma de compromisso interno e externo que irá favorecer a todos envolvidos.

No que tange ao empreendedorismo com os jovens, deve ser observado com cuidado. Muitos jovens homens e mulheres não conseguem êxito devido ao fator financeiro para o investimento inicial e capital de giro para a manutenção do negócio. É preciso fornecer cursos de capacitação com noções de economia, contabilidade e administração para que o empreendedor tenha sucesso.

Por fim, essa pesquisa, intitulada “Análise da Estratégia de atuação da ONG Luta pela Paz: na busca pela inserção de jovens no mercado de trabalho e na capacidade de transformação social”, buscou apresentar a realidade vivida pela ONG Luta pela Paz no que se refere ao Pilar Empregabilidade e na capacidade de

transformação social na vida dos jovens. O estudo ratificou que aplicar o acesso às novas culturas, esportes, à autoestima, à escuta e, sobretudo, às oportunidades ao emprego torna-se o foco para uma transformação social na vida dos indivíduos e o quanto pode mudar positivamente a realidade de jovens e seus familiares moradores do Complexo da Maré e arredores.

6.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral refletir sobre a atuação da Organização Não Governamental Luta Pela Paz sobre a capacidade de transformação social e seu impacto na inclusão social da população de baixa renda, em especial a empregabilidade de jovens da comunidade Nova Holanda, situada no Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro.

Em um primeiro momento, buscou-se entender a atual situação dos jovens e seus familiares moradores na comunidade Nova Holanda e arredores no que diz respeito às dificuldades, anseios e motivações, sobretudo quanto às expectativas em relação ao acesso ao emprego. Em um segundo momento, foram verificados o propósito e o alcance dos projetos sociais da ONG Luta Pela Paz se estendendo a integrantes de outras instituições que atuam em prol da comunidade Complexo da Maré.

A pandemia de Covid-19 tornou as entrevistas presenciais proibitivas conforme decretos estaduais e municipais; portanto, os resultados foram obtidos por inferência sobre o passado recente da ONG.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Capítulo 2, a partir de uma revisão bibliográfica sobre a trajetória das ONGs e do Terceiro Setor, verificou-se que as ONGs ocupam um espaço importante na sociedade, em função da ausência do Estado para suprir as necessidades pontuais e locais das comunidades carentes.

Foi discutido o conceito de território que detém relevância dada a sua representatividade como base comunitária. E abordou-se a disputa entre projetos políticos, em que a América Latina registra três projetos na sua história: a) autoritário, quando a vontade de poucos se sobressai ao coletivo, este sem direito a qualquer reivindicação; b) democrático-participativo, pautado na cidadania e participação de organizações populares e c) neoliberal, que considera o Estado como um ente ineficiente, motivo que justifica a abertura do mercado para a iniciativa privada, apontada como eficiente.

Isso indica que as ONGs são importantes em nível nacional e internacional para as comunidades carentes. Ademais, as ONGs, apesar da importância social, dependem de financiamentos e patrocinadores que acreditem no projeto.

O Terceiro Setor, através das pequenas ou grandes ONGs, consegue com ações diretas a melhoria das condições socioeconômicas da comunidade a partir de um processo de representação da base para o topo.

O objetivo do Capítulo 3 foi localizar a ONG Luta Pela Paz dentro do espaço geográfico do Complexo da Maré na cidade do Rio de Janeiro. Identificou as várias comunidades pertencentes a esse Complexo. Foram quantificados com base em dados do Censo de Empreendimentos da Maré (2014a) e Censo Populacional da Maré (2018) a população e os estabelecimentos comerciais e educacionais. A estimativa populacional do Complexo da Maré é de mais de 130 mil pessoas em um território enraizado entre as principais vias de acesso – Linha Vermelha, Av. Brasil e Linha Amarela. Para tanto, mostrou-se a importância para o Complexo da Maré e arredores das três linhas expressas que cortam a cidade. Viu-se a história de cada uma a partir da construção e trajeto como um fator socioeconômico relevante para as inúmeras comunidades ao longo do percurso. Adiante se apresentou o crescimento do Complexo da Maré ao longo dos anos, resultado do fluxo de

peças proporcionado pelo traçado das vias que, em virtude da imensidão de pessoas e estabelecimentos, trouxe a falta de segurança pública e de infraestrutura.

No capítulo 4, foram analisadas as ações e medidas dos projetos sociais desenvolvidas pela ONG Luta Pela Paz. Buscou-se responder aos seguintes questionamentos: como, quando, por quem e por que a ONG surgiu e sua trajetória ao longo dos anos.

Parte dessas respostas se obteve no manual intitulado *Avaliação do Projeto Luta Pela Paz*, de 2006.

Foram salientados os projetos da ONG Luta Pela Paz baseados em cinco pilares: a) boxe e artes marciais; b) educação e desenvolvimento pessoal; c) serviços de apoio aos participantes; d) capacitação para acesso ao mercado de trabalho e e) liderança juvenil. A partir do entendimento de cada pilar, com o foco no pilar “capacitação para acesso ao mercado de trabalho”, se chegou aos ciclos de intervenção no que se refere à infraestrutura do pilar e ao organograma de preparação do pilar empregabilidade.

É notório o desafio enfrentado pela ONG no que se refere às mudanças de pensamento e atitudes dos jovens que usufruem de seus projetos. Assim como o crescimento da consciência dos jovens em relação à violência a que são submetidos pela força armada lícita e ilícita na comunidade.

A tarefa da ONG é potencializar a resistência dos moradores do Complexo da Maré, principalmente dos jovens diante da realidade que lhes é apresentada diariamente.

No capítulo 5, foi mostrado o processo de inserção dos jovens no mercado de trabalho, assim como a avaliação da efetividade do pilar “empregabilidade” pelo público-alvo.

Viu-se que o termo “empregabilidade” é fortemente impactado pelas transformações na vida da sociedade civil, causadas por crises econômicas e pelo dinamismo do próprio mercado de trabalho.

A inserção de jovens no mercado de trabalho se torna um problema que poderia ser minimizado com políticas públicas; porém, na ausência do Estado, a conjuntura se agrava. Os jovens de comunidades carentes e muitas vezes sem escolaridade e pouca saúde são os mais atingidos pelas crises, e a pandemia pela Covid-19 veio confirmar essa fragilidade social.

Dados do IBGE e FGV/Ibre mostraram a taxa de desemprego e o mercado informal aos quais a população brasileira foi submetida. Viu-se que há uma relação problemática entre os jovens e mercado de trabalho, principalmente aqueles residentes em comunidades carentes, sem escolaridade e de cor preta e parda.

Neste momento, deparou-se com a precariedade da força de trabalho e da relação trabalhador *versus* empregador. A consequência é o aumento da informalidade, a perda de direitos trabalhistas e os baixos salários.

No capítulo 6, apresentou-se de forma detalhada a promoção da ONG quanto à capacidade de transformação social, como também a importância de um dos cinco pilares a “capacitação para acesso ao mercado de trabalho”.

Primeiramente, foram mostradas as ações do pilar de formação e inserção dos jovens no mercado de trabalho e o conjunto de informações fornecidas pelo Coordenador do pilar, quando foi explicada a sistemática de atuação, em relação ao público-alvo, as conquistas e problemáticas encontradas ao longo dos anos. Também, os benefícios proporcionados aos jovens e seus familiares, sejam os que já usufruíram dos projetos ou aqueles que não participaram de nenhuma atividade.

O coordenador apontou as etapas do atendimento na Feira da Empregabilidade, um produto do Pilar da Empregabilidade. A Feira ocorre anualmente, porém foi suspensa em 2020 por conta da pandemia

A partir de respostas obtidas de membros importantes do pilar foram apresentados dados na forma de gráficos entre os anos de 2016-2019 (início da implementação da Feira e último ano da realização).

É notória a responsabilidade da ONG Luta Pela Paz em todas as suas ações, cuja metodologia baseia-se nos cinco pilares, destacando aqui o Pilar Empregabilidade porque percebe-se, diante da pesquisa, que os envolvidos executam suas atividades de forma interdisciplinar, constituindo aos jovens e seus familiares cuidados e atenção especial.

O coordenador do pilar respondeu algumas perguntas fornecidas através da ferramenta *Google Forms* sobre as exigências do mercado de trabalho com foco na empregabilidade. Complementarmente usou-se dados do IBGE e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) visando corroborar com as respostas obtidas.

Também, visando enriquecer as conclusões, foram mostrados os aspectos negativos e positivos quanto à vida pessoal e vida profissional, apresentados pelo

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) intitulada *Global Entrepreneurship Monitor*(GEM).

A partir das respostas do coordenador do pilar, viu-se que eyletem uma visão cética com relação ao empreendedorismo, pois seu público-alvo, jovens e seus familiares pertencentes ao Complexo da Maré e arredores, são muitas vezes desprovidos de experiência e de conhecimentos elementares de como gerir uma microempresa.

Dada a alta complexidade socioeconômica e geográfica no Rio Janeiro causada pela pandemia de Covid-19,em que todas as Instituições, associações e organizações tiveram que enfrentar e, sobretudo, se reinventar para manter e dar suporte em todos os âmbitos às demandas de cada comunidade, a presente pesquisa buscou, através de questionário *Google Forms*,perguntas abertas e fechadas sobre a capacidade de transformação social aos integrantes da ONG Luta Pela Paz e de outras instituições que atuam em atividades e projetos no Complexo da Maré. Foram reunidos para este estudo um total de 18 respondentes.

Tal pesquisa ratificou e revelou o grande desafio e empenho de todos na busca de estratégias constantes para viabilizar o emprego aos jovens, pois cada jovem absorvido pelo mercado de trabalho pode ser uma oportunidade de resgate da dignidade deste ser humano e da sua família

Por fim, foram mostradas as fragilidades dos moradores de comunidades mais impactadas pela pandemia e, quanto aos programas sociais de desenvolvimento social, mostrou ser uma via de mão dupla, pois não só promovem o bem-estar aos profissionais como também os diversos públicos com os quais se relacionam: jovemse familiares.

O desenvolvimento da pesquisa através da colaboração, seja dos respondentes das Instituições e dos representantes da ONG Luta Pela Paz, mesmo a distância, o que inicialmente não estava nos planos, embasou,com conhecimentos imensuráveis, para que a pesquisa tivesse um aprofundamento de grande valia para mostrar de forma real e objetiva a atuação coletiva para a produção da transformação social.

Por fim, esta pesquisa constitui apenas uma contribuição e demonstração diante dos programas e ações de fundo social, relatando como, porque e para quem as Instituições e a Organização Não Governamental Luta Pela Paz, situadas no

Complexo da Maré, se comprometem, interagem e, sobretudo, as tomadas de decisões visando ao enfrentamento e desafios atuais e as perspectivas de futuro.

Dada a importância do tema, considera-se que muito há de se buscar e percorrer no campo da investigação presencial. Muito embora estudo tenha proporcionado a visão do cenário real em todos os aspectos, permitindo equacionar os pontos positivos e negativos discutidos no decorrer da pesquisa.

Ressalto que, apesar de o desenvolvimento da pesquisa ter se baseado nas reflexões dos atores envolvidos na perspectiva de transformação social dos jovens da comunidade Complexo da Maré, foi de suma importância para que pudesse exprimir as seguintes avaliações: com todos os erros e acertos, mostrou o quão é importante o trabalho das organizações na mobilização coletiva, ou seja, diálogos com instituições públicas, lideranças, articuladores(as) dos territórios das favelas, associações científicas com a perspectiva de contribuir para o debate público num processo de construção e ampliação das informações, evidenciando a participação social. Paralelamente, ficou claro que o objetivo é tentar obter políticas públicas de qualidade, não de forma assimétrica e sim de forma igualitária.

No que tange à feira da empregabilidade, de acordo com o que foi apreciado, ainda que sigam os padrões exigidos pelas empresas privadas e que nem todos estejam inseridos no mercado de trabalho, torna-se uma interação importante na vida dos jovens e seus familiares, pois muitas vezes sem esta ponte não poderiam sequer almejar um emprego.

Diante das incertezas por conta da pandemia, um estudo futuro de preferência presencial seria *sinequa non* para avaliar, discutir e concluir sobre os impactos diretos e indiretos às organizações e aos jovens e seus familiares no pós-pandemia, se houve uma mudança estrutural, se houve crescimento das empresas parceiras quanto aos empreendedores e se houve aumento ou não dentro do território, dentre outros objetivos.

Resumindo, um campo fértil para trabalhar de maneira assertiva, não só levando em consideração partidos interessados, mas de todos os envolvidos, abrindo espaços para diversas discussões, tornando o tema acessível e importante a todos os leitores, gerando impacto e transformação social.

REFERÊNCIAS

- ALVES FILHO, M. A meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades. Entrevista com Sidney Chalhoub **Jornal da Unicamp**, Campinas, 7 jun. 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/07/meritocracia-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhoub>. Acesso em: 28 ago. 2019.
- ABDALA, V. Taxa de informalidade no mercado de trabalho sobe para 40, diz IBGE. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 30 jul. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/taxa-de-informalidade-no-mercado-de-trabalho-sobe-para-40-diz-ibge>. Acesso em: 30 jul. 2021.
- ABONG. **Estatuto Social**. São Paulo: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, 2019. Disponível em: https://abong.org.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2021/03/Estatuto-Social.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1974.
- ALVEAR, C. A. S. **A formação de redes pelas organizações sociais de base comunitária para o desenvolvimento local**: um estudo de caso da Cidade de Deus. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_m/CelsoAlexandreSouzaDeAlvear.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.
- ALVES FILHO, M. A meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades, diz Sidney Chalhoub. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 7 jun. 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/07/meritocracia-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhoub#:~:text=%E2%80%9CA%20meritocracia%20como%20valor%20universal,na%20teoria%20quanto%20na%20pr%C3%A1tica>. Acesso em: 25 maio 2022.
- AMARAL, R. G. **Terceiro setor**: a gestão do pensar, sentir, agir. Tese (Doutorado em Serviços Sociais) – Programa de Pós-Graduação em ciências humanas e sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2013.
- ANTUNES, R. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Revista Theomai**, n.19, p. 47-57, jan./jul. 2009. Disponível em: <http://revista-theomai.unq.edu.ar/numero19/artantunes.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- BNDES. **Área De Desenvolvimento Social**: As /Geset - Relato Setorial nº 3, jul. 2001. Disponível em: <https://silo.tips/download/terceiro-setor-e-desenvolvimento-social-relato-setorial-n-3-as-geset>. Acesso em: 22 ago. 2019.

BOEHM, C. Negros enfrentam mais dificuldades que brancos no mercado de trabalho, diz MPT. **Agência Brasil**, São Paulo, 8 nov. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-11/negros-enfrentam-mais-dificuldades-que-negros-no-mercado-de-trabalho-diz-mpt>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BOLETIM – DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ: Dados sobre as dinâmicas de violência no território no primeiro Semestre de 2019. Edição Especial. ed. Redes da Maré, 22 mar. 2021. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/BoletimSegPublica_2019.pdf. Acesso em: 1 jul. 2019.

BOURDIEU, P. Le capital social. Actes de laRecherceh, 3, 1980. *In*: FRANCO, Augusto. **Capital Social**: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy. Brasília: Instituto de Política, 2001.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 jun. 2019.

CAMARGO, M. F.; SUZUKI, F. M.; UEDA, M.; SAKIMA, R. Y.; GHOBRI, A. N. **Gestão do Terceiro Setor no Brasil**: Estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos. São Paulo: Futura, 2001. 204p.

CANDIDA, S. Levantamento mostra que violência aumentou nas comunidades que mais se expandiram no Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 ago. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/levantamento-mostra-que-violencia-aumentou-nas-comunidades-que-mais-se-expandiram-no-rio-23026591>. Acesso em: 15 ago. 2019.

CARVALHO, E. (ed.). Programa Favela Inova dá oportunidade a jovens empreendedores. **Maré de Notícias online**, Rio de Janeiro, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://mareonline.com.br/programa-favela-inova-da-oportunidade-a-jovens-empresendedores/>. Acesso em: 4 jun. 2021.

CARVALHO, S. S. **Carta de conjuntura – número 51 – 2º trimestre de 2021**. “Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – resultados da PNAD Contínua em 2020. Rio de Janeiro: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2021.

CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M.; ANDRADE, Carla Coelho de (org.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_juventudepolitica.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

CINCO exemplos de empreendedorismo social no Brasil. **Porto Social**, 12 ago. 2019. Disponível em: <http://www.portosocial.com.br/2019/08/12/5-exemplos-de-empreendedorismo-social-no-brasil/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

COLEMAN, J. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, S. 95-120, 1988a. *In*: FRANCO, Augusto. **Capital Social**:

leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy. Brasília: Instituto de Política, 2001.

CORAGGIO, J. L. **Da Economia dos setores populares à economia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

COSTA, C. S.; VISCONTI, G. R. **Terceiro setor e desenvolvimento social**. Relato Setorial, n. 3, BNDES/AS/GESET, 2001.

COSTA, R. G. **Entre “avenida” e “rodovia”**: a história da avenida Brasil (1906-1954). Tese (doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

COUTINHO, J. A. As ONGs: origens e (dê)s caminhos – Lutas Sociais. **Revistas PUCSP**, São Paulo, n. 13/14, 19 jun. 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18668>. Acesso em: 13 abr. 2019.

COUTINHO, M. G. **A proteção de direitos humanos através de instrumentos jurisdicionais de tutela coletiva**: a defesa de direitos coletivos e difusos por meio da ação civil pública. Dissertação. (Mestrado em Direito) – Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/788/o/Marcelo-Guimaraes-Coutinho.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

CURVELLO, A. *et al.* Caminhão derruba passarela e deixa quatro mortos no Rio de Janeiro. **Jornal Hoje**, Rio de Janeiro, 28 jan. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/01/caminhao-derruba-passarela-e-deixa-quatro-mortos-no-rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 25 maio 2022.

D' ARAUJO, M.C.S. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, n. 5, p.139-164, out. 2004.

DEBORTOLI, S.; DIEHL, L.; BRAIDO, G. M. Análise do mercado de trabalho a partir da percepção das pessoas desempregadas. **Destques Acadêmicos**, v. 11, n. 1, 2019. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1482/1/2016SonimaraDebortoli.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

DESCUBRA as vantagens e desvantagens de ser empreendedor: estudo de mercado. **Sebrae**, São Paulo, 9 out. 2017. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/bis/ descubra-as-vantagens-e-desvantagens-de-ser-empreendedor,fecc10f0fc10f510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 30 jun. 2021.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

ENTENDA quais são os 8 principais desafios do terceiro setor no Brasil. **Runsmart**, São Paulo, 6 nov. 2017. Disponível em: <https://runsmart.cloud/blog/2017/11/06/entenda-quais-sao-4-principais-desafios-do-terceiro-setor-no-brasil/>. Acesso em: 27 maio 2019.

ESTUDOS trazem novos dados sobre área social no Brasil. **Ipea**, Brasília, 22 abr. 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/acaosocial/article3187.html?id_article=56. Acesso em: 13 abr. 2019.

FACHIN, P. 22% da população brasileira vive na pobreza de renda. Políticas sociais não podem ser afetadas pela crise. Entrevista com Celia Lessa Kerstenetzky. **Revista Ihu On-Line**, São Leopoldo, 14 nov. 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/573590-22-da-popula%C3%A7%C3%A3o-brasileira-vive-da-pobreza-de-renda>. Acesso em: 13 abr. 2019.

FALCONER, A. P. **A promessa do terceiro setor**: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. São Paulo: Centro de Estudos em Administração do terceiro setor, 1999.

FALEIROS, V. P. **A política Social do Estado Capitalista**. São Paulo: Cortez, 2000.

FERNANDES, F. Maré: uma cidade dentro do Rio de Janeiro. **Bairros Cariocas**, Rio de Janeiro, 12 ago. 2015. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/3086-mare-uma-cidade-dentro-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 27 out. 2019.

FERNANDES, R. C. **Privado Porém Público**: O terceiro Setor na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: RelumeDumaré, 1994.

FIGUEIREDO, V. C. Dificuldades de Gestão das Organizações Não Governamentais: uma nova configuração do modelo de trabalho. *In*: ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 4., 2013, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: ENGPR, 5 nov. 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/acaosocial/article3187.html?id_article=56. Acesso em: 27 jun. 2019.

FONSECA, L. V. da. O Estado, o terceiro setor e o mercado: uma tríade complexa. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 16., 2000, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia: CFC, 2000.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. Ano 11, 2017. Disponível em: <https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Ano 13, 2019. Disponível em:

<https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. Ano 15, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE VIOLÊNCIA E SAÚDE JORGE CARELI. **Avaliação do Projeto Luta Pela Paz Maré – Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2006. Disponível em: <https://lutapelapaz.org/wp-content/uploads/2021/06/CLAVES-Avaliacao-Externa-LPP-2006.pdf>. Acesso em: 6 maio 2019.

GATTO, R. F. Capital Social e Redes Sociais. *In*: ENCONTRO DA ANPAD, 31., Rio de Janeiro, 2007. **Anais[...]**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

GIL, A.C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, M. G. **O Protagonismo da Sociedade Civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GONÇALVES, H. Especial ONGs 1 - A história das entidades do Terceiro Setor no Brasil. **Rádio Câmara – Câmara dos Deputados**, Brasília, p. 01, 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/281045-especial-ongs-1-a-historia-das-entidades-do-teceiro-setor-no-brasil-0401/?pagina=1#todas-edicoes>. Acesso em: 13 abr. 2019.

GONZALEZ, R. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída. *In*: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p. 111-128.

GRECO, S. (coord.). **Empreendedorismo no Brasil**: Relatório Executivo 2017. SEBRAE: IBPQ, 2017. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf. Acesso em: 4 jun. 2021.

HADDAD, E.K. **A importância do Terceiro Setor na Garantia dos Direitos Sociais**. Monografia (Bacharelem Direito) – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Assis, 2010. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0711230924.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

HADDAD, S. (org.). **“ONGs e Universidades”**: desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: ABONG: Petrópolis, 2002.

IBGE/PNADC. **Conheça o Brasil. População. Cor ou Raça** – 2012-2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 20 abr. 2019.

IPEA e OIT avaliam o impacto da pandemia sobre jovens no mercado de trabalho do Brasil. **Ipea**, Brasília, 4 nov. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36998&Itemid=9. Acesso em: 26 maio 2022.

IVO, R. **Entrevista concedida à pesquisadora via Facebook**. 2019.

KLEBER, M.O. **A prática de educação musical em ONGs**: dois estudos de caso no contexto urbano brasileiro. Tese (Doutorado de Música) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Departamento de Música, Porto Alegre, 2006.

KLEINSCHMIDT, C.; SILVA, J.M. **Movimento Popular e Serviço Social**. Petrópolis: Vozes, 1985.

LANDIM, L. **A invenção das ONGs**: Do serviço invisível à profissão sem nome. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

LANDIM, L. Experiência militante-Histórias das assim chamadas ONGs. **Lusotopie**, v. 1, p. 215-239, 2002.

LAVINAS, L. **Empregabilidade no Brasil**: inflexões de gênero e diferenciais femininos. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

LIMA, M.B. **Organizações não governamentais (ONGs): um estudo sobre a transparência na elaboração da prestação de contas e dos relatórios financeiros emitidos nas organizações não governamentais do DF**: Prestação de contas Organizações não-governamentais. Monografia (graduação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Administração, 2011. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/3136>. Acesso em: 3 maio 2020.

LUCENA, F. História da Linha Amarela. **Diário do Rio**, Rio de Janeiro, 8 abr. 2016. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-da-linha-amarela/#:~:text=%E2%80%9CHouve%20muita%20resist%C3%A2ncia%20por%20parte,destaca%20o%20historiador%20Maur%C3%ADcio%20Santos>. Acesso em: 24 maio 2022.

MACHADO, A. M. B. Percurso histórico das ongs no Brasil: perspectivas e desafios no campo da educação popular Aline Maria Batista Mach. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9., João Pessoa, 2009. **Anais [...]**. João Pessoa: UFP, 2009.

MACHADO, L. R. S. Educação básica, empregabilidade e competência. **Revista do Nete**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 15-31, jan./jul. 1998. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8681/6188>. Acesso em: 6 ago. 2020.

MARÉ – UM LABORATÓRIO PARA O RIO: A ocupação militar na Maré (2014) e a intervenção federal (2018). **DataLabe**, 27 maio 2018. Disponível em: <http://datalabe.org/narrativa/mare-um-laboratorio-para-o-rio/>. Acesso em: 15 ago. 2019.

MARQUES, J. STJ nega liminar para Lamsa reassumir concessão e Linha Amarela, no Rio, segue com cobrança de pedágio suspensa. **Diário do transporte**, São Paulo, 25 set. 2020. Disponível em: <https://diariodotransporte.com.br/2020/09/25/stj-nega-liminar-para-lamsa-reassumir-concessao-e-linha-amarela-no-rio-segue-com-cobranca-de-pedagio-suspensa/>. Acesso em: 24 maio 2022.

MARTINET, L.; MARTONE, C.; GIL, A. C. Desafios à gestão de ONGs: OSCIPS do Grande ABC. *In*: Simpósio de Excelência em Gestão Tecnológica, 3., 2006, Resende. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Associação Educacional Dom Bosco, 2006. p. 1-12.

MELO, P. T. N. B. **Capital social no contexto brasileiro**: Contribuição da área da administração. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2015.

MELLO, R.F. **Métodos Participativos e a pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE /UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

MENDONÇA, C. M. O.; FERRAZ, S. F. S.; MIRANDA, R. O. Empreendedorismo social: a geração de recursos próprios em ONGs cearenses. *In*: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, n. 15., 2012, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012, p. 1-16.

MINARELLI, J.A. **Empregabilidade**: o caminho das pedras. 17. ed. São Paulo: Gente, 1995.

MINHOTO, L.D.; MARTINS, C.E. (2001). **As redes e o desenvolvimento social**. Cadernos FUNDAP, 22, p. 81-101.

MOHSIN, M. 7 estatísticas sobre pequenos negócios que você precisa conhecer em 2021. **Oberlo**, 8 dez. 2020. Disponível em: <https://www.oberlo.com.br/blog/estatisticas-pequenos-negocios>. Acesso em: 4 jun. 2021.

MONTAÑO, C. E. Das lógicas do Estado às lógicas da sociedade civil: Estado e terceiro setor em questão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 59, 1999.

MONTAÑO, C. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas sociais**, n. 8, 2002.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, A. Uma maré de resistência. **Jornal empoderado**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://jornalempoderado.com.br/uma-mare-de-resistencia/>. Acesso em: 26 maio 2022.

NAROTZKY, S. El afecto y eltrabajo: laneuva economia, entre lareciprocidad y el capital local. *In*: TENORIO, F. G. (org.). **Cidadania e Desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Editora Unijuí, 2007. p. 71-103.

OBSERVATÓRIO Covid-19: Covid nas favelas. **Impactos sociais da pandemia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, ano 2020, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19-covid-nas-favelas>. Acesso em: 23 jun. 2021.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS; REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ. **Guia de ruas da Maré**. Rio de Janeiro: Observatório de ruas; REDES, 2014b.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS; REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ. **Censo de empreendimentos Maré**. Rio de Janeiro: Observatório de ruas; REDES, 2014a.

OLIVEIRA, J. R.; SILVA JUNIOR, S. G. Atuação das organizações não governamentais: relação com o perfil dos atores e gestores. *In*: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 10., 2013. **Anais [...]**. SEGET, 2013.

UN – United Nations. **World Youth Report 2005**. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

OTTONI, P. Censo revela perfil do empreendedorismo no Complexo da Maré. **TV Brasil: Repórter Brasil**, 27 jul. 2014. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/galeria/videos/2014/07/censo-revela-perfil-do-empreendedorismo-em-um-dos-maiores>. Acesso em: 23 jul. 2021.

PARADELLA, R. Insegurança aumenta, restringe direitos e ameaça liberdade no país. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 29 jun. 2018. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21586-inseguranca-aumenta-restringe-direitos-e-ameaca-liberdade-no-pais>. Acesso em: 20 jun. 2021.

PENA, R. F. A. Conceito de território. **Mundo Educação**, [s./], 1999. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/conceito-territorio.htm>. Acesso em: 15 nov. 2019.

PODER, território e nação. **Mundo educação**, [s./], [20--]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/poder-territorio-nacao.htm#:~:text=Territ%C3%B3rio%20significa%20os%20limites%20que,os%20interesses%20socioecon%C3%B4micos%20e%20culturais>. Acesso em: 26 maio 2022.

REDES DA MARÉ. **Censo populacional da Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2018.

RIO DE JANEIRO. **Lei Municipal nº 2.119 de 19 de janeiro de 1994**. Criação do bairro da Maré. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, [1994].

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 9.186 de 10 de fevereiro de 2021**. Altera a Leinº 5.645, de 06 de janeiro de 2010, para incluir no Calendário Oficial do Rio de Janeiro o “Dia Estadual de Mobilização para enfrentamento da Covid-19 e seus impactos nas favelas e periferias”, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, [2021]. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/1168099151/lei-9186-21-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: 23 fev. 2021.

RODRIGUES, J. Da teoria do capital humano à empregabilidade: um ensaio sobre as crises do capital e a educação brasileira. **Trabalho & Educação - Revista do NETE**, Belo Horizonte, n.2, p.215-230, ago./dez. 1997.

SALAMON, L. Estratégias para o fortalecimento do Terceiro Setor. *In*: IOSCHPE, E. B. (org.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

SANTOS, E. F. dos; SILVA, C. E. A influência das estratégias de marketing na captação de recursos para o terceiro setor. **Revista Brasileira de Administração Científica**, Aquidabã, v. 3, n.1, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo: Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **Território, globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SEBRAE. **O céu e o inferno do empreendedorismo**. São Paulo: Sebrae, 2014.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA, A. D. Música e Projetos sociais na favela da Maré: Reflexões para estudo de caso sobre a prática musical das ONGs que atuam na Maré. *In*: ENECULT, 6., 2010, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2010.

SILVA, S. M. *et al.* **O Uso do Questionário Eletrônico na Pesquisa Acadêmica: um caso de uso na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, II Semead**. São Paulo: FEA/USP, 1997. p.408- 421.

SILVA, M. T. *et al.* A visão contemporânea da gestão nas organizações sem fins lucrativos. **Augusto Guzzo**, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 219-228, 2013.

SILVEIRA, D. Desemprego entre os jovens é superior ao dobro da taxa geral, aponta IBGE. **G1**, Rio de Janeiro, 17 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/17/desemprego-entre-os-jovens-e-superior-ao-dobro-da-taxa-geral-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SOUZA, M. L. **O território**: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1955.

SOUZA, M. L. Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Território e territorialidade**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular Unesp, 2009. p.57-72.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.

TENÓRIO, F. G. **Cidadania e desenvolvimento local**. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.

TUON, L. Desempregodeixa herança maldita aos jovens e cicatrizes no país. **Revista Exame**, São Paulo, ano 2019, 28 jun. 2019. Disponível em: <https://exame.com/economia/desemprego-deixa-heranca-maldita-aos-jovens-e-cicatrizes-no-pais/>. Acesso em: 30 abr. 2019.

VASAPOLLO, L. **O Trabalho Atípico e a Precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WAISELFISZ, J.J. **Homicídios de crianças e adolescentes no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2017.

WIKIPEDIA. **Redes de Desenvolvimento da Maré**. Junho 2015. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Redes_de_Developolvimento_da_Mar%C3%A9. Acesso em: 10 abr. 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso, planejamento e métodos**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001.

APÊNDICE A

O questionário foi solicitado ao respondente Marcos Silva de Melo por ser integrante da ONG Luta pela Paz e atuando como coordenador do Pilar “capacitação para acesso ao mercado de trabalho formal (preparação pessoal e social) e da Feira da empregabilidade – produto deste Pilar. Ressalto que foi informado que os dados coletados nesta pesquisa seriam publicados como dissertação de mestrado. E, que, em caso de dúvidas poderia entrar em contato com a pesquisadora através do e-mail: zezé@poli.ufrj.br.

De acordo com a proposição da pesquisa serão adotadas como técnica de investigação e coleta dos dados e, sobretudo, como maneira de interação, embora não presencial entre o pesquisado e a pesquisadora, perguntas pela plataforma Poli Mail – *google* formulários

COORDENADOR DO PILAR EMPREGABILIDADE DA ONG LUTA PELA PAZ

1. QUAL SEU NOME E FUNÇÃO EXERCIDA NA ONG?
2. COMO E POR QUE FOI CRIADO O PROJETO PILAR EMPREGABILIDADE NA ONG?
3. QUAL O NÚMERO DE JOVENS INSCRITOS NO PROJETO NO PERÍODO DE 2006 A 2020?
4. EM RELAÇÃO À PERGUNTA ANTERIOR, QUAL A QUANTIDADE DE HOMENS, MULHERES, RAÇA IDADE E GRAU DE ESCOLARIDADE?
5. QUANDO HÁ INTERESSE DO JOVEM EM PARTICIPAR DO PROJETO, QUAIS AS ETAPAS SÃO CUMPRIDAS ATÉ O MOMENTO DE SUA INSERÇÃO OU NÃO NO PILAR? SEU PASSO A PASSO?
6. QUAL O OBJETIVO DO EVENTO “FEIRA DA EMPREGABILIDADE”?
7. QUAL A ABRANGÊNCIA LOCACIONAL E SUA FORMA DE DIVULGAÇÃO?
8. EXISTE INTERAÇÃO ENTRE O PILAR EMPREGABILIDADE E OS DEMAIS ATORES QUE ATUAM NOS PILARES OFERECIDOS PELA ONG?
9. COM RELAÇÃO À EXPECTATIVA DOS JOVENS, É LEVADA EM CONSIDERAÇÃO SUA META PROFISSIONAL OU LHE SÃO SOMENTE ATRIBUÍDOS CURSOS PRÉ-ESTABELECIDOS ATRAVÉS DO SENAI, SENAC?
10. E, QUAL OU QUAIS ARGUMENTO(S) DOS JOVENS QUE RECORREM À ONG LUTA PELA PAZ À PROCURA DO PROJETO CITADO?
11. APÓS A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NOS CURSOS OFERECIDOS, EXISTE A POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO PROFISSIONAL NA ONG?
12. EM CASO POSITIVO, QUAIS AS ATIVIDADES A SEREM EXERCIDAS E OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A SUA CONTRATAÇÃO E QUAL A MÉDIA ATÉ O MOMENTO?
13. EXISTE UM FEEDBACK ENTRE AS EMPRESAS PARCEIRAS E A ONG NO APROVEITAMENTO OU NÃO DESSES JOVENS? QUAL O NÚMERO – PERCENTUAL DE CONTRATAÇÕES? COMO TRABALHO FORMAL OU INFORMAL?
14. QUAL O PERFIL DOS JOVENS EXIGIDOS PELAS EMPRESAS, CASO HAJA?
15. COMO COORDENADOR DO PROJETO, DEFINA OS PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS EM RELAÇÃO AO PILAR EMPREGABILIDADE?
16. COM RELAÇÃO À EMPREGABILIDADE VOCÊ DEFINIRIA COMO A PRINCIPAL ESTRATÉGIA DE GERAÇÃO DE RENDA DA ONG OU TAMBÉM ACHA RELEVANTE PENSAR E INCENTIVAR OS JOVENS NA CRIAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS PRÓPRIOS, DE PEQUENOS NEGÓCIOS – EMPRESAS SEJAM: FAMILIARES, INDIVIDUAIS OU COM POUCOS FUNCIONÁRIOS NESTA LOCALIDADE?
17. NA SEGUNDA HIPÓTESE EXISTE ESTIMATIVA DE QUANTOS CONSEGUIRAM? E DIANTE

DESTA PANDEMIA QUAL O CENÁRIO QUE OBSERVA?

18. EM TERMOS DE PLATAFORMAS DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADAS, BEM COMO O SISTEMA DE MONITORAMENTO, HÁ NECESSIDADES DE HÁVER MELHORIAS?
19. QUAIS AS CONSEQÜÊNCIAS, EM FACE DO ISOLAMENTO SOCIAL, ENTRE O PILAR E OS USUÁRIOS DO PROJETO E QUAL SUA EXPECTATIVA PRESENTE E FUTURA COM RELAÇÃO À INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO ATRAVÉS DA INTERAÇÃO ENTRE ONG – EMPRESAS PARCERIAS – JOVEM?

APÊNDICE B

Foram convidados a participar da pesquisa intitulada “Reflexão sobre a capacidade de transformação social a partir da ONG Luta Pela Paz” não só os que atuam na ONG Luta Pela Paz, mas também integrantes de outras instituições, de alguma forma, exercem atividades e projetos de diversas áreas de atuação no Complexo da Maré. Ressalto que foi informado a todos os respondentes que os dados coletados nesta pesquisa seriam publicados como dissertação de mestrado. E, que, em caso de dúvidas poderia entrar em contato com a pesquisadora através do e-mail: zezé@poli.ufrj.br.

De acordo com a proposição da pesquisa serão adotadas como técnica de investigação e coleta dos dados e, sobretudo, como maneira de interação, embora não presencial entre os pesquisados e a pesquisadora, perguntas pela plataforma Poli Mail – google formulários

PERGUNTAS ENVIADAS AOS INTEGRANTES QUE ATUAM EM ONGS NA COMUNIDADE COMPLEXO DA MARÉ

1. QUAL O SEU NOME?
 2. VOCÊ TRABALHA EM ALGUMA INSTITUIÇÃO – PROJETO NO COMPLEXO DA MARÉ? FUNÇÃO?
 3. VOCÊ TEM ALGUMA INTERAÇÃO E/OU COMUNICAÇÃO COM OS JOVENS DO PROJETO?
- SIM / NÃO
4. OS REFLEXOS CAUSADOS PELA PANDEMIA COVI 19 EM RELAÇÃO A SUA ATUAÇÃO NO DIA A DIA DA SUA ORGANIZAÇÃO ESTÁ SENDO:
DESGASTANTE / TRANQUÍLO / MODERADO
5. CASO SINTA-SE À VONTADE, FALE UM POUCO O PORQUÊ DA RESPOSTA ANTERIOR
 6. EM RELAÇÃO AOS JOVENS DA COMUNIDADE, A PANDEMIA CAUSOU EFEITOS NA SAÚDE MENTAL DOS MESMOS?
 7. CASO SINTA-SE À VONTADE, FALE UM POUCO O PORQUÊ DA RESPOSTA ANTERIOR
 8. A INSTITUIÇÃO ONDE SE INTEGRA ADOTOU ALGUMA(S) DIRETRIZ(ES) PARA O ENFRENTAMENTO DO MOMENTO ATUAL?
- SIM / NÃO
9. CASO SINTA-SE À VONTADE, FALE UM POUCO O PORQUÊ DA RESPOSTA ANTERIOR
 10. E SUAS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AOS JOVENS QUE PARTICIPAM DO PROJETO DE SUA ORGANIZAÇÃO?
 11. CASO SINTA-SE À VONTADE, FALE UM POUCO O PORQUÊ DA RESPOSTA ANTERIOR
 12. SABE-SE QUE O TERRITÓRIO COMPLEXO DA MARÉ É MARCADO POR MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS, COMO VOCÊ O DEFINIRIA HOJE?
 13. COMO VOCÊ ESTABELECE A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DE UMA MANEIRA GLOBAL EM RELAÇÃO AOS JOVENS DA COMUNIDADE?
- PÉSSIMO / AMIGÁVEL / COLABORADOR / OMISSO / PARCEIRO / OUTRO
14. CASO SINTA-SE À VONTADE, FALE UM POUCO O PORQUÊ DA RESPOSTA ANTERIOR
 15. ATUALMENTE A ONG QUE INTEGRA, RECEBEU APOIO E ENGAJAMENTO DE OUTRAS INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES EM PROL DA COMUNIDADE COMPLEXO DA MARÉ?

APÊNDICE C – FOTOS DA FEIRA DA EMPREGABILIDADE

